

Relato Integrado **2024**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
-------------------	---

MENSAGEM DAS LIDERANÇAS	4
-------------------------------	---

Luis Fernando Paroli.....	4
Tabita Loureiro	6

DESTAQUES 2024.....	9
---------------------	---

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL	10
--	-----------

Quem somos	11
Direcionamento Estratégico	14
Nossa gente.....	15

2. CENÁRIO EXTERNO	29
---------------------------------	-----------

A importância do setor de petróleo e gás natural	30
Destques de 2024 no setor	32
O regime de partilha de produção	36

3. COMO GERAMOS VALOR	43
------------------------------------	-----------

Materialidade	44
Modelo de negócios	45
Cadeia de valor	47

4. GOVERNANÇA, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS	50
---	-----------

Nossa governança.....	51
Gestão de riscos e controles internos	66
Gestão de riscos	75
Programa de integridade	79
Sociedade e transparência	81

5. RESULTADOS DA GESTÃO	94
--------------------------------------	-----------

Resultados do Plano Estratégico 2024-2028	95
Gestão dos contratos de partilha de produção	99
Acordos de individualização da produção	139
Comercialização de petróleo e gás natural.....	154
Gestão da sustentabilidade	165
Gestão da tecnologia da informação	167
Gestão de licitações e contratações	170
Gestão orçamentária e financeira	174
Gestão de Custos	175
Gestão patrimonial	176

6. PERSPECTIVAS	177
------------------------------	------------

Estimativa para produção e arrecadação 2025-2034	178
Plano estratégico 2025-2029.....	188
Plano Anual de Negócios	191

7. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	194
--	------------

Informações financeiras.....	195
Principais fatos contábeis e tributários	197

8. O QUE ESPERAR DE 2025	206
---------------------------------------	------------

APRESENTAÇÃO

Neste Relato Integrado, apresentamos uma síntese objetiva e transparente do desempenho da PPSA (Pré-Sal Petróleo) ao longo de 2024, suas iniciativas e resultados alcançados, com foco na geração de valor para a sociedade a curto, médio e longo prazos. Por se tratar de uma empresa pública, a expressão “gerar valor” pode ser entendida como gerar resultado que atenda às necessidades de interesse público que justificaram a criação da PPSA.

Alinhado às diretrizes do International Integrated Reporting Council (IIRC) – Conselho Internacional para Relato Integrado – este documento traz uma abordagem clara e direta do trabalho executado, com a disponibilização de informações qualificadas sobre nosso modelo de negócio e planejamento estratégico.

Apresentamos, ainda, nossas iniciativas de governança e perspectivas futuras, seguindo

sempre nosso compromisso com a ética e a sociedade brasileira. Alertamos, entretanto, que este documento apresenta algumas estimativas para produção de petróleo e arrecadação para os cofres públicos baseadas em dados apurados nos Planos de Desenvolvimento dos projetos, nos Programas Anuais de Produção dos operadores e na perspectiva da PPSA. Esses dados estão sujeitos a incertezas, razão pela qual tais projeções podem diferir substancialmente dos resultados ou eventos futuros reais. A PPSA isenta-se de responsabilidade por decisões ou ações realizadas fundamentadas nas informações deste documento.

De forma a facilitar a compreensão, utilizamos gráficos e links para acesso rápido a informações complementares disponíveis em nosso site. Também abordamos nossos resultados da gestão e prestamos contas sobre outros tópicos

relevantes, em consonância com nossa matriz de materialidade.

Este documento atende à Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e à Portaria CGU nº 133/2013, que dispõem acerca da prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, à Lei das Estatais (13.303, de 30/6/2016) e seus Decretos regulamentadores (8.945, de 27/12/2016 e 11.048, de 18/4/2022) e à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15/12/1976), que requisita relatório da administração sobre os principais fatos administrativos do exercício.

Este relatório foi validado pela Diretoria-Executiva, pelo Comitê de Auditoria, pelos Conselhos Fiscal e de Administração.

A fim de contribuir com a sustentabilidade ambiental, o relatório não será impresso.

MENSAGEM DAS LIDERANÇAS

LUIS FERNANDO PAROLI

No dia 1º de abril, tive a honra de assumir a presidência da PPSA, uma empresa que já é reconhecida como referência por sua atuação no setor de óleo e gás. Agradeço à minha antecessora na presidência e atual colega de diretoria Tabita Loureiro pelo excelente trabalho na gestão da companhia e pelo desempenho alcançado em 2024, que estamos reportando neste Relatório. Mais uma vez a empresa cumpriu seu papel estratégico com responsabilidade e competência, encerrando o ano com lucro e recorde de arrecadação — uma contribuição relevante para as políticas públicas e para a sociedade brasileira.

Minha missão, a partir de agora, é dar continuidade a esse trabalho sólido e conduzir a PPSA a um novo ciclo de crescimento

e transformação. Para os próximos cinco anos, esperamos um salto expressivo na produção de petróleo e gás natural da União, o que nos trará desafios importantes na comercialização e ampliará significativamente a arrecadação da União — reforçando, ainda mais, a importância da PPSA para o país.

Se em 2024 alcançamos resultados históricos na comercialização de petróleo, já iniciamos 2025 com grandes expectativas. Em junho, realizaremos o 5º Leilão de Petróleo da União, que ofertará mais de 78 milhões de barris da produção futura da União. Ao longo do ano, novas comercializações serão realizadas, e temos o desafio adicional de desenvolver um novo modelo para a oferta do gás natural da

União, ampliando, de maneira competitiva, o acesso direto aos agentes de mercado. Com esse cenário, poderemos fechar 2025 com quase o dobro da arrecadação obtida em 2024.

Este também será um ano determinante para o fortalecimento da nossa estrutura de colaboradores. A partir do segundo semestre, receberemos cem novos concursados, mais do que dobrando nosso quadro atual. Será essencial promover uma integração eficiente, aliada ao fortalecimento do nosso programa de gestão do conhecimento — garantindo, assim, a preservação da excelência técnica pela qual a empresa é reconhecida.

Na gestão dos contratos de partilha, o desafio está na consolidação e no desenvolvimento contínuo dos projetos de exploração e produção de óleo e gás. Teremos novas plataformas entrando em operação, enquanto outras rodadas de licitação

devem ocorrer, resultando em mais blocos sob o regime de partilha. Trata-se de um processo permanente que impulsiona a nossa atuação e exige níveis cada vez maiores de eficiência e precisão.

Nesse contexto, pretendo fortalecer uma cultura de gestão orientada a dados, com a inclusão de novos indicadores de desempenho para análise dos contratos e com processos cada vez mais padronizados. A inteligência de dados será uma aliada estratégica para a tomada de decisões em todos os níveis, impulsionando a transparência, a eficiência e o controle.

A PPSA construiu uma trajetória de sucesso — e não tenho dúvidas de que os próximos anos serão ainda mais promissores. Agradeço ao Presidente Lula, ao Ministério de Minas e Energia e ao Conselho de Administração pela confiança depositada em meu trabalho. À Diretoria Executiva, deixo meu reconhecimento pelo trabalho consistente que vem sendo realizado, e à equipe da PPSA, meu agradecimento pelo acolhimento generoso, pela dedicação e pelo profissionalismo. É com esse espírito de colaboração, compromisso e visão de futuro que inicio esta jornada, certo de que seguiremos fortalecendo a PPSA e ampliando sua relevância para o Brasil.



LUIS FERNANDO PAROLI
DIRETOR-PRESIDENTE

TABITA LOUREIRO

O ano de 2024 foi excepcional para a PPSA. Superamos desafios, inovamos e alcançamos resultados históricos, impulsionados pelo profissionalismo de nossa equipe, pela confiança de nossos parceiros e pelo apoio do Ministério de Minas e Energia.

Para começar, encerramos 2024 com uma arrecadação recorde de R\$ 10,32 bilhões, um crescimento robusto de 71% em relação a 2023, em função da comercialização de 27,3 milhões de barris de petróleo da União - número nunca antes alcançado - e 53,8 milhões de metros cúbicos de gás natural ao longo do ano.

A comercialização de volumes recordes só foi possível porque dobramos a produção de óleo da União ao longo do ano.

Atingimos 118 mil barris por dia em dezembro de 2024, mais que o dobro do registrado em janeiro do mesmo ano. Esse marco recorde consolidou nossa posição como o 5º maior produtor de petróleo e gás do Brasil, reforçando a relevância da PPSA no setor de óleo e gás.

Além disso, realizamos o 4º Leilão de Petróleo da União em julho de 2024, na B3, com resultados históricos. Vendemos cerca de 37,5 milhões de barris de petróleo, referente à produção da União em 2025 nos campos de Búzios e de Mero, com recorde de competição (participação de empresas ofertantes) e, principalmente, alcançando o maior valor já pago pelo óleo da União desde a criação da PPSA. Como

resultado, temos um potencial de arrecadação de R\$17 bilhões ao longo de 2025 para os cofres públicos. Fico muito orgulhosa dessa entrega porque cumprimos a nossa missão de maximizar os resultados econômicos para a União.

Para 2025, temos novos desafios com a comercialização. Realizaremos o 5º Leilão de Petróleo da União, ofertando pelo menos o dobro dos volumes comercializados no último leilão, e estamos trabalhando para avançar na comercialização do gás natural. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) autorizou a PPSA a contratar, junto às estruturas existentes, o escoamento e o processamento do gás natural pertencente à União. Com isso,

poderemos ampliar o processo competitivo de venda do gás natural. Nosso objetivo é realizar o 1º Leilão de Gás da União até o final do ano.

Além disso, a produção da União seguirá crescendo exponencialmente. Nossos estudos apontam que até 2030 superaremos mais de 500 mil barris por dia. Isso sem contar possíveis novas declarações de comercialidade, bem como novos contratos de partilha. Nesse aspecto, também tivemos avanços relevantes em 2024, com a aprovação pelo CNPE de 9 novas áreas a serem licitadas em regime de partilha. Excelente notícia para o país, que precisa continuar repondo reservas para garantir a segurança energética.

Se entregamos resultados expressivos para a sociedade brasileira, também trabalhamos fortemente para estruturar

internamente a empresa. Diante de tantos desafios e de crescimento exponencial das atividades e responsabilidades até o final da década, precisamos de uma PPSA forte, estruturada e capacitada para continuar entregando resultados de excelência. Nesse sentido, conseguimos a aprovação do nosso Plano de Cargos e Salários junto à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), um marco que abriu caminho para a realização do nosso primeiro concurso público em 2025, com 100 vagas de nível superior. Além disso, aprovamos nosso Plano de Funções, permitindo o equacionamento das demandas mais urgentes. E encerramos o ano com a aprovação da Lei nº 15.075/2025, ainda a ser regulamentada.

Crescer é sempre gratificante, mas é preciso nos prepararmos para isso. Por isso, 2025 será um ano para trabalhar por uma

integração eficiente dos novos concursados e preservar um de nossos valores mais reconhecidos pelo mercado - o conhecimento técnico. Paralelamente, estamos avançamos em diversas frentes estratégicas: implantação do ERP, gestão documental e ampliação das iniciativas de TI, incluindo inteligência artificial. São avanços fundamentais para equipar a empresa para um novo salto rumo ao futuro.

Também não posso deixar de mencionar o crescimento que obtivemos em comunicação. A PPSA deve estar cada vez mais próxima da sociedade brasileira e da indústria, com credibilidade e confiança. Só em 2024, foram mais de 10 mil matérias publicadas com citações à PPSA, um marco relevante. Também crescemos em todas as redes sociais.

Além disso, nesse ano reforçamos nosso compromisso com a sociedade, incorporando em nossa missão, visão e valores os aspectos de sustentabilidade, segurança operacional e respeito às pessoas. Em 2024, trabalhamos de forma consistente no tema da descarbonização, lançando, inclusive, um Painel de Emissões para monitorar a performance dos nossos ativos. A iniciativa reforça nosso compromisso com as ambições climáticas.

Adicionalmente, assinamos o Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão nas Empresas Estatais Federais com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e 34 empresas públicas. Queremos trabalhar em iniciativas que propiciem, cada vez mais, a participação

das mulheres na força de trabalho e na liderança, bem como estimular a diversidade racial. Estamos, inclusive, apoiando projetos sociais neste sentido. Seguimos firmes no compromisso de construir um ambiente mais inclusivo e representativo.

Com isso, finalizo minha mensagem atestando a integridade dos dados apresentados neste relatório e, diante de um 2024 repleto de realizações, expresso, em nome da Diretoria Executiva, meu mais profundo reconhecimento a todos os empregados da empresa pelo empenho, dedicação e ética no exercício de suas funções. Também não poderia deixar de agradecer a atuação constante e participativa do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento da

PPSA, cujas valiosas contribuições foram fundamentais para o cumprimento da nossa missão. Minha gratidão se estende, ainda, a toda a equipe do Ministério de Minas e Energia e, em especial, ao Ministro Alexandre Silveira, pela confiança depositada em nosso trabalho.

Encerro, desejando ao Luis Fernando Paroli, nosso novo presidente, muito sucesso na condução da PPSA a partir de 2025.



TABITA LOUREIRO
DIRETORA TÉCNICA. ATUOU COMO
PRESIDENTE INTERINA DA PPSA EM 2024.

DESTAQUES 2024



ARRECADAÇÃO RECORDE
DE R\$ 10,32 BILHÕES



COMERCIALIZAÇÃO DE **27 MILHÕES DE BARRIS DE PETRÓLEO**



MAIOR VALOR JÁ PAGO
PELO PETRÓLEO DA UNIÃO
EM LEILÃO NA B3



4 PROCESSOS DE VENDA
SPOT DE PETRÓLEO, COM
UM TOTAL DE 10 CARGAS
COMERCIALIZADAS



AUMENTO DA PRODUÇÃO
DA UNIÃO – **5ª MAIOR
PRODUTORA DO PAÍS**



AUTORIZAÇÃO PARA
**VENDA DIRETA DO GÁS
NATURAL** DA UNIÃO AO
MERCADO



REALIZAÇÃO DE **98%**
**DO PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO**



**NOMEAÇÃO DE CINCO
ÁREAS POTENCIAIS** NO
PRÉ-SAL PARA A ANP



NEGOCIAÇÃO DO
AIP DE JUBARTE,
REDETERMINAÇÃO DE
TUPI E ADITIVO AO **AIP DE
SAPINHOÁ** EM BUSCA DE
MAIS PRODUÇÃO PARA A
UNIÃO



CONCLUSÃO DA
EQUALIZAÇÃO DE GASTOS
E VOLUME DO AIP DE
NORTE DE BRAVA, COM A
UNIÃO CREDORA EM **R\$
5,69 MILHÕES**



AUMENTO DO **CONTRATO
DE REMUNERAÇÃO DA
PPSA**



SANÇÃO DA LEI Nº
15.075/2024, PERMITINDO
REVER A FORMA DE
REMUNERAÇÃO DA
EMPRESA



APROVAÇÃO DO **PLANO DE
CARGOS E SALÁRIOS** E DO
PLANO DE FUNÇÕES



CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA PARA A
**REALIZAÇÃO DO
PRIMEIRO CONCURSO
PÚBLICO**



REALIZAÇÃO DO **PRIMEIRO
PROGRAMA DE ESTÁGIO**



TREINAMENTOS
EM **INTEGRIDADE
E SEGURANÇA DA
INFORMAÇÃO** PARA TODA
A FORÇA DE TRABALHO



ASSINATURA DO **PACTO
PELA DIVERSIDADE,
EQUIDADE E INCLUSÃO**
DAS EMPRESAS ESTATAIS
FEDERAIS



ATUALIZAÇÃO DA NOSSA
**MARCA, MISSÃO, VISÃO E
VALORES** E PARTICIPAÇÃO
EM MAIS DE 50 EVENTOS



MAIS DE **DEZ MIL
MATÉRIAS NA MÍDIA**



**ACESSE NOSSO
VÍDEO SOBRE OS
RESULTADOS.**

1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

QUEM SOMOS
DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO
NOSSA GENTE

QUEM SOMOS

A descoberta do pré-sal, em 2006, trouxe novas perspectivas para a produção de petróleo no Brasil, com potencial de transformar o país em uma potência petrolífera. Por isso, em 2010, foi criado o regime de partilha de produção para vigorar em contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural realizados dentro do chamado polígono do pré-sal e em áreas estratégicas. Com este modelo, o Estado brasileiro passou a contar com uma parcela da produção de petróleo e gás natural oriunda dos campos sob esse regime durante toda a vida útil do projeto.

Nossa empresa, a PPSA (Pré-Sal Petróleo), foi criada em 2013 com a missão de gerir tais contratos de partilha de produção em nome do Estado, além de representar a União nos acordos de individualização da produção, que envolvem áreas não contratadas, e de comercializar a parcela de petróleo e gás natural da União nestes campos. Em todas as nossas atividades, atuamos de modo a garantir a maximização dos resultados econômicos do pré-sal para o país e a transparência na administração dessas riquezas.

ATUAMOS REGULARMENTE EM TRÊS FRENTES:



Gestão dos contratos de
partilha de produção



Representação da União nos acordos de
individualização da produção (Unitização)



Gestão da comercialização de
petróleo e gás natural da União



Gestão de contratos em números

24 contratos de partilha de
produção sob gestão da PPSA

- ✓ 9 contratos comerciais
- ✓ 10 contratos em exploração
- ✓ 5 contratos em devolução
- ✓ 66 poços em produção
- ✓ 15 empresas globais consorciadas

Atualmente, fazemos a gestão de 24 contratos de partilha. Destes, nove possuem declaração de comercialidade, dez estão na fase de exploração e cinco em processo de devolução. Juntos, estes contratos já produziram mais de um bilhão de barris de óleo desde 2017. Em dezembro de 2024, estes contratos estavam produzindo, juntos, 1,07 milhão de barris por dia. A produção da União apenas nos contratos de partilha foi de 104 mil barris por dia. Se adicionada a participação nos acordos de individualização da produção (AIPs), a produção da União em dezembro de 2024 foi de 118 mil barris por dia.

Toda a produção da União está sendo comercializada por nossa empresa em leilões spot, para menores volumes, e em grandes leilões, hoje realizados com o apoio operacional da B3. Já a produção de gás natural

da União é atualmente comercializada para a Petrobras.

Em 2024, arrecadamos R\$ 10,32 bilhões para o Tesouro Nacional, um crescimento de 67% em comparação com o ano de 2023, cuja arrecadação foi de R\$ 6,02 bilhões.

Para a realização de nossas atividades, contamos, em 2024, com um quadro de 63 profissionais de livre provimento e três Diretores Executivos – Evamar José dos Santos (Diretor de Gestão de Contratos), Samir Awad (Diretor de Administração, Finanças e Comercialização) e Tabita Loureiro (Diretora Técnica, que em 2024 atuou também como Presidente Interina). Em 2025, faremos nosso primeiro concurso público para formar nosso quadro de pessoal permanente.

Nosso corpo técnico é responsável por análises técnicas de alta complexidade que norteiam as tomadas de decisões no pré-sal e atua diariamente em parceria com operadores e consorciados em busca dos melhores resultados para todos os projetos. Além disso, estamos presentes nos maiores eventos do setor, influenciando e contribuindo com as principais discussões da indústria de óleo e gás, e damos suporte técnico ao Ministério de Minas e Energia (MME) nas temáticas de atuação da empresa.

A **PPSA** é uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, e rege-se pelas Leis nºs 12.304/2010, 6.404/1976, 13.303/2016, 12.351/2010 e 13.679/2018, pelo Decreto nº 8.945/2016, por seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

A integralidade de seu capital social pertence à União, o que a caracteriza como empresa estatal pública submetida ao regime jurídico próprio das empresas privadas (art. 3º da Lei nº 12.304/2010), inclusive no que diz respeito aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias.

DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO

Em 2024, atualizamos nossos direcionadores estratégicos, reforçando nosso compromisso com a sociedade brasileira. Em linha com nossos compromissos na agenda Ambiental, Social e Governança (ESG em inglês),

passamos a evidenciar em nossa missão o respeito às pessoas e ao meio ambiente, e incluímos os temas sustentabilidade e comprometimento com a sociedade em nossos valores.

NOVA MISSÃO, VISÃO E VALORES PPSA

Compromisso renovado com a sociedade.

Ser reconhecida pela sociedade por uma gestão eficiente, na defesa dos interesses da União, com respeito às pessoas e ao meio ambiente.



Maximizar os resultados econômicos dos contratos de partilha e unitizações para a sociedade brasileira, de forma sustentável e segura.

- Competência técnica
- Transparência
- Integridade
- Sustentabilidade
- Comprometimento com a sociedade

Também atualizamos a nossa marca, passando a adotar a sigla PPSA como o nome principal da empresa, em um movimento que visa modernizar e simplificar nossa identidade. A nova marca mantém as cores e o símbolo gráfico, cuja forma é inspirada no losango da bandeira brasileira, destacando agora a sigla, o que facilita seu reconhecimento por todos os públicos.



NOSSA GENTE

Nosso principal ativo é o capital humano. Nossos profissionais reúnem capacidade técnica, comprometimento, experiência e muita vontade de fazer o melhor pelo Brasil. São os responsáveis pelo caminho de sucesso que trilhamos até aqui.

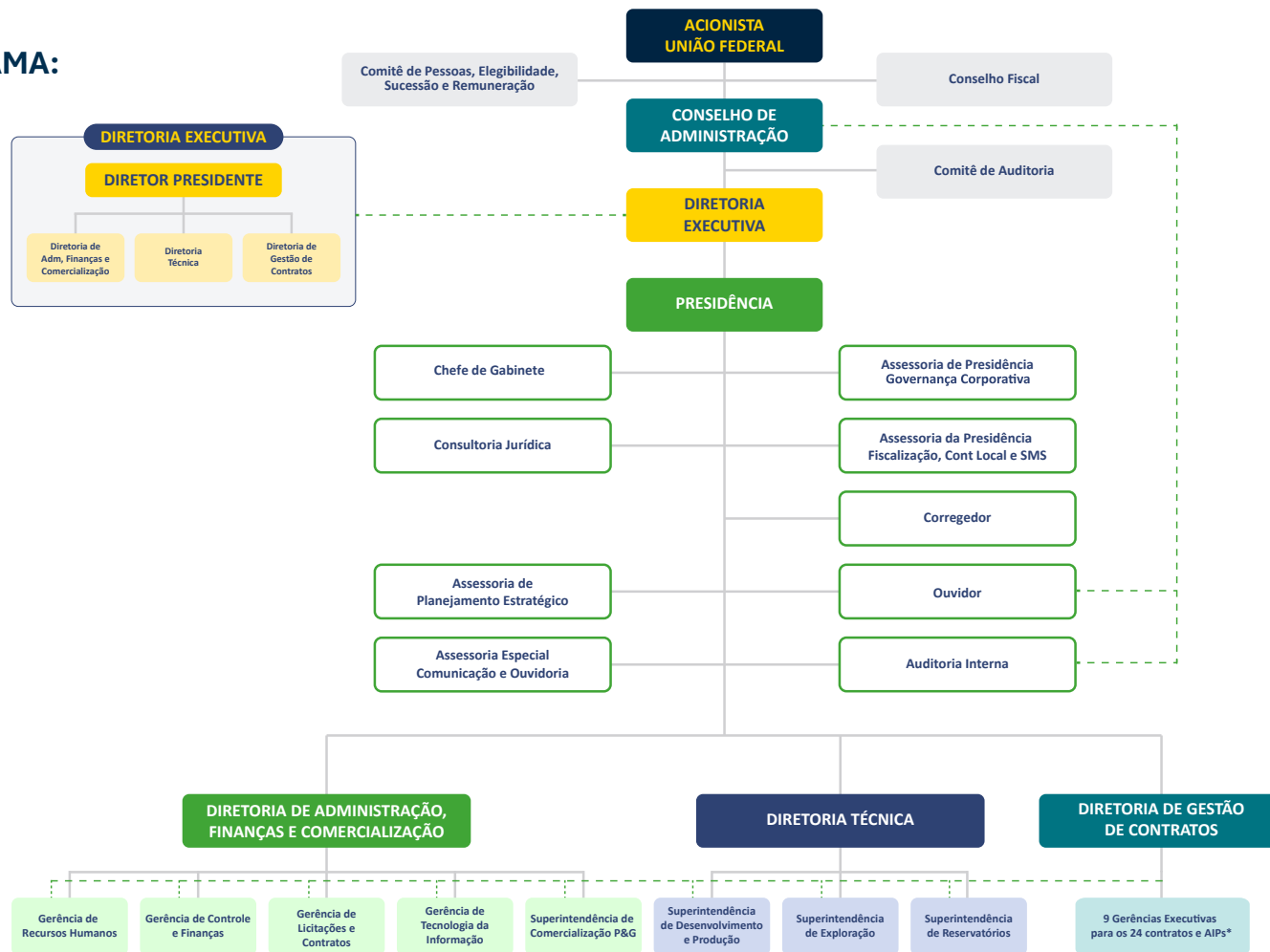
Começamos a empresa, em 2013, com 30 cargos de livre provimento e crescemos à medida que as atividades demandavam. Em 2024, contamos com 63 empregados. Destes, dois foram cedidos, um pela Controladoria-Geral da União (CGU) e um pela

Advocacia Geral da União (AGU). Os demais são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), nos termos do artigo 13 da Lei nº 12.304/2010. Nossa empresa conta com quatro diretores, porém, em 2024, a Presidência foi ocupada interinamente por nossa Diretora Técnica.

Adicionalmente, utilizamos expertise externa para garantir o melhor desempenho das atividades da empresa, por meio de contratos de prestação de serviço nas mais diversas áreas como secretaria, comunicação, consultoria jurídica, comercialização/acompanhamento da produção, tecnologia da informação, contabilidade, auditoria de custo em óleo, agência de viagens e serviços gerais.



CONFIRA O ORGANOGRAMA:



PRIMEIRO CONCURSO PÚBLICO PPSA

Para dar suporte ao crescimento das atividades previstas para a empresa, vamos realizar nosso primeiro concurso público para contratar 100 novos empregados de nível superior a partir de 2025 e formar um cadastro reserva. O concurso tem como base o Plano de Cargos e Salários aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), em junho de 2024.



100 VAGAS

- 52 vagas para Especialistas de Petróleo e Gás
- 36 vagas para Analista de Gestão Corporativa
- 8 vagas para Analista de Gestão de Tecnologia da Informação
- 4 vagas para Advogado

As vagas estão distribuídas entre os cargos de advogado, analista de gestão corporativa, analista de tecnologia da informação e especialista em petróleo e gás, com atuação em 30 diferentes áreas da empresa. Todas as vagas são para trabalhar no escritório do Rio de Janeiro, no Centro do

Últimos dias
para o fim das inscrições

1º CONCURSO PÚBLICO PPSA

VENHA
construir o futuro
do pré-sal

100 VAGAS
+ CADASTRO RESERVA

REALIZAÇÃO: IDCAP PPSA



Rio, que será expandido para atender aos novos funcionários. Das vagas ofertadas, 5% serão oferecidas a pessoas com deficiência (PCDs) e 20% a Pessoas Pretas e Pardas (PPP).

O lançamento do concurso, em novembro de 2024, contou com grande repercussão na mídia, com mais de 300 matérias sobre o tema. A banca organizadora é o Instituto de Desenvolvimento e Capacitação (IDCAP). A expectativa é de que os primeiros concursados ingressem na empresa no segundo semestre de 2025.



ACESSE AQUI:

[Plano de Cargos e Salários](#)

[Informações sobre o 1º Concurso Público PPSA](#)

PLANO DE FUNÇÕES

Além dos novos profissionais que serão contratados por concurso e ingressarão na empresa a partir de 2025, em novembro do ano passado, tivemos a aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do nosso Plano de Funções, aumentando o quadro de pessoal de livre provimento. Esta iniciativa visa garantir que a empresa continue prestando um serviço de excelência diante do aumento de demanda dos últimos anos e do crescimento previsto para os próximos dez anos. Desta forma, o quadro passa de 63 para 74 cargos de livre provimento.



NOSSA GENTE EM 2024

**63**

COLABORADORES

**71,5%**

HOMENS

**28,5%**

MULHERES

**79%**POSSUI ESPECIALIZAÇÃO,
MESTRADO OU DOUTORADO

IDADE MÉDIA

57 ANOS

PERFIL DOS PROFISSIONAIS

Em 2024, atuamos com 63 profissionais. A maioria atua na área técnica (44%). Toda a nossa equipe possui nível superior e 79% possuem especialização, mestrado ou doutorado. Do grupo, 73% são engenheiros e geólogos. A maior parte dos profissionais estão lotadas na operação.

QUADRO DE PESSOAL NÍVEL DE FORMAÇÃO



QUADRO DE PESSOAL FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA



RAÇA E GÊNERO

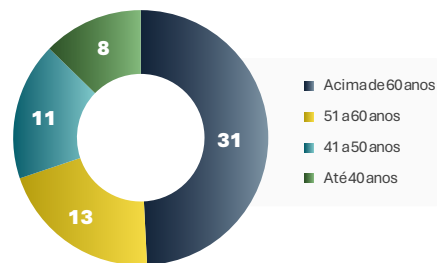
Ao final de 2024, elaboramos um Diagnóstico do Perfil de Diversidade da nossa força de trabalho. O conhecimento do nosso perfil é um importante insumo para o desenvolvimento de ações futuras mais assertivas nesta temática.

Encerramos 2024 com uma equipe formada majoritariamente por homens (71,5%) e, naturalmente, com maior liderança masculina. Da equipe, 52% são brancos. Como nossa atividade exige grande experiência técnica, a idade média é elevada: 57 anos.

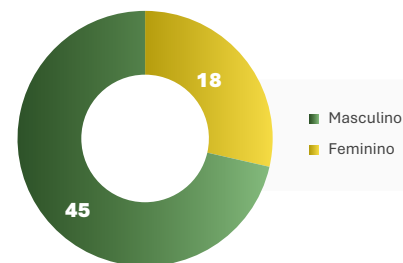
Ampliar a diversidade em nosso quadro é um de nossos objetivos. Em 2025, teremos nosso primeiro Plano de Ação de Diversidade e Inclusão (D&I), com objetivo de criar iniciativas que propiciem, cada vez mais, a participação das mulheres na força de trabalho e na liderança, bem como estimular a diversidade racial.

Para o lançamento do nosso primeiro Concurso Público, desenvolvemos peças de comunicação com o objetivo de representar toda a população brasileira, de forma que todos pudessem se sentir convidados a participar.

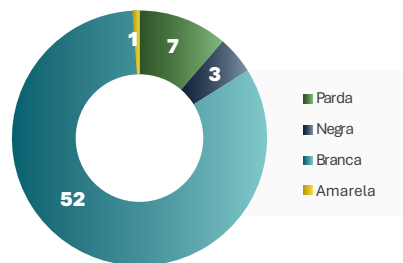
FAIXA ETÁRIA



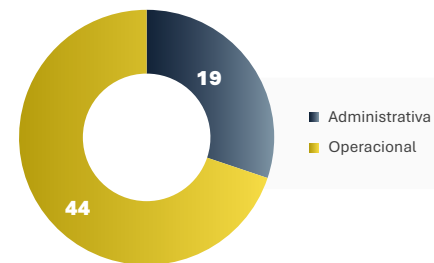
GÊNERO



RAÇA



FUNÇÃO



Fazemos parte do Comitê Permanente para Questões de Gênero, Raça e Diversidade do MME e Entidades Vinculadas (Cogemev) e, em 2024, assinamos o Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão nas Empresas Estatais Federais. Essa iniciativa, firmada entre o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e 34 empresas públicas, propõe estabelecer a cooperação para aprimorar políticas públicas entre as estatais e implementar estratégias que promovam a diversidade nas empresas.

Já o COGEMMEV tem caráter colegiado, consultivo e propositivo, e visa estimular o debate e a implantação de projetos e ações de diversidade, equidade e inclusão, que tratam de políticas para as mulheres, questões de gênero e raça. No ano passado, sediamos parte da Assembleia Geral Ordinária do Comitê em nosso escritório.



Tabita Loureiro e a ministra da Gestão e Inovação Esther Dweck na assinatura do Pacto pela Diversidade

Na nossa empresa, os salários são referentes aos cargos, sem qualquer distinção por gênero. Consideramos que a equidade no tratamento entre os colaboradores é essencial. Para as gestantes, seguimos o período de afastamento da CLT e, ao retornar, garantimos dois meses de trabalho em regime remoto para ampliar o cuidado com os filhos.

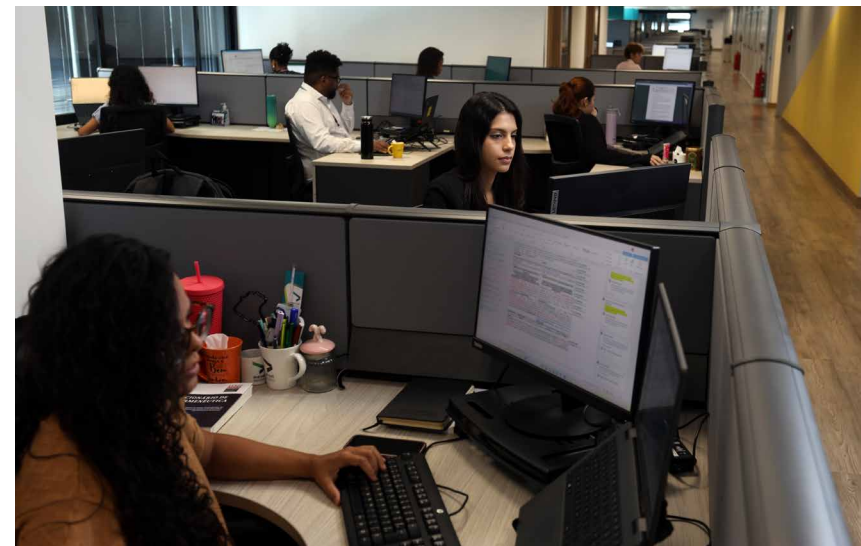
CLIMA E CONDUTA

Nosso Código de Conduta e Integridade deixa explícito que a empresa respeita a diversidade e não tolera preconceito e discriminação de raça, credo, gênero, entre outras. Caso haja algum desvio, há estrutura disponível para recebimento e tratamento de denúncias, com garantia de sigilo e compromisso de confidencialidade.

Temos um ótimo clima de trabalho, com relações entre os colaboradores pautadas pela cordialidade, disciplina, respeito e confiança, não sendo admitida qualquer forma de preconceito, discriminação, assédio moral ou sexual. É dever dos nossos gestores garantir aos colaboradores um ambiente de trabalho livre de insinuações e propício à disseminação da ética e integridade.

Nossa cultura é de trabalho colaborativo. Para fazer uma boa gestão dos contratos de partilha, representar a União nos acordos de individualização da produção e, por fim, comercializar as parcelas de petróleo e gás natural da União, contamos com o trabalho paralelo e contínuo de diversas áreas, incluindo profissionais de diferentes formações e perfis. Cada equipe é parte fundamental do processo. Estimulamos a troca de ideias, a parceria entre as áreas e a discussão aberta para solução de eventuais conflitos.

Todo colaborador e administrador, independentemente do cargo, deve conhecer e assinar o Código de Ética e Conduta e à Política Anticorrupção.



**ACESSE
AQUI:**

[Código de Conduta
e Integridade](#)

[Política
Anticorrupção](#)

[Regimento interno](#)

[Organograma](#)

[Quem é quem](#)

[Liderança](#)

[Gestão de pessoas](#)

BENEFÍCIOS

Disponibilizamos para nossos empregados os benefícios de assistência médica e odontológica extensiva aos dependentes legalmente aceitos, além de auxílio-refeição, este último reajustado em 2024.

TREINAMENTO

A capacitação técnica é o nosso valor mais reconhecido pelo mercado. Nossos profissionais são experientes, mas entendemos que a jornada do conhecimento deve ser contínua. Em 2024, investimos R\$ 583 mil em treinamento, capacitações, workshops e participação em congressos, atingindo 100% dos colaboradores da PPSA.

PROGRAMA DE ESTÁGIO

Em abril de 2024, realizamos nosso primeiro Programa de Estágio. O processo seletivo aconteceu em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e recebeu mais de três mil inscrições de estudantes de diversas áreas de formação.

O programa foi elaborado com foco em proporcionar a melhor experiência aos estagiários ao longo de sua jornada na empresa, promovendo o desenvolvimento de habilidades comportamentais e técnicas. A seleção contou com diversas etapas desde o envio do currículo ao agente integrador até a admissão de 16 estagiários.

Quando selecionados, os futuros profissionais participaram de um workshop com seus gestores e a Diretoria da empresa. Conheceram sobre o setor de petróleo e gás e as atividades realizadas em todas as áreas da empresa.

O Programa de Estágio trouxe a união entre experiência e juventude para a PPSA: nossos profissionais, dispostos a orientar e auxiliar na formação dos futuros profissionais, e os estudantes, com boas ideias e vontade de aprender.



PARTICIPAÇÃO EM COMITÊS

NOSSOS EMPREGADOS TAMBÉM PARTICIPAM DE ALGUNS COMITÊS

EXTERNOS

COMITÊ DE SEGURANÇA DO EDIFÍCIO DO RB1

Onde está situado o escritório da companhia no Rio de Janeiro. Os dez integrantes recebem treinamento e cumprem rotinas de verificação das condições de segurança da empresa. Em práticas de simulados, orientam os demais a atuar diante de situações de emergência.

COMITÊ GÁS PARA EMPREGAR

Os profissionais da PPSA participaram dos cinco comitês. A empresa foi responsável por coordenar o Comitê 3 - Modelo de comercialização do gás natural da União.

COMITÊ PERMANENTE PARA QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE DO MME E ENTIDADES VINCULADAS (COGEMMEV)

As duas integrantes atuam com objetivo de debater e propor na empresa a implantação de projetos e ações de diversidade, equidade e inclusão que tratam de políticas para as mulheres, questões de gênero e raça.

INTERNOS

COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO A ACIDENTES E ASSÉDIO (CIPA)

Os 12 integrantes atuam com o objetivo de garantir a segurança e a melhoria do ambiente e bem-estar para os nossos colaboradores.

COMITÊ DE MELHORIAS DO SISTEMA DE GESTÃO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

Os 16 integrantes trabalham para garantir que o SGPP, principal sistema da empresa para fazer a gestão dos contratos de partilha de produção, esteja sempre atualizado e atendendo às necessidades da empresa.

COMITÊ DE TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (CTSI)

Os seis integrantes atuam com o objetivo de decidir, recomendar e direcionar as ações de Segurança da Informação e Comunicação.

COMITÊ DE GESTÃO TECNOLÓGICA

Os cinco integrantes atuam para garantir as melhores práticas na aplicação de tecnologia nos contratos de partilha de produção.

COMITÊ ESTRATÉGICO DE DESCARBONIZAÇÃO

Os 11 integrantes atuam com objetivo de aumentar o conhecimento a respeito de tecnologias, iniciativas e medições relacionadas à descarbonização dos projetos do Pré-sal.

COMITÊ DE LGPD

Os cinco integrantes atuam com objetivo de garantir a aplicação da legislação na empresa.

GRUPO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Os três integrantes atuam com o objetivo de coordenar as ações necessárias à realização do Processo Seletivo Público da PPSA.

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

Os 11 integrantes atuam com o objetivo de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos e acumulados na PPSA.



POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Em 2024, a política de remuneração dos colaboradores foi baseada em um salário fixo mensal, conforme valores apresentados na tabela. Ao final do ano, tivemos nosso programa de Participação nos Lucros (PLR) para os empregados, aprovado pela SEST. Uma vez cumpridas as etapas previstas, os empregados receberão, pela primeira vez, a PLR em 2025. O programa será vinculado ao lucro da companhia e ao estabelecimento de metas específicas, espelhando o que já é realizado para a Remuneração Variável da Diretoria Executiva.

REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E DOS COLEGIADOS

A remuneração global dos administradores é aprovada na Assembleia Geral, realizada anualmente. Os benefícios referem-se ao auxílio refeição e ao plano de saúde. O quadro apresenta o valor da remuneração individual máxima e mínima da Diretoria Executiva e dos demais colegiados nos últimos três anos, bem como o valor médio da remuneração.

VALOR ANUAL DA REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL MÁXIMA E MÍNIMA DOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA (R\$)

	DIRETORIA EXECUTIVA			CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			CONSELHO FISCAL			COMITE DE AUDITORIA			COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO		
Nº DE MEMBROS	2024	2023	2022	2024	2023	2022	2024	2023	2022	2024	2023	2022	2024	2023	2022
VALOR DA MAIOR REMUNERAÇÃO	1.099.411	1.041.689	973.768	103.455	98.001	91.656	103.455	98.001	91.656	103.455	98.001	91.656	51.728	49.001	0
VALOR DA MENOR REMUNERAÇÃO	1.048.674	993.611	928.825	103.455	98.001	91.656	103.455	98.001	91.656	103.455	98.001	91.656	51.728	49.001	0
VALOR MÉDIO DA REMUNERAÇÃO	1.061.358	1.005.630	940.061	103.455	98.001	91.656	103.455	98.001	91.656	103.455	98.001	91.656	51.728	49.001	0

Nota: Na composição da remuneração individual estão incluídos os honorários mensais, as férias e a gratificação natalina com base na aprovação dos valores pela AGO

EMPREGADOS	dez/2024
MAIOR REMUNERAÇÃO	44.905,02
MENOR REMUNERAÇÃO	22.452,51
REMUNERAÇÃO MÉDIA	35.549,81

DIRETORES	dez/2024
MAIOR REMUNERAÇÃO	83.283,33
MENOR REMUNERAÇÃO	79.439,99
REMUNERAÇÃO MÉDIA	80.400,83

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DA DIRETORIA EXECUTIVA

O Programa de Remuneração Variável (RVA) é um instrumento de gestão que busca alinhar esforços dos membros da Diretoria Executiva, com vistas ao atendimento dos objetivos estratégicos da companhia, incluindo a execução de políticas públicas, por meio de fixação de metas de resultado, adoção de boas práticas de governança corporativa e gestão de riscos. O programa vincula a parcela da remuneração ao desempenho dos seus diretores, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa e o alcance de resultados.

Participam do programa todos os membros da Diretoria Executiva da PPSA, sejam estes ativos ou os desligados ao longo do exercício, desde que tenham ocupado o cargo de direção por período igual ou superior a trinta dias.

O valor da parcela de RVA a ser destinado a cada participante é calculado proporcionalmente ao tempo de trabalho efetivo no exercício. O Programa não se aplica aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. O programa é mensurado por meio de indicadores, distribuídos em três dimensões: econômico-financeira, atuação em políticas públicas e governança corporativa. Cada dimensão contém dois indicadores, com pesos pré-estabelecidos.

Em 2024, o resultado foi superior à meta. Com isso, a Diretoria Executiva receberá o pagamento de 1,342 salários.

RVA - DIRETORES	2024
MAIOR REMUNERAÇÃO	124.925,01
MENOR REMUNERAÇÃO	119.159,24
REMUNERAÇÃO MÉDIA	120.600,68

INDICADORES, DESCRIÇÕES E RESULTADOS

DIMENSÕES	INDICADOR	SINAL*	META	PESO	RESULTADO	CUMPRIMENTO DE CADA META	PESO PONDERADO	CUMPRIMENTO DA META
Econômico Financeiro	Despesa total da PPSA (milhões R\$) / Volume de óleo comercializado (milhões bbl)	-	6,09 R\$/bbl	15%	3,67 R\$/bbl	>120%	22,5%	139,7%
	Receita para a União	+	R\$ 6.602 milhões	15%	R\$ 10.326 milhões	>120%	22,5%	156,4%
Políticas Públicas	Volume de óleo da União comercializado	+	19,28 milhões de barris	25%	27,39 milhões de barris	>120%	37,5%	142,1%
	Atendimento de ballots e AFEs no prazo	+	95%	25%	99,8%	≤105% e >104%	26,3%	105,0%
Governança, Conformidade e Transparência	Indicador de Conformidade Sest (IC-Sest)	+	900	10%	947	≤110% e >105%	15,0%	105,2%
	Índice de Realização do Planejamento Estratégico corporativo	+	95%	10%	98%	≤104% e >103%	10,4%	103,2%
Observações:							134,2%	

* O sinal será positivo (+) quando o indicador for do tipo 'maior-melhor' e negativo (-) caso contrário.

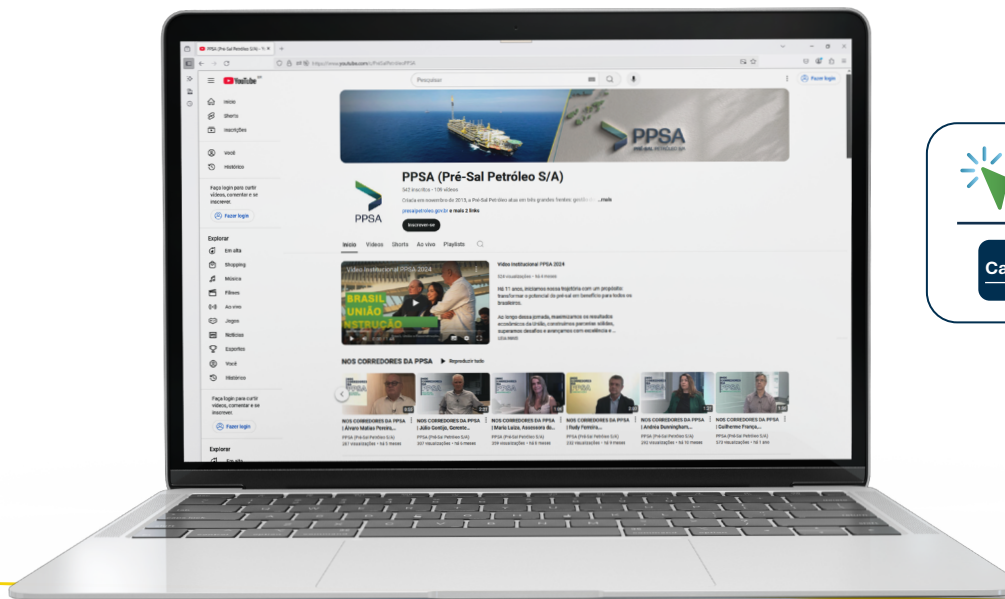
GESTÃO DO CONHECIMENTO

Como parte dos preparativos para a chegada de 100 novos funcionários, iniciamos, ainda em 2023, um programa de Gestão do Conhecimento. Somos uma empresa em que os capitais humano e intelectual são de extrema relevância, e garantir que o conhecimento seja preservado e disseminado é a nossa prioridade. Criamos um Comitê de Gestão do Conhecimento e, na primeira etapa do programa, identificamos e priorizamos quais eram os conhecimentos necessários para que as equipes continuassem a ter excelência técnica.

Em 2024, avançamos no processo, trabalhando nas estratégias de transferência de conhecimento e na documentação necessária para a correta disseminação. Elaboramos um Programa de Ambientação para os novos colaboradores e desenvolvemos

um modelo de Trilhas e Guias de Conhecimentos. No primeiro semestre de 2025, todas as áreas irão trabalhar na elaboração customizada destes materiais, garantindo assim o acesso contínuo ao conhecimento, evitando a perda de informações críticas e assegurando sua disponibilidade para todos.

Em paralelo, continuamos trabalhando em materiais didáticos que ajudem a explicar a empresa e facilitem o dia a dia dos novos profissionais. Um exemplo é a produção da série de vídeos “Nos Corredores da PPSA”, disponível em nosso canal no YouTube, em que nossos executivos explicam a atuação de diversas áreas.

**ACESSE AQUI:****Canal YouTube PPSA**

PROGRAMA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO



Preservação e transferência do conhecimento

Garantindo que o conhecimento acumulado na empresa esteja sempre acessível



Padronização de processos

Unificando procedimentos para assegurar consistência



Melhorar a comunicação interna

Facilitando a troca de informações entre áreas



Redução de dependências

Minimizamos a dependência de indivíduos específicos



Aprimoramento contínuo

Assegurando a conformidade com normas e regulamentos



Atualizações periódicas

Realização de revisões periódicas para incorporar novas diretrizes e procedimentos conforme necessário

2. CENÁRIO EXTERNO

A IMPORTÂNCIA DO SETOR DE
PETRÓLEO E GÁS NATURAL
DESTAQUES DE 2024 NO SETOR
O REGIME DE PARTILHA DE
PRODUÇÃO

A IMPORTÂNCIA DO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL



O setor de óleo e gás tem um impacto significativo no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, representando, em média, 17% do PIB industrial do país na última década. Essa participação destaca a importância do setor na geração de riqueza e desenvolvimento industrial do Brasil. O país ocupa a 7ª posição entre os maiores produtores mundiais de petróleo, acima de muitos países do Oriente Médio. O petróleo alcançou o primeiro posto na pauta de exportações em 2024, representando 13,3% das exportações do Brasil e superando a soja.

Hoje, o pré-sal é responsável por cerca de 80% da produção nacional e os oito contratos em regime de partilha, que já produzem diariamente cerca de um milhão de barris por dia, representam cerca de 30% da produção total.

O setor gera, aproximadamente, 1,6 milhão de empregos diretos e indiretos, com salário 7,3 vezes superior à média nacional.

QUEM É QUEM NO SETOR DE ÓLEO E GÁS NO BRASIL

ANP

Agência reguladora responsável pela supervisão e regulação das atividades de exploração, produção e comercialização de petróleo e gás natural no Brasil. Tem a atribuição de organizar e supervisionar os leilões para exploração de petróleo, além de garantir a fiscalização e o cumprimento das normas contratuais e ambientais.

Ministério de Minas e Energia (MME)

Órgão responsável pela formulação e execução das políticas energéticas do Brasil, incluindo o setor de petróleo. Define as diretrizes para o desenvolvimento sustentável da indústria de petróleo e gás e coordena ações com outros órgãos do governo e do setor privado, com o objetivo de assegurar a oferta segura de energia ao país.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Órgão responsável pela formulação e implementação da política nacional de meio ambiente. No contexto do setor de petróleo, atua em parceria com o Ibama e outros órgãos para garantir que as operações do setor respeitem a legislação ambiental, especialmente no que se refere ao licenciamento ambiental e à mitigação dos impactos de grandes empreendimentos.

Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

Órgão vinculado ao MME que assessoria o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes energéticas. É presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia e conta com a participação de outros ministros, representantes da sociedade civil, de universidades e do Fórum Nacional de Secretários de Estado de Minas e Energia.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

Principal órgão executor das políticas ambientais no Brasil e tem a função de licenciar, avaliar os impactos de exploração e fiscalizar as atividades do setor de petróleo, garantindo que as operações sejam realizadas em conformidade com as normas ambientais.

Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

Responsável por realizar estudos e oferecer suporte técnico ao planejamento do setor energético no Brasil, incluindo petróleo e gás natural. A empresa elabora cenários de oferta e demanda, analisa a viabilidade de projetos de exploração e refino e apoia a formulação de políticas públicas no âmbito do MME.

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural – Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA)

Tem o objetivo de gerenciar a comercialização do petróleo e gás natural extraídos sob o regime de partilha de produção no pré-sal. Representa os interesses da União nas operações de exploração e produção em blocos estratégicos, garantindo que o governo federal receba sua parte dos recursos produzidos nessas áreas. Além disso, a empresa atua na gestão de contratos de partilha.

Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP)

Entidade privada sem fins lucrativos que representa as empresas do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis no Brasil. Seu papel central é promover o diálogo entre o setor privado, o governo e a sociedade civil, atuando como interlocutor em questões regulatórias, fiscais e de políticas públicas.

Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)

Maior empresa de petróleo do Brasil e uma das mais importantes no cenário global. Como uma sociedade de economia mista, é controlada pelo governo federal e opera em todos os segmentos da cadeia de petróleo e gás. A Petrobras é a principal operadora do pré-sal.

Shell, Equinor, Total Energies, ExxonMobil, Petrogal, Repsol Sinopec, CNPC, CNOOC, Ecopetrol, BP Energy, CNODC, QPI, Chevron, Petronas e Qatar Energy

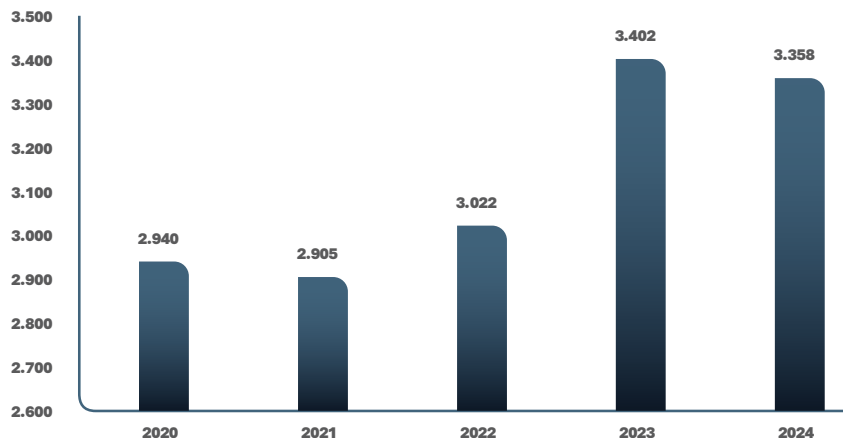
Empresas públicas e privadas de outros países, que possuem uma forte presença no Brasil e atuam em contratos em regime de partilha, demonstrando a importância do setor de óleo e gás brasileiro no cenário internacional.

Fonte: Tribunal de Contas da União

DESTAQUES DE 2024 NO SETOR

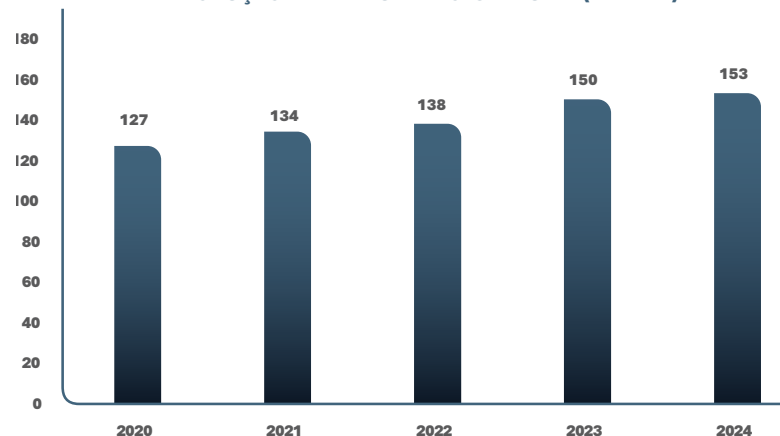
O ano de 2024 registrou ligeira queda de 1,29% na produção de petróleo em comparação ao ano anterior. A produção média anual de petróleo foi de 3,358 milhões de barris/dia, abaixo do recorde que foi observado no ano anterior (2023), quando atingiu 3,402 milhões de barris/dia. A produção de gás natural no ano de 2024 atingiu a média anual de 153 milhões de metros cúbicos/dia, cerca de 2% maior do que a observada no ano anterior (2023), quando atingiu 150 milhões de metros cúbicos/dia.

PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL DE PETRÓLEO (MBBL/D)



Fonte: ANP

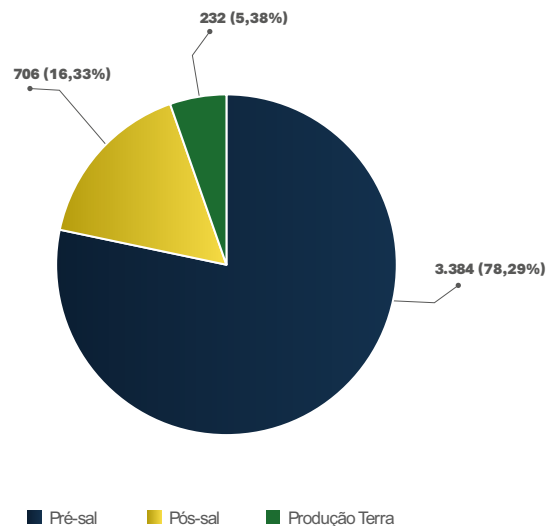
PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL DE GÁS NATURAL (MMM³/D)



Fonte: ANP

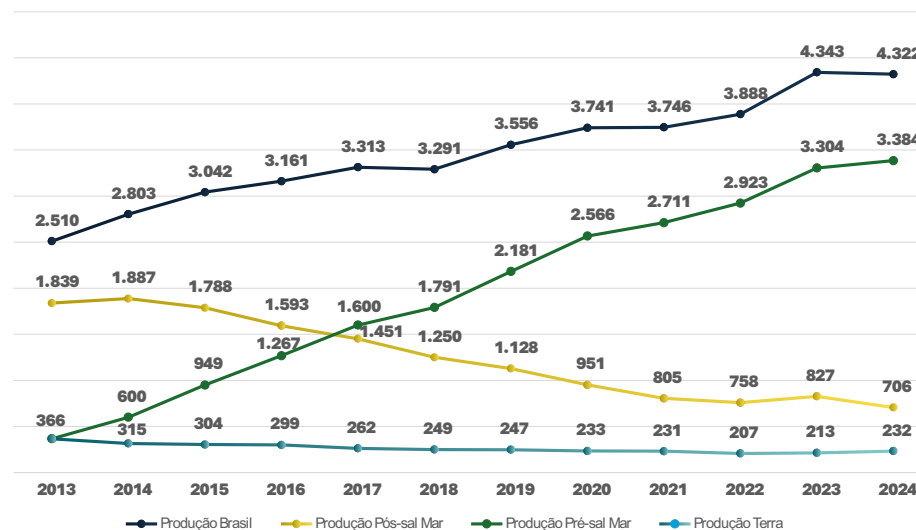
A maior parte da produção foi proveniente de reservatórios do pré-sal, que representa, em média, 78,29% da produção nacional, em óleo equivalente. Já as produções do pós-sal e terrestre representam, em média, 16,33% e 5,38%, respectivamente, do total produzido no país, também em óleo equivalente. O gráfico relaciona a variação anual da produção, por ambiente, desde 2013.

PERCENTUAL DE PRODUÇÃO POR AMBIENTES (MBOE/D) - 2024



Fonte: ANP

HISTÓRICO DE PRODUÇÃO POR AMBIENTE (MBOE/D)



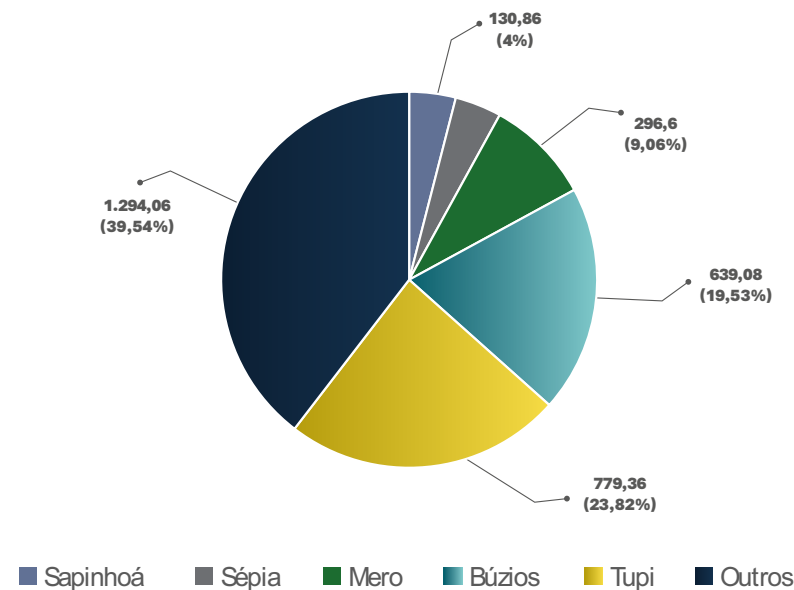
Fonte: ANP

A União tem participação nos cinco campos marítimos que mais produziram petróleo em 2024. Búzios, Mero, Sapinhoá e Sépia são campos que operam em regime de partilha e, em Tupi, a União tem participação na Jazida Compartilhada (área não contratada).

No mercado de gás natural, o destaque do ano foi o Programa Gás para Empregar, que visa aumentar a oferta de gás natural. Entre os diversos encaminhamentos dos programas, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis poderá determinar a redução da reinjeção de gás nos poços produtores para os projetos futuros. Para isso, a agência ouvirá as petroleiras e analisará cada projeto, podendo redimensionar o percentual de reinjeção de cada empreendimento. A determinação só valerá para os projetos ainda em análise, que não tiveram o contrato assinado com a ANP.

O programa também resultou em resolução do CNPE, que permite que a nossa empresa contrate o escoamento e processamento do gás natural da União nos contratos de partilha, além de comercializar gás natural, GLP e outros líquidos derivados do processamento no mercado nacional. Até o momento, o gás natural da União é vendido diretamente à Petrobras na saída dos navios-plataforma em operação. As diversas medidas resultantes do Gás para Empregar poderão possibilitar, para os próximos anos, uma maior disponibilização de gás para o mercado.

OS 5 CAMPOS MARÍTIMOS QUE MAIS PRODUZIRAM PETRÓLEO (MBBL/D) - 2024



Fonte: ANP

Somado a isso, o país ganhou um novo gasoduto em 2024, o Rota 3, responsável por escoar a produção de gás natural da Bacia de Santos ao Polo Gaslub, em Itaboraí (RJ). Planejado desde 2014, o empreendimento é considerado fundamental para aumentar a oferta de gás natural ao mercado.

Também foi um ano de alterações na política de conteúdo local (CL). A Lei nº 15.075/2024 autoriza a transferência de excedentes de conteúdo local entre contratos de exploração e produção de petróleo e gás vigentes, desde que sejam cumpridas as condições estabelecidas. Se um consórcio petrolífero superar o índice mínimo obrigatório de compra de produtos brasileiros, o excedente percentual poderá ser repassado, em valor monetário, a outra operação o que esteja abaixo desse mínimo.

No que tange a avanços exploratórios necessários para a reposição das reservas de

petróleo e a garantia da segurança energética do país no futuro, a Margem Equatorial esteve no centro do debate. Uma das principais razões é o fato de as projeções de produção encaminhadas pelas operadoras apontarem para um declínio a partir de 2030. Assim, entende-se que, sem a entrada de novos projetos, haverá a alarmante necessidade de importação de petróleo até o final da década de 2030, ficando o país vulnerável a crises internacionais e com sua soberania energética ameaçada.

Neste contexto, debateu-se intensamente em 2024 que, enquanto as tradicionais bacias já não oferecem atualmente áreas adicionais de grande potencial que atraiam novos investimentos, a Margem Equatorial é uma nova fronteira exploratória, com potencial relevante ao país. Se bem-sucedida, poderá fornecer sustentação aos níveis de produção nacional e produzir impactos sociais e fiscais relevantes para a

sociedade brasileira. Pelos mesmos motivos, também foi debatida intensamente a necessidade da continuidade de exploração no pré-sal.

A pauta da transição energética também foi largamente discutida em 2024, fazendo parte de todas as agendas da indústria de óleo e gás. Mesmo que as emissões do upstream representem apenas 1% do total de emissões de gases do efeito estufa do Brasil, a indústria tem trabalhado para continuar descarbonizando suas atividades e para produzir, no pré-sal, um dos petróleos menos poluentes do mundo.

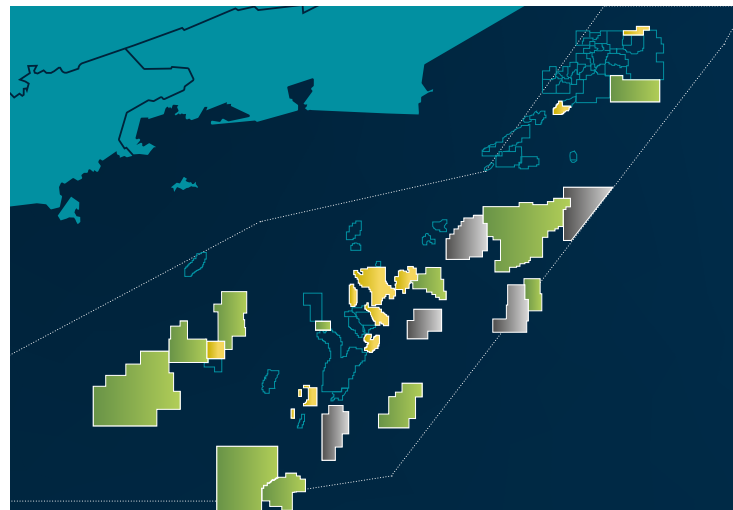


O REGIME DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

A descoberta do pré-sal significou um novo rumo de desenvolvimento para o país, que trouxe grandes investimentos na economia. Com isso, o governo criou o regime de partilha de produção, em 2010, por meio da Lei 12.351/2010, para a exploração das áreas do pré-sal e outras áreas estratégicas. Nesse modelo, o petróleo extraído é compartilhado entre o governo e a empresa contratada. O Estado, representado pela União, permanece como proprietário do petróleo no subsolo, e a empresa que vence o leilão atua como operadora, dividindo com a União uma parte do lucro obtido com a produção.

Ao contrário do regime de concessão, no regime de partilha, a União recebe parte do petróleo produzido, definida com base em um percentual ofertado pela empresa durante o leilão.

A partilha é válida para todos os campos dentro do chamado polígono do pré-sal e em áreas estratégicas. O polígono é uma área com extensão de, aproximadamente, 149 mil Km², situada no Brasil, entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo. É lá que se encontra o pré-sal brasileiro, com reservatórios que podem atingir a profundidade de 7 mil metros a partir do nível do mar e possuem grandes acumulações de óleo leve. Os poços têm alta produtividade e o óleo advindo deles tem a menor taxa de emissão de gases poluentes do setor.



O Polígono do Pré-Sal

- 149 mil km²
- Distância de 300 km da costa
- Reservatórios de excelente qualidade
- Profundidade de até 7 mil metros
- Grandes acumulações de óleo leve
- Alta pressão e produtividade
- Grandes espessuras de sal

Assim como o regime de partilha, nossa empresa também foi estabelecida em 2010, mas apenas em novembro de 2013 foi empossada a primeira diretoria. Neste mesmo ano foi realizada a 1ª Rodada de Partilha de Produção, que ofertou o contrato de Libra, arrematado pelo consórcio composto por Petrobras, Shell, Total, CNPC e CNOOC.

O início da produção em partilha e a realização de novas rodadas para licitação de blocos só aconteceram cinco anos depois, em 2017. Até o momento, já foram realizadas 10 rodadas de licitação em partilha, e vigoram no país 24 contratos. A modalidade de Oferta Permanente (OPP) é hoje o principal mecanismo de oferta e licitação de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural neste regime. Como não foram realizadas rodadas de licitações em 2024, espera-se que, a partir de 2025, novos blocos poderão ser licitados neste regime.



O FUTURO

A partir de 2025, novos blocos poderão ser licitados em regime de partilha de produção.

Em dezembro de 2023, a Resolução nº 11 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), autorizou a licitação dos blocos de Itaimbezinho, Ametista, Ágata, Mogno, Jaspe, Amazonita, Safira Leste, Safira Oeste, Citrino, Larimar e Ônix no Sistema de Oferta Permanente, além dos remanescentes Esmeralda, Jade e Turmalina, sob o regime de partilha de produção, aprovando os parâmetros técnicos e econômicos do certame. No entanto, não houve rodada de licitações em 2024.

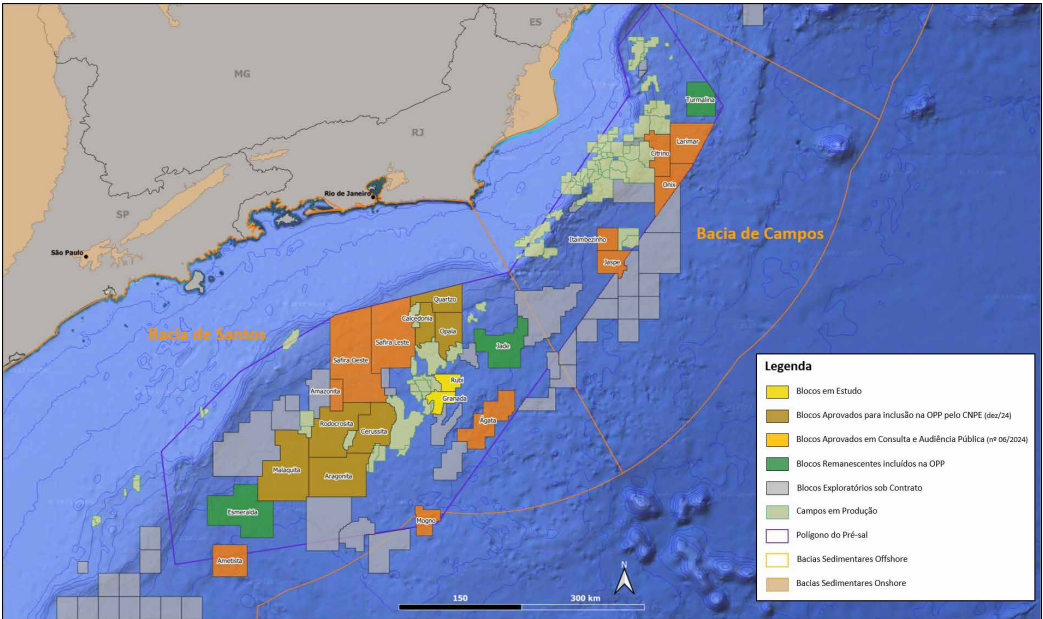
Já em agosto de 2024, por meio das Resoluções nº 6 e nº 7, o CNPE autorizou novas oportunidades no Sistema de Oferta Permanente. A Petrobras foi designada operadora obrigatória do bloco de Jaspe, com

participação mínima de 40%, gerando uma expectativa de receitas de bônus de assinatura de R\$ 401 milhões.

Em 10 de dezembro, o CNPE aprovou a inclusão dos blocos Cerussita, Aragonita, Rodocrosita, Malaquita, Opala, Quartzo e

Calcedônia na Oferta Permanente de Partilha de Produção (OPP). Os blocos estão localizados no pré-sal da Bacia de Santos.

Caso estes 21 novos blocos sejam licitados, a PPSA poderá fazer a gestão de até 47 contratos nos próximos anos.



Rodadas de licitação passadas e cenário futuro

Processos de devolução
Peroba
Saturno
Dois Irmãos
ACFO
Três Marias

2013 a 2017

1ª, 2ª e 3ª rodadas

Libra (2013)
Sapinhoá
Carcará
Sul de Gato do Mato
Peroba
Alto de Cabo Frio Central
Alto de Cabo Frio Oeste

Jun/2018

4ª rodada

Uirapuru
Três Marias
Dois Irmãos

Set/2018

5ª Rodada

Saturno
Titã
Pau-Brasil
SE de Tartaruga Verde

Nov/2019

6ª Rodada

Aram

VECO 1
Itapu
Búzios

Nov/2021

VECO 2

Atapu
Sépia

Dez/2022

Oferta Permanente 1

Água Marinha
Bumerangue
Norte de Brava
Sudoeste de Sagitário

Dez/2023

Oferta Permanente 2

Tupinambá

2025

Cenário futuro
21 blocos autorizados pelo CNPE

5

empresas operadoras

15

empresas consorciadas

Cenário da PPSA até dez/2024

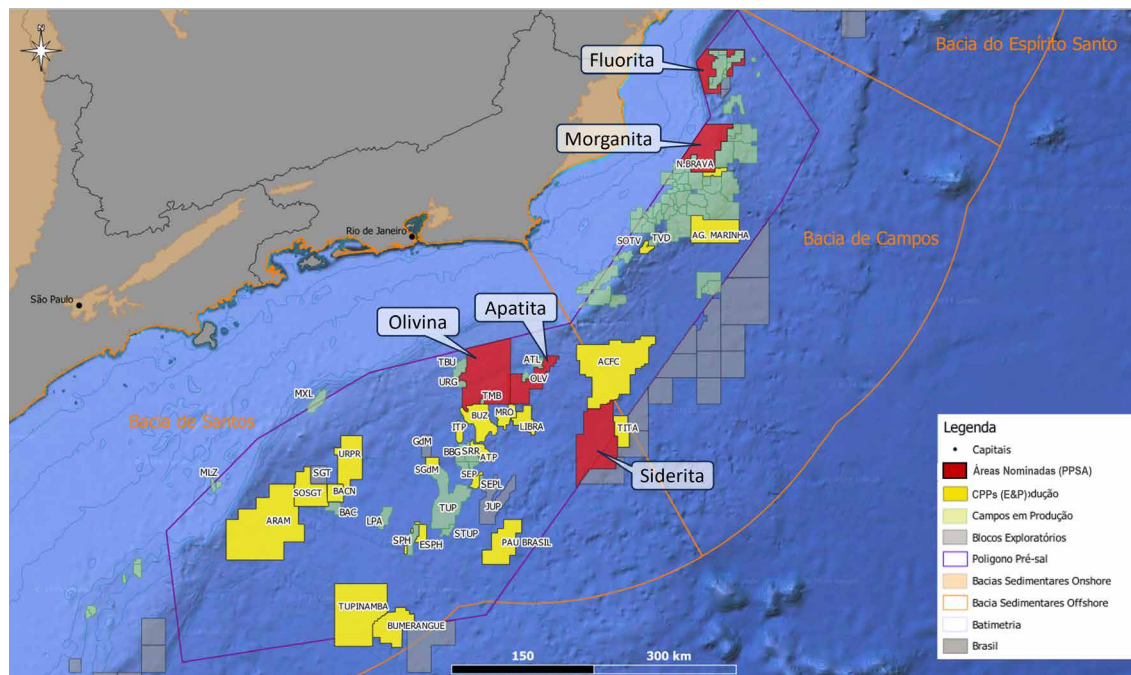
24

contratos de partilha de produção

ÁREAS POTENCIAIS

Além dos blocos já autorizados, outros blocos poderão ser ofertados no futuro como resultado de estudos realizados por nossa empresa. Seguindo a Diretriz 1 do Planejamento Estratégico 2024-2028, que teve como objetivo “Aumentar a atratividade do pré-sal”, nossa equipe trabalhou na interpretação da base do pré-sal e na identificação de áreas potenciais. Como resultado deste trabalho, pela primeira vez desde a nossa criação, apresentamos à ANP estudos e documentação propondo quatro novos blocos exploratórios, além da nominação de uma área no entorno do campo de Jubarte, para os leilões da Oferta Permanente de Partilha.

São os blocos Morganita, Siderita, Apatita e Olivina, além do Entorno de Jubarte. As áreas estão atualmente em avaliação pela ANP.



PRINCIPAIS CONCEITOS DO REGIME DE PARTILHA

Custo em Óleo

Todos os custos e investimentos de um empreendimento no polígono do pré-sal são do operador e demais contratados. Em caso de sucesso exploratório, esses investidores têm direito à recuperação de um volume de hidrocarbonetos, o chamado “custo em óleo”.

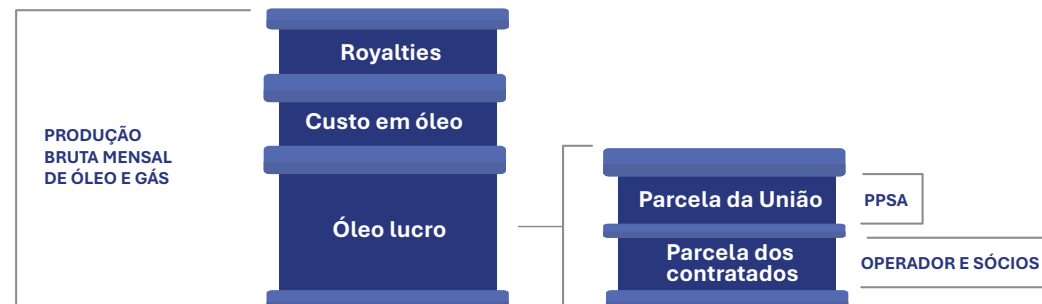
Trata-se, portanto, de um volume a que os investidores fazem jus como forma de ressarcimento pelos aportes financeiros realizados. Geralmente, todos os gastos relacionados às atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e descomissionamento das instalações (em definição ampla, atividades de E&P) são passíveis de reconhecimento como custo em óleo. Cabe à nossa empresa receber as remessas de custos em óleo enviadas pelo operador, analisar e aprovar ou não os gastos realizados.

Excedente em óleo ou óleo lucro

Significa a diferença entre o valor referente ao volume total produzido, o custo em óleo e o valor correspondente aos royalties devidos. O excedente em óleo é dividido entre a União e os contratados, na forma do contrato de partilha.

Excedente em óleo da União

O excedente em óleo da União estabelece à produção de cada campo que será destinada à União, na forma do contrato de partilha. Essa produção pode variar bastante de contrato para contrato, especialmente porque é influenciada pela alíquota ofertada nos leilões.



ATRATIVIDADE DO PRÉ-SAL

À medida que novas fronteiras exploratórias emergem com recentes descobertas de reservas significativas de hidrocarbonetos, ao mesmo tempo que outras bacias sedimentares, em estágio de maturidade mais avançado, começam a apresentar esgotamento com claros sinais de aumento do risco geológico, redução no esforço exploratório e declínio na reposição de reservas, as comparações sobre as características, exposição ao risco e o desempenho econômico-financeiro dos regimes jurídico-fiscais ao redor do mundo se tornam essenciais para avaliar a atratividade dos ativos de exploração e produção globais. Principalmente quando se consideram os desafios globais de transição energética e descarbonização.

Em um cenário de alta competição, o modelo de contrato de partilha de produção é

um fator determinante na decisão de investimento em exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural, uma vez que ele descreve a relação entre os governos e os investidores em relação a como os custos são recuperados e os lucros são compartilhados.

Neste contexto, incluímos em nosso Planejamento Estratégico duas iniciativas com o objetivo de estudar mecanismos que possam ser adotados para manter a atratividade deste regime. A primeira ação visou o estudo de sinergias e incentivos que possam viabilizar a comercialidade de áreas exploratórias nos contratos de partilha atuais e futuros. Nossa equipe buscou identificar e propor possíveis ações regulatórias e incentivos fiscais para serem avaliados pelo Ministério de Minas e Energia, buscando aumentar a atratividade dos investidores nas próximas rodadas de

licitações. Apresentamos, também, para análise e discussão, um estudo de caso real no pré-sal.

Em uma segunda frente, avaliamos os nossos contratos em relação aos de outros países que adotam este tipo de regime fiscal, em busca de comparar as principais diferenças e semelhanças. Neste contexto, realizamos um workshop em nosso escritório para troca de experiências e conhecimentos com o time da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG) de Angola e fizemos reuniões frequentes com o time da Staatsolie (Suriname), empresa estatal que está iniciando o desenvolvimento do primeiro campo offshore.



Equipes da PPSA e da ANPG em workshop para debater contratos em regime de partilha

3. COMO GERAMOS VALOR

MATERIALIDADE

MODELO DE NEGÓCIOS

CADEIA DE VALOR

MATERIALIDADE

A matriz de materialidade representa os temas mais importantes para nossa empresa, considerando o potencial que tais assuntos têm de afetar nossa capacidade de geração de valor a curto, médio e longo prazos, podendo, portanto, impactar o negócio, positiva ou negativamente.

Para compor a matriz de 2025, analisamos os temas mapeados no ano passado, avaliámos quais deles foram trabalhados, e também aqueles que serão alvo de esforços no Plano Estratégico 2025-2029.

Esta análise resultou na manutenção de todos os temas de 2024 e na inclusão de outros três: gestão de AIPs, inteligência artificial, concurso público e integridade, igualdade e diversidade.



ATRATIVIDADE DO POLÍGONO DO PRÉ-SAL



PROGRAMA GÁS PARA EMPREGAR



GESTÃO DE PESSOAS



SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA PPSA



GESTÃO DO CONHECIMENTO



POLÍTICAS PÚBLICAS NO SETOR DE ÓLEO E GÁS



ESG: AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA



SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO



CONHECIMENTO E GERAÇÃO DE VALOR NO PRÉ-SAL



ARRECADAÇÃO PARA A UNIÃO



GESTÃO DE DADOS



DESCARBONIZAÇÃO DO PRÉ-SAL



NOVOS MODELOS DE COMERCIALIZAÇÃO DAS PARCELAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DA UNIÃO



GESTÃO DE AIPS



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



CONCURSO PÚBLICO



INTEGRIDADE, IGUALDADE E DIVERSIDADE

MODELO DE NEGÓCIOS

FINANCEIRO

Formado pelos recursos que temos disponíveis para realizar nossas atividades: contrato de remuneração com o Ministério de Minas e Energia (MME) pelos serviços prestados à União, participação no bônus das rodadas de licitação e ganhos financeiros.



HUMANO

Formado pela nossa equipe altamente capacitada e experiente no setor de óleo, que com comprometimento e ética, tem trazido os melhores resultados para a empresa.



INTELLECTUAL

Formado pelo conjunto de metodologias, processos de gestão e modelos de contratos, entre outros, criados a partir do nosso conhecimento. Nosso capital intelectual traz colaborações efetivas para o desenvolvimento no Polígono do Pré-sal.



SOCIAL

Formado pelo nosso relacionamento contínuo e ético com nossos públicos de interesse, sempre voltados à colaboração com a indústria e o governo, garantindo resultados duradouros da exploração e produção de petróleo e gás no Polígono do Pré-Sal para toda a sociedade.



MANUFATURADO

Formado pela nossa estrutura física e por nossos recursos de Tecnologia de Informação e de Comunicação.



CAPITAL NATURAL

Formado por todos os recursos e processos renováveis e não renováveis que fornecem bens ou serviços que apoiam a prosperidade passada, presente e futura de uma organização.



MODELO DE NEGÓCIOS



CADEIA DE VALOR

Estabelecemos nossa cadeia de valor a partir dos nossos três pilares de atuação e suas atividades primárias. A seguir, detalhamos os macroprocessos e as atividades a eles associadas. Todo o trabalho é realizado com o propósito de maximizar, para a União, os resultados econômicos obtidos em nossas atividades.



MACROPROCESSO DE GESTÃO DOS CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

- 01** Atuação dos gerentes executivos representando a gestora nos comitês operacionais de cada consórcio. Com o apoio dos corpos técnico e jurídico, aprovam as contratações a serem realizadas pelos consórcios e as estratégias e planos de trabalho na etapa de exploração.
- 02** À medida que um projeto amadurece, outras atividades primárias vão surgindo. A primeira é a de reconhecimento de custos, uma análise técnica e contratual da conformidade dos custos apresentados pelos operadores que servirá de base para o cálculo da conta de custo em óleo gerida pela empresa (atividade primária de gestão da conta de custo em óleo).
- 03** O projeto avança, são realizadas descobertas, o plano de desenvolvimento da produção é avaliado e aprovado, tem sua implantação monitorada e a produção se inicia. Passa a haver a contabilização e a ponderação entre petróleo e gás natural produzidos e os gastos incorridos pelo operador.
- 04** Em paralelo, é realizada a atividade de monitoramento da produção, que serve de subsídio para o cálculo da recuperação de custo em óleo e o cálculo dos excedentes em óleo (atividade primária de monitoramento da produção).
- 05** Com base na ponderação entre o volume produzido e o gasto incorrido, já é possível aos contratados recuperar, in natura, parte do gasto incorrido nas fases de exploração e desenvolvimento da produção (atividade primária de recuperação de custo em óleo). O valor a ser recuperado depende de parâmetros definidos no contrato de partilha de produção (atividade primária de cálculo do excedente e parcelas da produção).
- 06** Após a recuperação em óleo dos custos incorridos e do volume correspondente aos royalties pagos, o excedente em óleo é partilhado entre os contratados e a União (atividade primária de cálculo de excedente em óleo da União), sendo, posteriormente, comercializado pela PPSA.
- 07** Para averiguar a adequação dos custos apresentados, são realizadas atividades de auditoria do custo e do excedente em óleo no operador (atividade primária de fiscalização).

MACROPROCESSO DE GESTÃO DOS ACORDOS DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO (AIPs)

- 01 A União participa de AIPs quando neles estão envolvidas áreas não contratadas internas ao Polígono do Pré-Sal ou áreas estratégicas. Nesse sentido, avaliamos e negociamos a parcela da União nesses acordos (atividade primária de negociação de AIPs).
- 02 Após a definição da parcela da União, a PPSA negocia um acordo de equalização de gastos e volumes (EGV) com as partes unitizantes (atividade primária de EGV). Caso a União seja credora nessa equalização de gastos e volumes, a diferença entre as receitas e gastos é negociada e paga em pecúnia à União. Caso a União seja devedora, seu débito é quitado em petróleo e gás natural, com a própria parcela da produção cabível à União.
- 03 Com o objetivo de verificar os valores apresentados e negociados no processo de equalização de gastos e volumes, são realizadas atividades de auditoria (atividade primária de fiscalização).
- 04 A produção regular dos AIPs é acompanhada e, naturalmente, incorporada ao petróleo e ao gás natural da União e comercializada pela PPSA.

MACROPROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO

- 01 Somos responsáveis pela gestão dos contratos para comercialização do petróleo e do gás natural da União e podemos comercializá-los diretamente, preferencialmente por leilão, ou por meio da contratação de um agente comercializador.
- 02 Transformamos em receitas para a União o petróleo e o gás natural provenientes dos macroprocessos de gestão dos Contratos de Partilha de Produção e dos Acordos de Individualização da Produção.

4

GOVERNANÇA, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

NOSSA GOVERNANÇA

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

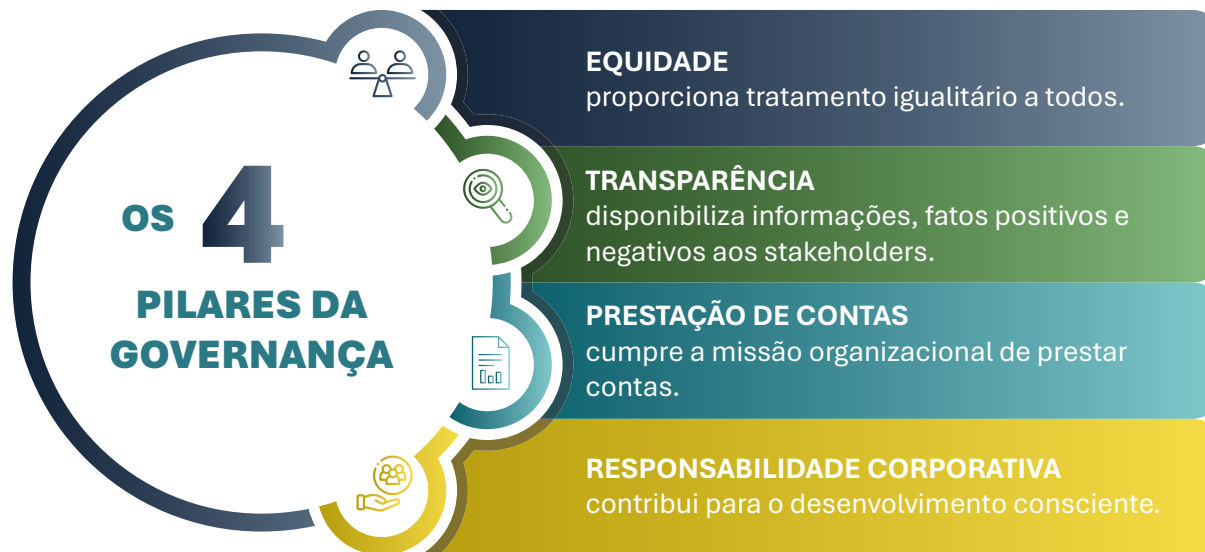
PROGRAMA DE INTEGRIDADE

SOCIEDADE E TRANSPARÊNCIA

NOSSA GOVERNANÇA

Nossa Governança Corporativa se caracteriza pelo conjunto de práticas adotadas para fortalecer a organização e alinhar os interesses do negócio e de todas as partes interessadas, conciliando-os com os órgãos de fiscalização e regulamentação. Podemos dizer que a governança mostra a direção que uma empresa deve seguir para alcançar os resultados esperados.

Aprimoramos constantemente nossa governança corporativa com o objetivo de garantir atuação em conformidade com a legislação e os regramentos a que estamos submetidos. Dessa forma, fortalecemos a ética, a integridade e os controles internos, de forma responsável e transparente.



Contamos com um sistema de gestão e um arcabouço de políticas e instrumentos normativos que estabelecem padrões a serem adotados para garantir as melhores práticas nessa área.

Nossa estrutura de governança é composta pelos seguintes órgãos estatutários: Assembleia-Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, Auditoria Interna, Ouvidoria e Área de Integridade.

Nossa empresa é administrada pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva, que deliberam sobre as decisões estratégicas e operacionais da empresa. Os órgãos orientam a gestão no cumprimento da missão, na realização da visão e na promoção dos valores institucionais.



PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Estatuto Social

Código de Conduta e Integridade

Política Anticorrupção

Política de Riscos

Política de Distribuição de Dividendos

Política de Divulgação de Informações

Política de Indicação

Política de Transação com Partes Relacionadas

Política de Segurança da Informação

Política de Hedge

Política de Proteção de Dados

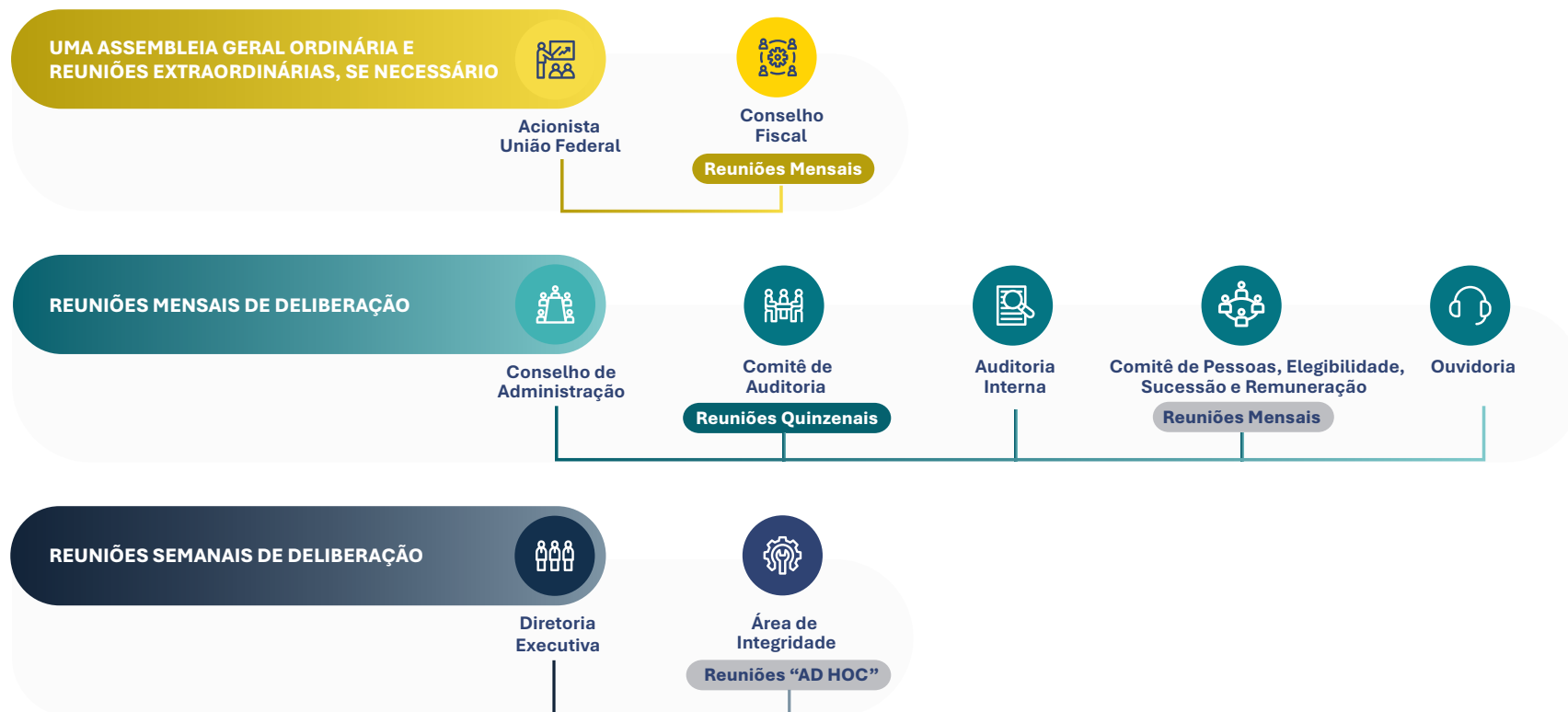
Procedimentos de Integridade

Regulamento Interno de Licitações e Contratos

Regimentos Internos dos colegiados, da empresa e da auditoria

Procedimento de Governança para os Contratos de Partilha de Produção (CPP) com a Matriz de Limite de Competência e Autoridade nos CPPs

ORGANOGRAMA DA GOVERNANÇA



MODELO OPERACIONAL



GOVERNANÇA

- As matérias completas são encaminhadas e submetidas à apreciação dos Conselhos com 7 (sete) dias de antecedência da data da reunião

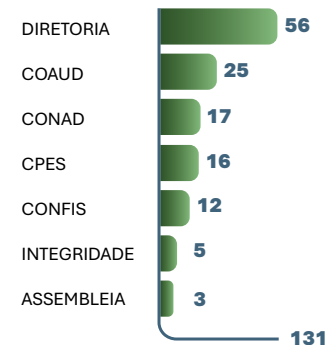
CONSELHOS

- Análise das matérias, ciência ou deliberação
- Pauta fixa do Conselho Fiscal: Análise de todas as atas assinadas
- Relatório Contábil
- Pauta fixa Conselho de Administração: Acompanhamento do Plano Estratégico, Análise da Previsão de Receitas para a União e atas do Comitê de Auditoria

ATAS

- As atas de cada reunião são aprovadas e assinadas na reunião seguinte para registro no Livros de Atas e publicação na Junta Comercial.

TOTAL DE REUNIÕES COLEGIADAS



COMPOSIÇÃO E PAPEL DOS ÓRGÃOS

Assembleia geral

Composta por um único acionista – a União – é o órgão máximo com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social da PPSA, inclusive quanto à sua competência para alterar o capital social e o Estatuto Social, bem como eleger e destituir os conselheiros de administração e fiscais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - (EM 31/12/2024)

A principal entidade decisória coletiva da companhia é o Conselho de Administração, órgão de orientação superior das atividades, que supervisiona a gestão por meio de reuniões mensais, aprovando as matérias dispostas no Estatuto Social e no Regimento Interno do Conselho de Administração relativas à direção estratégica da companhia.

O prazo de gestão é unificado em dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

Formação: sete membros eleitos em Assembleia Geral. O sétimo cargo, do Diretor Presidente (membro nato do Conselho de Administração), esteve vago em 2024. A partir de 1º de abril de 2025, Luis Fernando Paroli assumiu a presidência da empresa e passou a ocupar a vaga no Conselho de Administração.

A conselheira Micheline deixou de fazer parte do órgão em maio de 2025.



Presidente
ARTHUR CERQUEIRA VALERIO

Secretário Executivo do MME



Conselheiro
ROBERTO SEARA MACHADO POJO REGO

Secretário de Gestão e Inovação



Conselheiro
GUILHERME SANTOS MELLO

Secretário de Política Econômica



Conselheiro
VALDER RIBEIRO DE MOURA

Secretário Executivo – MIDR



Conselheira Independente
MICHELINE XAVIER FAUSTINO



Conselheira Independente
**ANA PAULA DE MAGALHÃES
ALBUQUERQUE LIMA**

DIRETORIA EXECUTIVA (EM 31/12/2024)

Trata-se do órgão colegiado de direção geral da PPSA, cujo papel é exercer a gestão dos negócios, de acordo com a missão, e alcançar os objetivos, seguindo as estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração.

Tem um prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

As decisões colegiadas da Diretoria Executiva são tomadas pela maioria absoluta de seus membros, presentes, no mínimo, três deles, cabendo ao Diretor Presidente, além do voto comum, o de qualidade. Em 1º de abril de 2025, Luis Paroli assumiu a Presidência da empresa. Tabita Loureiro passou a exercer as funções da Diretoria Técnica.



TABITA LOUREIRO

**Diretora Técnica e Diretora
Presidente interina em 2024**



EVAMAR JOSÉ DOS SANTOS

**Diretor de Gestão de
Contratos**



SAMIR PASSOS AWAD

**Diretor de Administração,
Finanças e
Comercialização**

Presidência

*Assessoria da Presidência - Planejamento Estratégico
Consultoria Jurídica
Assessoria da Presidência - Comunicação e Ouvidoria
Assessoria da Presidência - Governança Corporativa
Assessoria da Presidência - Fiscalização, Conteúdo
Local e Segurança, Meio Ambiente e Saúde
Auditoria Interna*

Diretoria Técnica

*Superintendência de Desenvolvimento e Produção
Superintendência de Exploração
Superintendência de Reservatório*

Diretoria de Gestão de Contratos

*Gerências Executivas de Contratos
Coordenação de Gestão de Projetos e Contratos
Coordenação de Avaliação Econômica*

Diretoria de Administração, Finanças e Comercialização

*Gerência de Recursos Humanos
Gerência de Controle e Finanças
Gerência de Licitação, Contratos e Suporte Corporativo
Gerência de Tecnologia da Informação
Superintendência de Comercialização de Petróleo e Gás*

DIRETORIA EXECUTIVA (EM 2025)



*Diretoria em 2025: da esquerda para a
direita, Samir Awad, Evamar Santos,
Luis Paroli e Tabita Loureiro*

CONSELHO FISCAL (EM 31/12/2024)

O Conselho Fiscal é o órgão permanente de fiscalização da PPSA, de atuação coletiva e individual. Os membros são indicados pelos Ministérios (um pelo Ministério da Fazenda e outros dois pelo de Minas e Energia) e eleitos em Assembleia Geral. Eles têm um período de gestão de dois anos, admitidas duas reconduções consecutivas.

As reuniões ordinárias ocorrem mensalmente e as extraordinárias sempre que um dos membros julgar necessário.



Presidente
FÁBIO FRANCO BARBOSA FERNANDES

*Subsecretário de Assuntos Tributário e Gestão do
Ministério da Fazenda*



Conselheiro
MAURÍCIO RENATO DE SOUZA

*Diretor de TI, Relacionamento com Agentes e Assuntos
Regulatórios do ONS*



Conselheiro
NEWTON LIMA NETO

*Diretor de Relações Institucionais do IFSP - Instituto
Federal de São Paulo*

COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO – CPES (EM 31/12/2024)

Este comitê é formado por três membros, responsáveis por auxiliar o acionista e o Conselho de Administração nos processos de indicação, sucessão, avaliação e remuneração da PPSA, dentre outras atribuições.

O mandato dos membros do CPES é de três anos, não coincidente para cada membro, permitida uma única reeleição.

Em 2025, Alyne de Souza passou a presidir o Comitê em substituição a Vinicius Rocha e Alex Bahia Ribeiro passou a compor o colegiado.



Presidente
VINICIUS TORQUETTI DOMINGOS ROCHA

Advogado da União desde 2006



Membro
GIORDANO DA SILVA ROSSETTO

Advogado da União desde 2006



Membro
ALYNE GONZAGA DE SOUZA

Advogada da União desde 2005

COMITÊ DE ASSESSORAMENTO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: COMITÊ DE AUDITORIA – COAUD (EM 31/12/2024)

O foco deste comitê é auxiliar os conselheiros de Administração na garantia da integridade e transparência das demonstrações financeiras e nos variados processos de controle interno e gerenciamento de riscos.

Ele é formado por três membros, selecionados e eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos não coincidente para cada membro, permitida uma única reeleição.

Em 2025, Herbet Quirino assumiu a presidência do colegiado em substituição a Nilo Panazzolo e Karen Albuquerque passou a compor o colegiado.



Presidente
NILO JOSÉ PANAZZOLO

Engenheiro Civil e conselheiro de diversas instituições



Membro
DIRCEU BATISTA

Analista contador no Conselho Federal de Contabilidade – CFC



Membro
HERBERT QUIRINO

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores do MetrôRio

Área de Integridade

O propósito dessa área é propor políticas de Integridade para a PPSA, verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços às leis, além de atuar, institucionalmente, como supervisora de conformidades no ambiente empresarial.

Está vinculada diretamente ao Diretor-Presidente e suas atividades poderão ser conduzidas por diretor responsável, observado o Parágrafo Único do artigo 91 do Estatuto Social da PPSA.

Além do Diretor que a conduzirá, a Área de Integridade será composta por, no mínimo, dois empregados, nomeados e destituídos pelo Diretor-Presidente com período de exercício de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.



Líder da área

SAMIR PASSOS AWAD

Diretor de Administração, Finanças e Comercialização



Membros da área

LEANDRA RIBEIRO DE OLIVEIRA E SILVA

Assessora de Planejamento Estratégico



MARIA LUIZA PAIVA PEREIRA SOARES

Assessora da Presidência e Gestora de Governança Corporativa



FLÁVIO SANTOS TOJAL DE ARAÚJO

Gerente Executivo

Auditoria interna

Subordinada ao Conselho de Administração e vinculada, administrativamente, ao Diretor-Presidente da PPSA, a Auditoria Interna é responsável por fortalecer e assessorar a gestão, além de desenvolver ações preventivas e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da empresa, a fim de contribuir para a garantia da legalidade, moralidade, impessoalidade e probidade dos atos da administração.



LEONARDO BARROS

Ouvidoria

Atua diretamente no recebimento de pedidos de acesso à informação, sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias da sociedade e de partes interessadas. A área é vinculada ao Conselho de Administração.



ANDRÉA DUNNINGHAM

PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES ESTRATÉGICAS DE 2024

A modificação mais importante na composição dos colegiados no primeiro semestre de 2024 foi a eleição de Micheline Xavier Faustino, indicada como membro independente pelo Ministério de Minas e Energia, em substituição a Renato Campos Galuppo.

A tabela abaixo destaca as principais deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração no período.

Assembleia Geral Ordinária

Aprovação de alterações estatutárias para refletir a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios, para ajustar o número de cargos em comissão de livre provimento e para inclusão da possibilidade de realização das reuniões presenciais no Escritório Central da empresa, no Rio de Janeiro.

Aprovação do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social e a Proposta de destinação do lucro líquido e retenção de parcelas de lucros.

Aprovação da Remuneração de Diretores, Conselheiros e membros de Comitês Estatutários de abril de 2024 a março de 2025.

Assembleia Geral Extraordinária

Recondução do presidente do Conselho de Administração, Arthur Cerqueira Valério.

Recondução dos Conselheiros de Administração, Guilherme Santos Mello, Ana Paula de Magalhães Albuquerque Lima e Roberto Seara Machado Pojo Rego.

Conselho de Administração

Aprovação dos resultados do Planejamento Estratégico 2023-2027.

Aprovação da Política de Segurança da Informação.

Aprovação do Relato Integrado de 2023.

Aprovação da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa de 2023.

Aprovação do Edital do 4º Leilão de Petróleo da União.

Aprovação do Programa de Dispendios Globais e Orçamento de Investimentos – PDG/OI 2025.

Aprovação da revisão da Política de Indicação.

Aprovação dos resultados do Planejamento Estratégico 2021-2025.

Aprovação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Auditadas do 2º e 3º trimestre de 2024.

Aprovação da revisão do baseline do Planejamento Estratégico 24-28.

Aprovação da revisão do Regulamento de Licitações e Contratos – RILC.

Aprovação da abertura de filiais da PPSA.

Eleição de membro do COAUD a partir de 2025.

Aprovação do Plano Estratégico 2025-2029.

Aprovação do PLR 2025.

Portal de Governança

Por fim, buscando o aprimoramento contínuo de nossa governança corporativa, implantamos, em agosto, o Atlas Governança, uma nova ferramenta que funciona em um ambiente totalmente seguro e amigável.

O Portal proporciona o acesso aos materiais em tempo real, em sua versão mais atualizada, e possui agilidade e rastreamento fácil das tomadas de decisões. Além disso, permite assinatura digital certificada e simultânea nas atas de reuniões, facilitando a produção dos documentos mais rapidamente. Agora temos disponibilizadas as atas e documentações estratégicas aos colegiados, desde a criação da PPSA, em 2013.

Treinamento

Anualmente, definimos um plano de treinamento para nossas equipes, a fim de buscar atualização junto às melhores práticas do mercado.

Em 2024, nosso foco foi a Segurança da Informação e Diversidade e Equidade para a força de trabalho, mas também tivemos cursos para nosso colegiado.

Confira abaixo:

- Curso Mercado de Carbono e Agenda de Governança - IBGC.
- Curso Comitê de Pessoas, Cultura e Governança - IBGC.
- Curso de Conselheiros de Administração - IBGC.
- Curso de Segurança da Informação – REVVO.
- Curso de Diversidade e Inclusão – REVVO.



**ACESSE
AQUI:**

[Estatuto Social](#)

[Estrutura
Governança](#)

[Política de
Indicação](#)

[Política de
Transação com
partes relacionadas](#)

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Controles Internos

Toda instituição conta com instrumentos de controles internos e gestão de riscos como alicerces para um bom desempenho. Na PPSA, não é diferente. Buscamos garantir iniciativas de controle claras para atingir nossos objetivos e garantir nossa integridade. Além disso, adotamos métodos capazes de responder a possíveis violações de leis e desvios éticos.

A Assessoria de Planejamento Estratégico, diretamente ligada à Presidência, é a área responsável por estruturar o gerenciamento de riscos e gerir os controles internos estratégicos.

Nosso sistema de gestão garante um gerenciamento eficaz dos processos, ajudando a empresa a atingir seus objetivos e metas, e é baseado em quatro pilares: Planejamento Estratégico, Gerência da Rotina, Gerenciamento de Riscos e Programa de Integridade. Para cada um, adotamos instrumentos de apoio à operação da empresa e à estruturação de um ambiente de controles internos. O objetivo é facilitar a atuação em conformidade com a legislação, manter uma governança sólida e uma operação sistematizada, além de reduzir a vulnerabilidade à fraude e à corrupção.



Planejamento Estratégico

Acompanhamos o desenvolvimento das iniciativas do Planejamento Estratégico Quinquenal (PE) mensalmente, em reuniões de análise crítica, realizadas com a Diretoria Executiva e os coordenadores das iniciativas. Os resultados são apresentados ao Conselho Fiscal, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Gerência da Rotina

Temos uma relação de indicadores estratégicos, que acompanhamos mensalmente por meio de reuniões de análise crítica. Isso faz parte do que chamamos de gerenciamento da rotina. Os resultados são discutidos e validados. Em caso de desvios em relação às metas estipuladas, são definidos planos de ação para recuperação dos resultados.

Gerenciamento de Risco

Acompanhado mensalmente na Reunião de Análise Crítica (RAC) de Planejamento Estratégico.

Indicadores acompanhados:

- Produção de óleo e gás natural dos contratos de partilha, AIPs e das parcelas da União.
- Reconhecimento e recuperação de custos.
- Tempo de resposta para aprovação de *ballots*.
- Previsões de cargas a serem comercializadas.
- Arrecadação estimada para a União.
- Execução do Orçamento de Investimento.
- Despesa da PPSA por volume comercializado.
- Receitas e usos dos recursos da PPSA.
- Índice de cumprimento do Planejamento Estratégico.

Programa de Integridade

Acompanhado pela área de Integridade com reportes trimestrais aos colegiados.

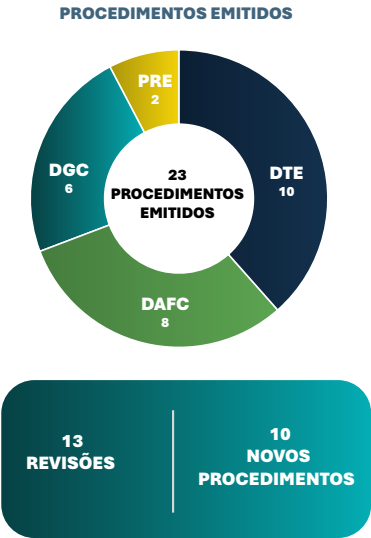


Padronização

Cabe à equipe do Planejamento Estratégico organizar a documentação referente às políticas e procedimentos da empresa. O sistema comporta atualmente 91 políticas e procedimentos. O modelo também inclui



mecanismos de monitoramento e controle para garantir que os processos e atividades da empresa estejam sendo executados conforme planejado e os resultados estejam em linha com as metas estabelecidas.



OUTROS MECANISMOS DE CONTROLE

Financeiro

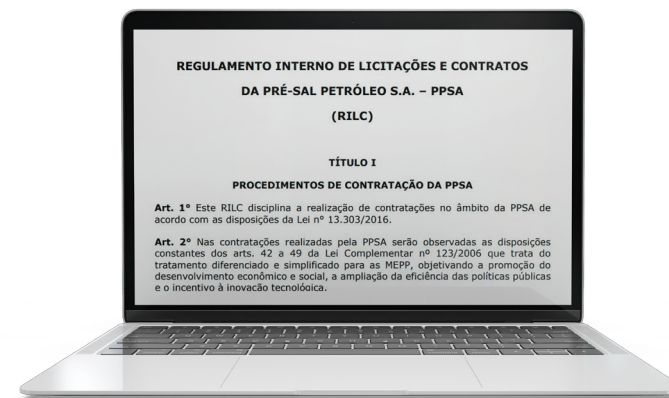
A Gerência de Controle e Finanças (GCF) tem a responsabilidade de assegurar a confiabilidade dos registros e controles e a pronta elaboração de relatórios e demonstrações contábeis. As transações são transparentes, contabilizadas e classificadas para contas que refletem a sua natureza, de maneira precisa e completa. As demonstrações são auditadas trimestralmente e anualmente, por auditores externos independentes, supervisionados pelo Comitê de Auditoria Estatutário. O Conselho Fiscal acompanha o fechamento contábil mensal do balanço patrimonial e da demonstração de resultados, bem como da realização orçamentária acumulada, até aquela data, e o fluxo de caixa realizado e projetado, que dá visibilidade

dos recursos financeiros ao longo do tempo. Mensalmente, essa gerência apresenta o Relatório de Gestão Contábil à Diretoria Executiva, que acompanha a execução dos planos vigentes quanto ao alcance das metas estabelecidas, com informações atualizadas e precisas, apontando, se necessário, alertas para que a liderança aprove as medidas para resolver os problemas detectados ou evitar que eles ocorram.

Licitações

Na área de licitações, trabalhamos para garantir os princípios da legalidade, isonomia e ampla competitividade e atuamos com base no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, aprovado pelo Conselho de Administração. Cada contrato com fornecedor tem um fiscal, que acompanha

a execução dos contratos, avalia a qualidade das entregas e valida, mensalmente, os documentos de cobrança enviados pelo fornecedor. Essa validação demanda tripla aprovação para prevenir irregularidades e, só depois disso, a Gerência Financeira efetua o pagamento. Todo o desempenho da gestão de contratações é acompanhado mensalmente pela Diretoria Executiva.



Gestão documental

Para garantir a organização, preservação, acesso e descarte adequado de documentos, planejamos em 2024 a criação da Área de Gestão de Documentos e Arquivo e implantamos a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD). Estamos trabalhando na definição de uma política para a produção, classificação, tramitação, armazenamento e eliminação de documentos. Entre os benefícios pretendidos com a criação desta nova área, fruto de iniciativa estratégica da empresa, estão a garantia de proteção de dados, além da integridade, autenticidade e acessibilidade dos documentos, protegendo-os contra perdas e deterioração.

Benefícios da Área de Gestão de Documentos e Arquivo

- Definição de políticas.
- Garantia da integridade, autenticidade e acessibilidade dos documentos.
- Proteção contra perdas e deterioração.
- Definição de estratégias para recuperação rápida de informações, reduzindo tempo e custos operacionais.
- Segurança na proteção de dados e atendimento à legislação.
- Aumento da transparência.
- Aumento da sustentabilidade, com promoção da digitalização e redução do uso do papel.

*Fernanda Ferreira, responsável
pela gestão arquivística*



Gestão das informações

Outra iniciativa estratégica levou à necessidade de implantação de um ERP (Enterprise Resource Planning), um sistema integrado de gestão empresarial para automatizar e centralizar os nossos processos. Em 2024, estudamos o melhor formato de contratação, que ocorrerá em 2025. Com o novo sistema, as informações de diferentes setores passarão a estar centralizadas, reduzindo tarefas manuais, automatizando as operações e, principalmente, melhorando os controles. O novo processo também trabalha uma maior segurança para nossos dados.

Benefícios esperados com a implantação do ERP

- Centralização das Informações.
- Otimização de Processos.
- Redução de Custos.
- Melhora dos controles internos.
- Relatórios automatizados e em tempo real.
- Maior Segurança de Dados.

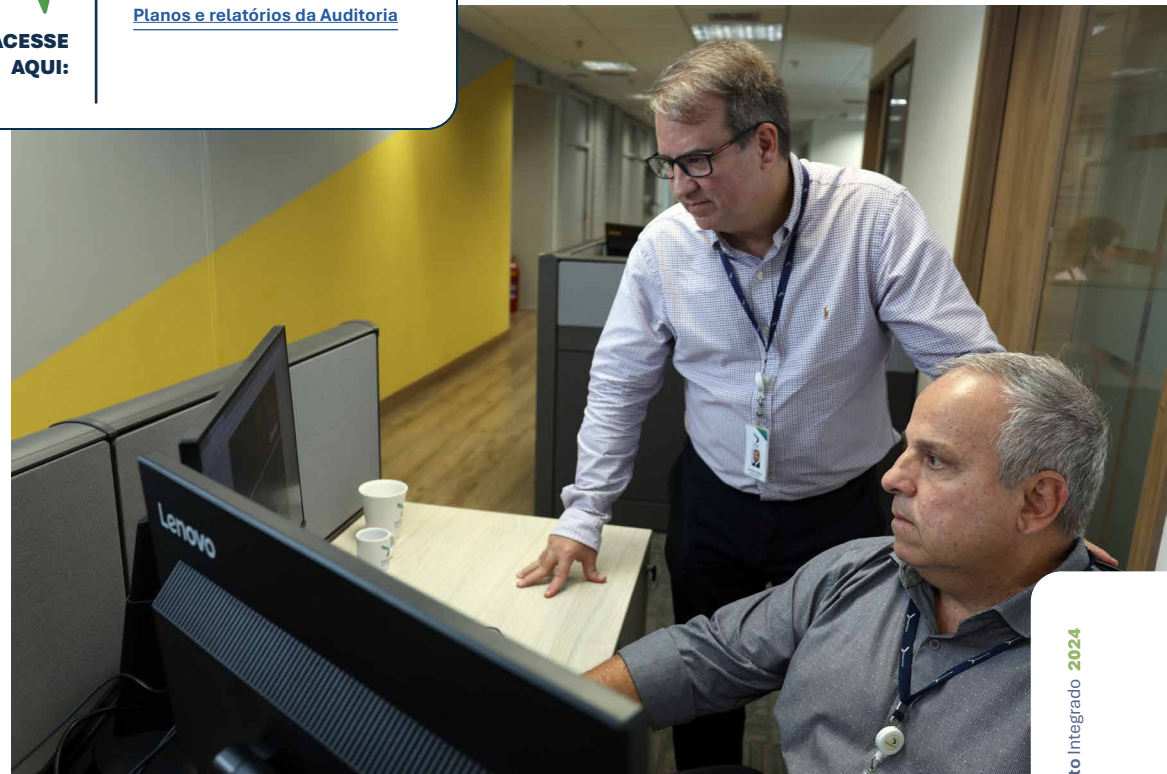
Auditoria interna

A Auditoria Interna trabalha com dois importantes norteadores: o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT). Eles são acompanhados pela Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da PPSA, assim como pela Controladoria Geral da União. Trimestralmente, o auditor interno faz reportes sobre o andamento das ações juntos aos órgãos colegiados. Os trabalhos de auditoria levam em consideração os objetivos estratégicos, os riscos identificados pela gestão e a materialidade dos processos organizacionais. Anualmente, o Comitê de Auditoria avalia o trabalho desempenhado pela Auditoria Interna no exercício de suas funções. O Auditor acompanha todas as reuniões da Diretoria Executiva.



ACESSE
AQUI:

[Planos e relatórios da Auditoria](#)



Leonardo Barros e Paulo Correa, auditores internos

Modelo de três linhas

Para evitar falhas e inconsistências nos processos, nos baseamos no modelo das três linhas, que divide as responsabilidades de controle.

Primeira linha

Operações

Identifica, avalia e gerencia os riscos operacionais associados às atividades diárias, a fim de garantir que as atividades operacionais sejam realizadas de acordo com as políticas, procedimentos e padrões estabelecidos pela empresa.

Segunda linha

Gerenciamento de riscos e compliance

Monitora, assessora, orienta, analisa e reporta assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos na companhia. Também apoia a primeira linha e participa das decisões e ações da gestão. Estabelece políticas, padrões e diretrizes relacionadas à gestão de riscos e conformidade e fornece orientação e suporte na identificação e mitigação de riscos.

Terceira linha

Auditoria interna

Realiza a prestação de contas primária perante o Conselho de Administração. Fornece avaliação e assessoria independentes e objetivas à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a adequação e eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, buscando contribuir para o atingimento dos objetivos organizacionais e promover a melhoria contínua. Executa os serviços de auditoria de avaliação e consultoria, visando o aprimoramento dos processos de trabalho, por meio da emissão de recomendações para fortalecer a governança, gestão de riscos e controles internos da organização.



AUDITORIA INDEPENDENTE

ACIONISTA / UNIÃO

GESTÃO DE RISCOS

Para assegurar o bom desempenho de uma instituição, é necessário avaliar os riscos intrínsecos às atividades. Quando identificamos vulnerabilidades e avaliamos os riscos que podem gerar impactos, conseguimos elaborar medidas de enfrentamento e uma sistemática de acompanhamento do processo.

A gestão de riscos é, portanto, um processo contínuo que envolve a identificação, avaliação e tratamento dos riscos que podem afetar os objetivos da empresa. Ela busca minimizar os impactos negativos e maximizar as oportunidades, considerando tanto os riscos internos como externos.

Sete etapas compõem nossa metodologia de gerenciamento de riscos, desde o

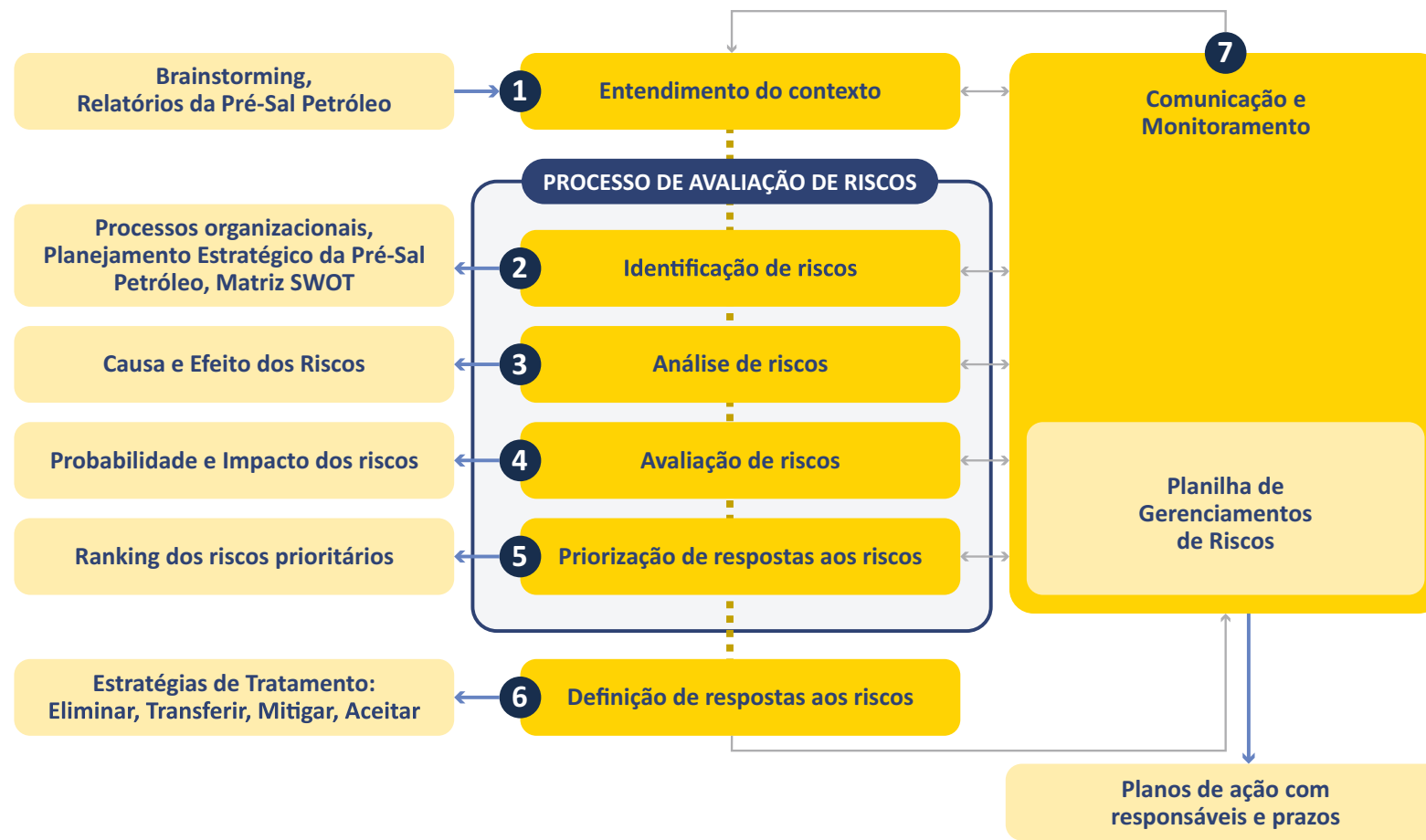
entendimento do contexto, com análises das ameaças internas e externas que afetam a empresa, até a identificação de diversos riscos e posterior priorização, com definição das respostas que a empresa dará.

Cabe ao Planejamento Estratégico coordenar as atividades de mapeamento de riscos junto às áreas, priorizá-los e definir as respostas aos riscos, com plano de mitigação e responsáveis. O trabalho é acompanhado mensalmente pela Diretoria Executiva e a cada três meses pelos colegiados.

A documentação do processo é formada por Política de Riscos, Procedimento de Gerenciamento de Riscos, Planilha de Gerenciamento de Riscos e Relatório trimestral de acompanhamento dos riscos.

Riscos monitorados:

- Riscos de Recursos Humanos.
- Riscos Financeiros.
- Riscos de Segurança da Informação.
- Riscos de Integridade.
- Riscos de imagem.
- Riscos de problemas operacionais no SGPP.
- Risco de ineficiência operacional.
- Risco estratégico na comercialização.



Em uma última análise, considerou-se quatro riscos relacionados diretamente ao Plano Estratégico como maiores pontos de atenção.

1

Quadro de recursos humanos insuficiente

Principais ações de mitigação: realização do processo seletivo público, retenção e desenvolvimento das pessoas.

2

Risco financeiro - Orçamento insuficiente para a PPSA

Principal ação de mitigação: Novas alternativas de remuneração da PPSA.

3

Segurança de Informação

Principais ações de mitigação: ampliação de investimentos em segurança da informação e na continuidade do Sistema de Gestão de Partilha de Produção (SGPP).

4

Automatização de Processos

Principais ações de mitigação: Assegurar a atualização constante dos processos e da melhoria dos sistemas de gestão.

Durante o processo, também foram mapeadas as oportunidades para a PPSA, conforme a ilustração abaixo:



PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Trabalhamos incansavelmente para aprimorar nossas normas de integridade de forma a atender as regras aplicáveis às empresas estatais e adotamos tolerância zero com relação à corrupção. Também não toleramos nenhum tipo de assédio, preconceito, discriminação ou retaliação.

Nosso Programa de Integridade tem como pilares o Código de Conduta e Integridade e a Política Anticorrupção.

O Código de Conduta e Integridade norteia os princípios éticos que devem pautar o dia a dia dos empregados, promovendo a transparência e orientando a condução das atividades e do relacionamento com as partes interessadas.

Já a Política Anticorrupção reforça o compromisso da empresa em manter os mais elevados padrões de integridade, ética e

governança nos negócios, estabelecendo claras diretrizes de combate à corrupção.

Nosso Programa de Integridade é conduzido pela Área de Integridade da PPSA, que verifica a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços às leis. Além disso, atua, institucionalmente, como supervisora de conformidades no ambiente empresarial.

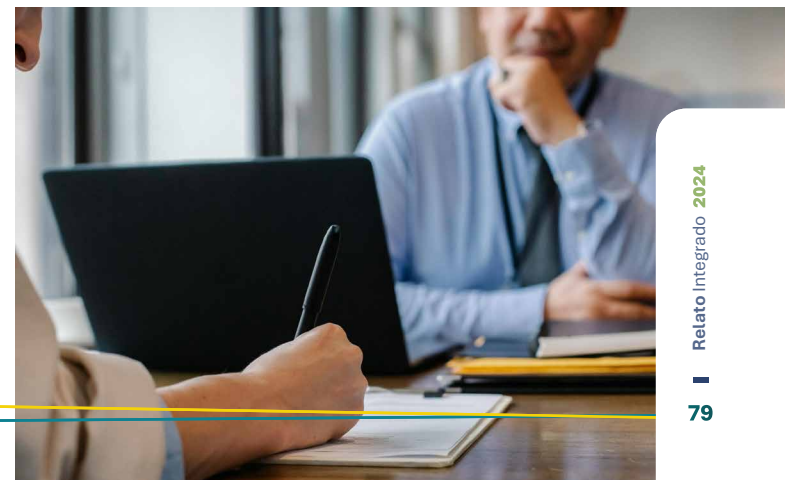
No ano de 2024, tivemos diversas ações, reportadas trimestralmente aos colegiados da PPSA, por meio de relatórios.

Entre as principais iniciativas estão a revisão de nossos procedimentos, a comunicação constante com a nossa força de trabalho sobre as ações realizadas e importantes aprovações, entre elas: o Procedimento de Gestão de Apuração de Infração Disciplinar (PGAID), o Procedimento

de Gestão da Ouvidoria e o Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

Adicionalmente, iniciamos o processo de revisão do Procedimento de Gestão de Due Diligence de Terceiros, com envolvimento da Gerência de Licitações e Contratos.

Nosso planejamento para este ano é concluir essa revisão, e ainda, revisar a Política de Transação de Partes Relacionadas e elaborar o Procedimento de Gestão de Monitoramento do Programa de Integridade.



Conscientização e treinamento

As áreas de Integridade, Comunicação e Ouvidoria trabalham em conjunto para fortalecer os temas de integridade junto a equipe. Em 2024, realizamos ações permanentes de comunicação interna, utilizando nossos principais canais de divulgação, que têm abrangência em toda a empresa: Jornal Mural, *newsletters* mensais e comunicados.

Entre os principais assuntos abordados estão a divulgação dos treinamentos da área, informações sobre o Código de Conduta, a Política Anticorrupção e a Política de Segurança da Informação, a assinatura do Pacto pela Diversidade, a divulgação dos canais de denúncia da Ouvidoria, explicações sobre conflito de interesses, manifestações

políticas, assédio e discriminação, além de outros temas pertinentes.

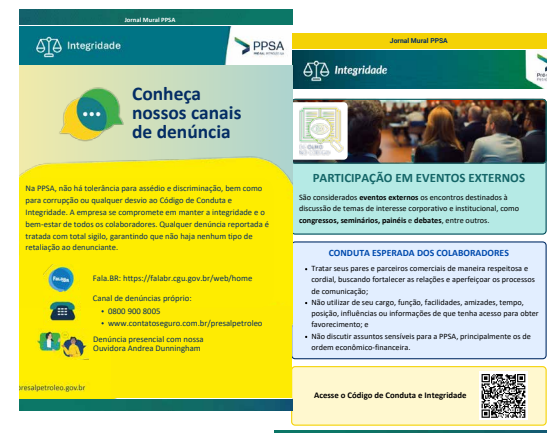
Toda a força de trabalho foi capacitada em curso online sobre Segurança da Informação e Diversidade e Equidade.

Diversidade e Inclusão

Em formato de webserie com sete episódios, o curso abordou formas de desenvolver a inclusão dentro da empresa, com conteúdo e exemplos na prática. Temas trabalhados: Vieses inconscientes, Raça, Gênero, LGBTQI+, PcD, Gerações e Cultura e Religião.

Segurança da Informação

Em formato de webserie com cinco episódios, o curso demonstrou que a segurança da informação vai muito além de sistemas e softwares de última geração e depende do engajamento de todos os usuários. Temas trabalhados: Condutas e perigos do dia a dia, Segurança em home office, Pilares da segurança da informação e O que é LGPD?



SOCIEDADE E TRANSPARÊNCIA

Informações para a sociedade

Nossa atuação é guiada pela transparência e pelo diálogo com a sociedade e os nossos públicos de interesse. Trabalhamos continuamente para fortalecer e expandir nosso relacionamento, buscando compreender suas expectativas e necessidades.

Além das informações previstas pela Lei de Acesso à Informação, temos como princípio fornecer à sociedade dados claros, consistentes e transparentes sobre nossas atividades e resultados. Fazemos isso por

meio de nosso site, redes sociais próprias, contato direto com parceiros e órgãos governamentais, imprensa e participação em eventos.

Em 2024, nossa empresa cresceu e ganhou visibilidade, sobretudo pela forte atuação nas redes sociais, na atuação junto

à imprensa e pela participação dos colaboradores em eventos externos. A divulgação de nossos conhecimentos técnicos por meio de palestras, debates e painéis tornou-se frequente. Ao todo, estivemos presentes em mais de 50 eventos ao longo do ano.

*Conferência anual do Santander:
palestra de Tabita Loureiro para
investidores sobre a atuação da
PPSA*



INTERAÇÕES COM PÚBLICO DE INTERESSE

Públicos de interesse

Para nos conectarmos ainda mais com a sociedade brasileira, aprimoramos o trabalho nas redes sociais. Ao longo de 2024, aumentamos em cerca de 470% nosso público no Instagram e em 45% no LinkedIn, rede na qual somamos mais de 35 mil seguidores. Atuamos nestes canais com objetivo de dar transparência sobre as atividades realizadas na PPSA e de aproximar a empresa da sociedade.

 **49** RELEASES **50** PARTICIPAÇÕES EM
EVENTOS EXTERNOS
| 19 PALESTRAS **34** MANIFESTAÇÕES
PARA A OUVIDORIA
| 0 DENÚNCIA **10.023**
MATÉRIAS PUBLICADAS
NA IMPRENSA **12** EDIÇÕES DA
NEWSLETTER **12** EDIÇÕES DO BOLETIM
MENSAL DA PRODUÇÃO

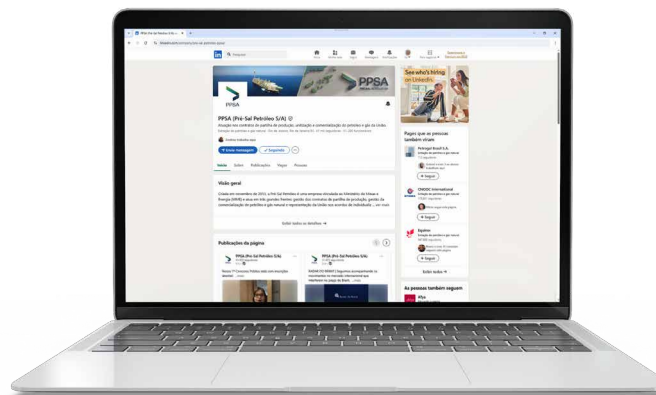
Conteúdo proprietário

Mantemos regularmente o site e nossas redes sociais atualizadas com notícias sobre a empresa e nos relacionamos diretamente com jornalistas de economia de todo o Brasil, muitos deles especializados na indústria de petróleo e gás natural. Ao longo de 2024, produzimos 49 releases, atendemos a diversos pedidos de entrevistas e tivemos mais de 10 mil citações a nossa empresa na imprensa (4500 em resposta direta aos releases enviados).

Didática

Adotamos o princípio da didática em nossas comunicações, acreditando que a comunicação pública deve ser construída com informações claras, em uma linguagem acessível e disponibilizadas em

formatos amigáveis. Sempre que possível, utilizamos recursos gráficos e interativos para facilitar o entendimento dos dados compartilhados.



**ACESSE
NOSSOS
CANAIS:**



Trocas de experiências

O ano de 2024 foi pautado por muitas trocas de conhecimento. Recebemos, em nosso escritório, autoridades do setor de energia, parceiros comerciais, especialistas e representantes de outras nações para agregar conhecimentos, instruir nossos colaboradores e compartilhar experiências da nossa empresa com outras instituições, a exemplo das Agências Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis de Angola e de Tomé e Príncipe. Nosso programa Terças Técnicas teve especial foco em palestras de convidados externos sobre Descarbonização.



Bruna Mascotte e Clarissa Lins, da Catavento, junto com Tabita Loureiro e Samir Awad.

Participação em eventos

Ao longo deste ano, nossos colaboradores representaram a empresa em diversos eventos relevantes para o setor de energia. Além disso, estivemos presentes nos três principais congressos do setor – Cera Week, OTC Houston e ROG.e – e realizamos nosso Fórum Técnico com grande sucesso ao final do ano.



Samir Awad, Tabita Loureiro e Leandra Ribeiro,
na CeraWeek

OTC Houston

Em maio, estivemos na OTC Houston, evento anual que reúne lideranças da indústria de óleo e gás do mundo todo. Na ocasião, nossa Diretora Técnica e Presidente Interina, Tabita Loureiro, proferiu uma palestra sobre as perspectivas para o mercado offshore brasileiro na programação oficial do evento, contando com a participação de mais de cem executivos.

No evento, tivemos uma representação institucional no Pavilhão Brasil, espaço promovido pela Apex com a participação de órgãos de governo e empresas do setor para promover a indústria brasileira. Na ocasião, apresentamos nossas atividades a empresas internacionais e interagimos com instituições de outros países.

Nossa comitiva contou com a participação do nosso Diretor Evamar Santos, nossos Coordenadores Sérgio Fonseca e Vagner Vasconcelos e nossa Assessora de Comunicação e Ouvidora, Andréa Dunningham. Durante o evento, dispusemos de um espaço no Pavilhão Brasil, onde tivemos a oportunidade de conhecer representantes de outras empresas do setor de energia e estreitar laços.



Sérgio Fonseca, Tabita Loureiro, Evamar Santos, Vagner Vasconcelos e Andréa Dunningham na OTC Houston

ROG.e

Em setembro, marcamos presença, pela primeira vez como expositores, na ROG.e, a maior feira de Energia, Óleo e Gás da América Latina. Ao longo dos quatro dias de evento, recebemos cerca de 500 visitantes em nosso estande. Como parte da nossa programação, oferecemos uma grade de 12 palestras gratuitas para falar de temas relacionados às nossas atividades.

Também estivemos na programação oficial do evento. Nossa Presidente Interina participou de debate técnico sobre o aumento da oferta de gás natural e o futuro das operações submarinas no Brasil. Além disso, participamos de sessão de posters com trabalho técnico sobre o regime de partilha.

A participação nos aproximou do grande público e reafirmou nosso papel de destaque no mercado de óleo e gás.



Fórum Técnico PPSA

Em dezembro, realizamos o tradicional Fórum Técnico PPSA, que reuniu mais de 300 pessoas entre autoridades, CEOs e executivos das principais empresas do setor e especialistas da indústria. Entre os temas debatidos: o futuro do pré-sal, o potencial remanescente do polígono, os desafios no ramp-up das plataformas e os investimentos necessários para garantir a continuidade da produção. Na ocasião, também lançamos nosso estudo anual sobre o tema “Estimativas de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção” e divulgamos os próximos passos para os leilões de petróleo e gás natural que iremos realizar em 2025.



O Secretário de Petróleo e Gás do MME, Pietro Mendes, na abertura do Fórum Técnico PPSA



**ACESSE O VÍDEO
DO EVENTO**

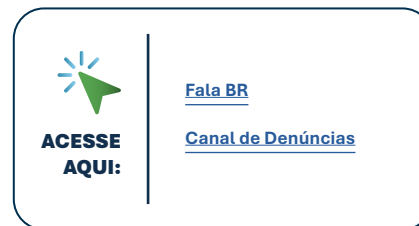
Ouvidoria

Nossa Ouvidoria atua como interface entre o cidadão e as partes interessadas no recebimento de sugestões, reclamações e eventuais denúncias em caso de desvios ao nosso Código de Conduta e Integridade, visando melhorar o atendimento da companhia em relação a demandas de empregados, fornecedores, clientes e sociedade em geral. Trata-se de um canal de diálogo entre o cidadão e a empresa, imparcial e independente, que busca soluções para as questões recebidas, melhorias nos processos internos e aumento da transparência da empresa. A área é vinculada diretamente ao Conselho de Administração.

Cabe à Ouvidoria a responsabilidade de receber e examinar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades da companhia. A área recebe todas as demandas, realiza a primeira avaliação e as encaminha internamente, buscando soluções para as questões suscitadas, em parceria com as áreas responsáveis. Adotamos todas as medidas necessárias para garantir o cumprimento dos prazos legais para resposta ao demandante e assegurar a qualidade das respostas.

As demandas para a nossa empresa podem ser encaminhadas por meio da plataforma Fala.BR - plataforma integrada de

acesso à informação e ouvidoria do Poder Executivo Federal desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU) - ou pelo Canal de Denúncias próprio, podendo também haver atendimento presencial no escritório.



Ao longo de 2024, foram recebidas 64 demandas pelo canal Fala.BR. Deste montante, 18 foram imediatamente encaminhadas para outros órgãos e/ou empresas. São manifestações que foram remetidas à PPSA, mas a resolução delas não era de competência da empresa e, portanto, foram encaminhadas pelo próprio sistema aos órgãos competentes para que o cidadão pudesse ser corretamente atendido.

Das 46 demandas restantes, 12 delas não eram correlatas à empresa, porém não puderam ser encaminhadas a outros órgãos pelo fato de os mesmos não fazerem parte do Fala.BR ou pela falta de elementos que permitissem a identificação do órgão de interesse do cidadão. Por executar uma atividade complexa e por atuar no setor de petróleo e gás, muitas vezes somos confundidos com outros órgãos pelo cidadão. Dessa forma, 34 demandas foram de fato direcionadas à PPSA e respondidas tempestivamente.

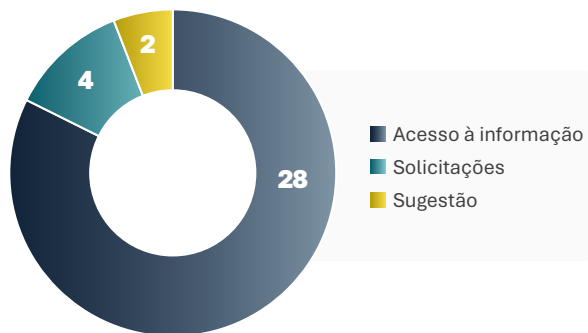
64**MANIFESTAÇÕES****18****IMEDIATAMENTE
ENCAMINHADA PARA
OUTROS ÓRGÃOS****46****RESPONDIDAS PELA PPSA**

(12 não eram correlatas à PPSA. A maioria dizia respeito à Petrobras. Como a Petrobras não possui módulo de Ouvidoria no FALA.BR, não puderam ser encaminhadas)

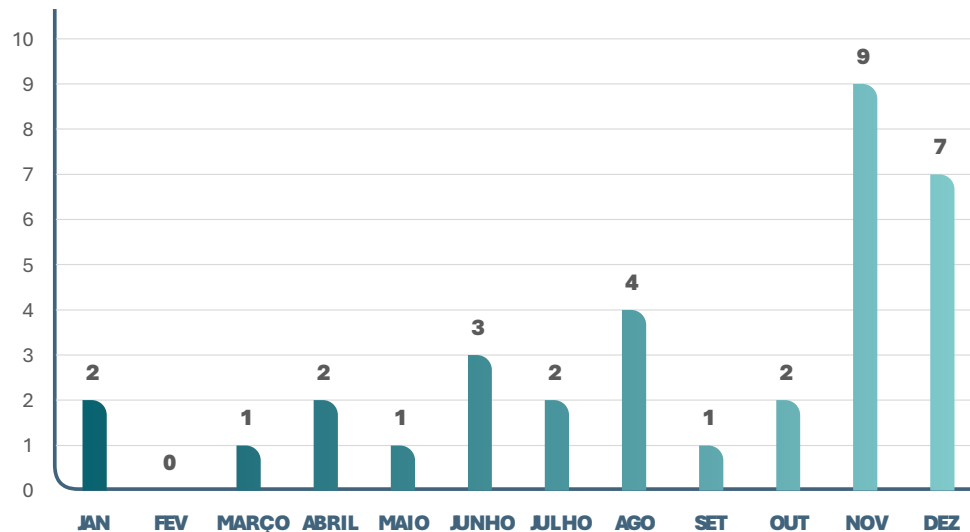
**34 MANIFESTAÇÕES CORRELATAS
E TRATADAS TEMPESTIVAMENTE**

Quando analisadas por tipo, observa-se que a empresa não recebeu nenhuma denúncia. Das 34 manifestações, 28 são pedidos de informação, quatro solicitações e duas sugestões. Todas as demandas foram recebidas e tratadas prontamente. Para melhor identificar as áreas de interesse da sociedade, as demandas foram agrupadas por temas e subtemas. O quadro abaixo demonstra os assuntos de maior interesse.

POR TIPO



TOTAL DE MANIFESTAÇÕES



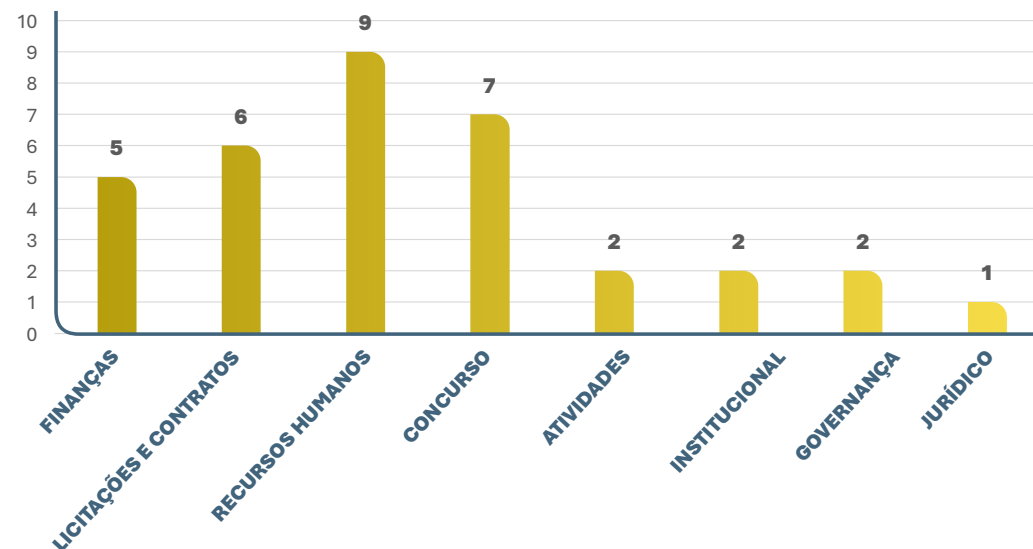
Não houve nenhuma omissão por parte da PPSA, nem falta de cumprimento no prazo de respostas. Não houve recebimento de manifestação no canal próprio.

Assuntos de maior interesse

Com o lançamento do 1º Concurso Público, houve aumento de demandas sobre temas de recursos humanos, a exemplo de benefícios e políticas, e pedidos de informação sobre o próprio concurso.

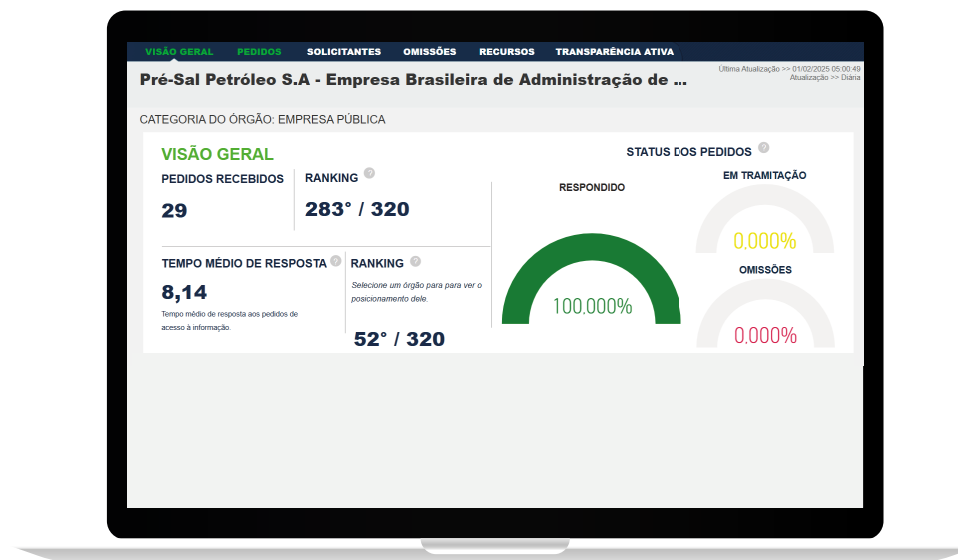
A área de licitações e contratos foi o terceiro tema mais demandado. As manifestações dizem respeito a pedidos de acesso a contratos realizados pela empresa ou a documentos de licitações.

MANIFESTAÇÕES POR TEMA



De acordo com o Painel da LAI, o tempo médio de resposta da PPSA é de 8,14 dias, o que coloca a empresa em 52º lugar no ranking de 320 empresas avaliadas. Também obtivemos alto índice de satisfação dos usuários.

A Lei de Acesso à Informação estabelece que as informações de interesse coletivo ou geral devem ser divulgadas pelos órgãos públicos, espontânea e proativamente, independentemente de solicitações. Publicamos regularmente em nosso site, no menu “Acesso à Informação”, todos os itens do rol estabelecido pela legislação e, a cada ano, nos esforçamos para oferecer à sociedade mais transparência em relação às nossas atividades, além do que é pedido. De acordo com avaliação da Controladoria Geral da União, cumprimos 93,87% do rol, conforme Painel da LAI.



5 RESULTADOS DA GESTÃO

RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO 2024-2028
GESTÃO DOS CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO
ACORDOS DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO
COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL
GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
GESTÃO DE CUSTOS
GESTÃO PATRIMONIAL

RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO 2024-2028

Em 2024, o Plano Estratégico 2024-2028 teve um índice de realização de 98%, cumprindo com as metas do Planejamento Estratégico para o ano. As iniciativas estratégicas com avanço abaixo de 100% continuarão sendo monitoradas no Plano 2025-2029.

Aprovado pelo Conselho de Administração ao final do ano anterior, nosso PE é acompanhado sistematicamente por meio de Reuniões mensais de Análise Crítica (RAC) com a participação dos coordenadores das iniciativas estratégicas, da equipe do Planejamento e da Diretoria Executiva. Nessa ocasião, também é apresentada a curva de execução das iniciativas estratégicas.

O critério de avaliação de desempenho é baseado na verificação do cumprimento trimestral da implantação do plano, mediante estabelecimento de regra de

pontuação que reflita seu grau de atingimento. A apuração de desempenho é acompanhada trimestralmente pelo Conselho de Administração.



Valquiria Cardinot e Lethicia Mallet em reunião preparatória do Plano Estratégico

INDICADORES PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

DIRETRIZES	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	IR 2024 (% REALIZADO / % PREVISTO)
AUMENTAR A ATRATIVIDADE DO POLÍGONO DO PRÉ-SAL	1.1.1 - Analisar sinergias e incentivos para viabilizar a comercialidade em contratos de partilha de produção.	100%
	1.1.2 - Avaliar os contratos de partilha em relação às melhores práticas mundiais.	100%
	1.2.1 - Estudar áreas potenciais do pré-sal e do pós-sal dentro do polígono	100%
APRIMORAR O PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS	2.1.1 - Analisar normativos legais para viabilizar avanços no modelo de comercialização de óleo e gás.	100%
	2.2.1 - Avaliar modelo de comercialização de óleo	100%
	2.3.1 - Avaliar modelo de comercialização de gás	100%
CONSOLIDAR A ESTRUTURAÇÃO DA EMPRESA	3.1.1 - Adequar a força de trabalho da PPSA	100%
	3.2.1 - Implantar a Transformação Digital na PPSA	100%
	3.2.2 - Reforçar a segurança dos dados e informações	78%
	3.2.3 - Implantar SIGAD	96%
	3.2.4 - Implantar ERP (Sistema Integrado de Gestão, Enterprise Resource Planning)	92%
	3.2.5 - Automatizar o processo de gestão de ballots	100%
	3.3.1 - Implementar programas de relacionamento com públicos de interesse	100%
	3.4.1 - Buscar a sustentabilidade financeira de longo prazo da Pré-Sal Petróleo	100%
	3.5.1 - Implantar a gestão do conhecimento na PPSA com foco na capacitação de novos funcionários	73%
FOMENTAR AÇÕES DE DESCARBONIZAÇÃO NOS CONSÓRCIOS	4.1.1 - Sistematizar ações relacionadas à descarbonização no pré-sal	100%

Resultado do Plano estratégico em números

Conheça os principais
resultados do PE 2024-2028



COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS



56 cargas de óleo



27,4 milhões de barris de
petróleo da União



53,9 milhões de m³ de gás
da União



ARRECADAÇÃO PARA A UNIÃO



R\$ 10,3 bilhões

▲ 72% maior que o ano anterior

Gestão dos contratos



✓ **807** ballots e
AFEs respondidos
no ano (**aumento
de 21% em
relação a 2023**)

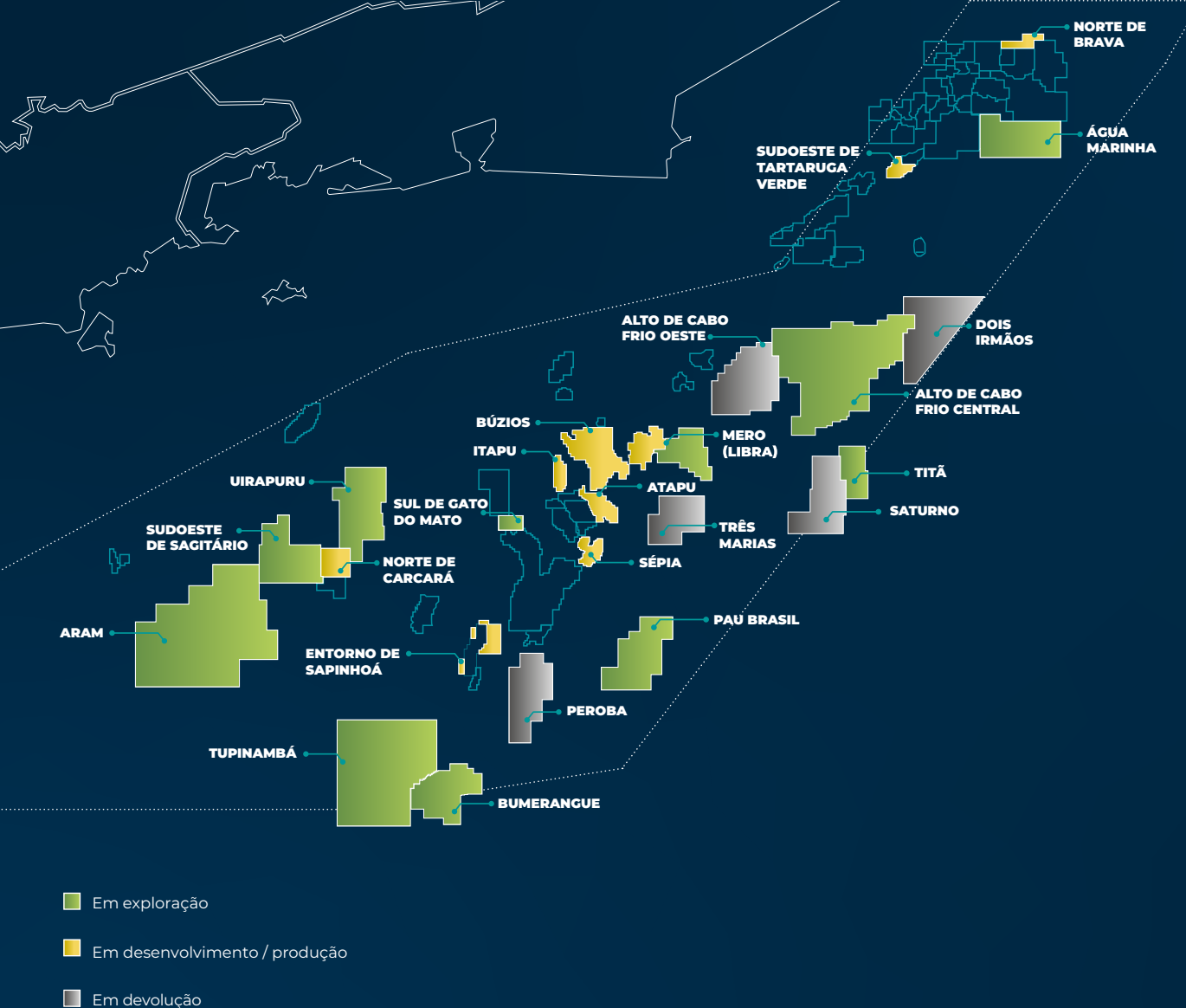
✓ **99,8%**
respondidos
no prazo
médio de **5,4
dias úteis**

Comercialização



✓ Meta de
comercialização
de óleo cumprida,
com **126%**.

2024 foi um ano de ótimos resultados para a Pré-Sal Petróleo, com 98% de realização do Planejamento Estratégico



GESTÃO DOS CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

Atualmente, fazemos a gestão de 24 contratos de partilha, explorados por cinco operadores e 15 empresas consorciadas (Petrobras, Shell, Total, Galp, CNOOC, CNODC/CNPC, Chevron, Qatar Energy, Petronas, ExxonMobil, Repsol, Equinor, BP e Ecopectrol). Dos 24 contratos, 9 são comerciais, 10 estão em fase de exploração e 5 em processo de devolução. O contrato de partilha de Tupinambá foi o último a ser assinado, oriundo do Segundo Ciclo de Oferta Permanente, realizado em dezembro de 2023.

Em 2024, não foram realizadas novas rodadas de licitações pela ANP. A partir de 2025, entretanto, há a possibilidade de entrada de até 21 blocos exploratórios em regime de partilha, o que poderá elevar a carteira da empresa para até 47 contratos.

GESTÃO DOS CONTRATOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

Os campos sob o regime de partilha já representam mais de 30% da produção nacional e 45% das reservas totais de petróleo do Brasil. Juntos, vão gerar para o Estado Brasileiro, em toda a vida útil, mais de R\$ 2 trilhões em royalties, tributos e comercialização do petróleo e gás da União, sendo cerca de 50% desse montante atribuído à comercialização e o restante aos tributos e royalties. Em média, as tributações impostas pelo governo no regime de partilha permitem que o Brasil receba de volta quase 70% de toda renda petrolífera dos nove contratos comerciais.

Assim, nosso papel é gerir ativos substanciais em nome do Estado e obter os melhores resultados para a União. Para que isso ocorra, é necessário ter um acompanhamento rigoroso e eficiente de cada

PRODUÇÃO EM PARTILHA

8**CONTRATOS EM PRODUÇÃO
DOS 24 CONTRATOS
ASSINADOS****1.000.000****BPD PRODUÇÃO DE ÓLEO****45%****DO TOTAL DAS RESERVAS
DE PETRÓLEO BRUTO****30%****DA PRODUÇÃO NACIONAL
DE PETRÓLEO E GÁS**

contrato, conseguir a recuperação ideal dos recursos em cada um deles e atribuir ao Estado Brasileiro a sua quota legítima de produção.

Para realizar as atividades de gestão de contratos, contamos com um time de Gerentes Executivos que trabalham em conjunto com um escritório interno de projetos e quatro superintendências: Comercialização; Reservatórios; Exploração; e Desenvolvimento e Produção. Diante da complexidade das jazidas dentro do polígono do pré-sal, que apresentam características únicas, de sistemas de produção também diferenciados, e do alto nível das equipes dos operadores, é a capacidade técnica gerencial e de desenvolvimento de projetos destas equipes, em conjunto com uma atuação bem orquestrada, que garantem

que nossa empresa consiga obter os melhores resultados para a União nos contratos sob nossa gestão.

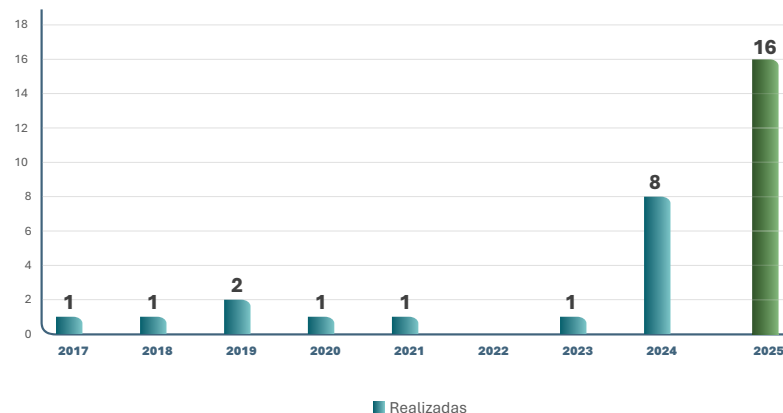
Como gestora, a PPSA lidera todos os comitês operacionais dos consórcios com 50% de voto nas principais decisões. Cabe a nossa equipe avaliar todas as estratégias propostas em cada contrato, analisar

e aprovar os planos e programas ao longo das fases de exploração e produção, analisar e aprovar as contratações de bens e serviços, um minucioso trabalho de reconhecimento e auditoria dos custos incorridos, propor e avaliar o uso de novas tecnologias nos projetos, além de monitorar e acompanhar a performance da produção,

gerir a conta custo em óleo e calcular as participações da União.

Para garantir a credibilidade das operações de reconhecimento de custos, outra área realiza uma auditoria nos processos realizados. Em 2024, fizemos auditoria de oito contratos de partilha e de um AIP. Para 2025, estão previstas 16 auditorias.

AUDITORIAS REALIZADAS NOS CONTRATOS DE PARTILHA



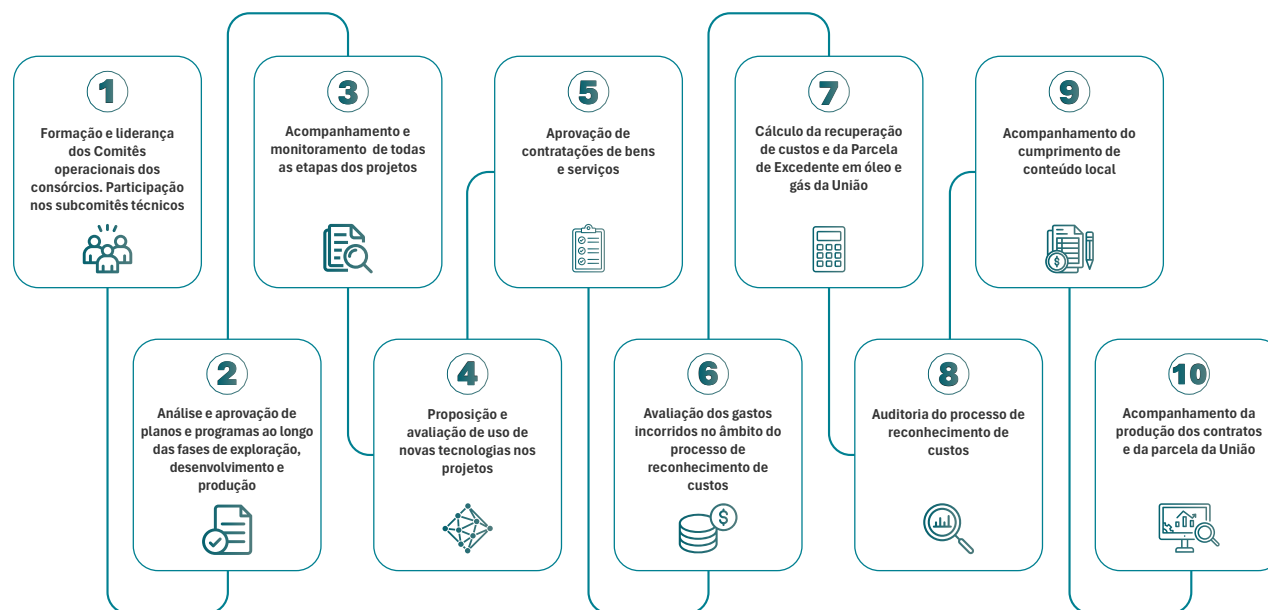
Toda a nossa atuação é pautada em procedimentos para garantir a padronização, eficiência e qualidade da gestão. Em 2024, cinco procedimentos foram revistos em busca de melhorias, entre estes o de avaliação das demonstrações de competitividade dos preços, processo de extrema relevância para a empresa, que garante que as contratações estão sendo realizadas com base em preços competitivos. Também revisamos o procedimento que estabelece uma matriz de governança única, definindo o ordenamento pertinente aos atos e processos decisórios para nossa atuação na gestão dos contratos de partilha (CPP), na representação da União nos acordos de individualização da produção (AIP) e nos acordos de coparticipação (ACP). Este último é um acordo firmado entre a Petrobras, a PPSA e outras empresas para a exploração e produção conjunta de áreas do pré-sal, quando há sobreposição entre um contrato de cessão onerosa e dos excedentes da cessão onerosa, que foram leiloados em regime de partilha.

Procedimentos revistos :

- ✓ Avaliação das Demonstrações de Competitividade dos Preços.
- ✓ Matriz de Governança Unificada para CPPs, AIPs e ACPs.
- ✓ Elaboração de Nota Técnica para a Construção do Voto da PPSA.
- ✓ Fluxograma do Processo de Votação nos CPPs e AIPs.
- ✓ Operação do Modelo de Avaliação Econômica Determinístico e Probabilístico da PPSA.
- ✓ Procedimento de Análise de Plano de Desenvolvimento.

Para a realização das nossas atividades investimos regularmente em softwares. Em 2024, contratamos o software de geofísica Paleoscan (interpretação sísmica) e aditivamos o contrato da plataforma DELFI. Esses softwares são essenciais para o trabalho das nossas equipes de exploração e produção, que atuam nas diferentes fases dos contratos sob nossa gestão, seja interpretando dados sísmicos, elaborando modelagens geológicas ou analisando o comportamento de reservatórios.

Como atuamos na gestão dos contratos



O PAPEL DE CADA ÁREA TÉCNICA:

Superintendência de Exploração

Representa a PPSA nos comitês técnicos dos contratos de partilha, avaliação e aprovação dos custos dos contratos em fase de exploração, dos Planos Exploratórios e Planos de Avaliação de Descobertas. A área desenvolve ainda atividades independentes, como interpretações de reservatórios ainda não licitados no polígono do pré-sal.

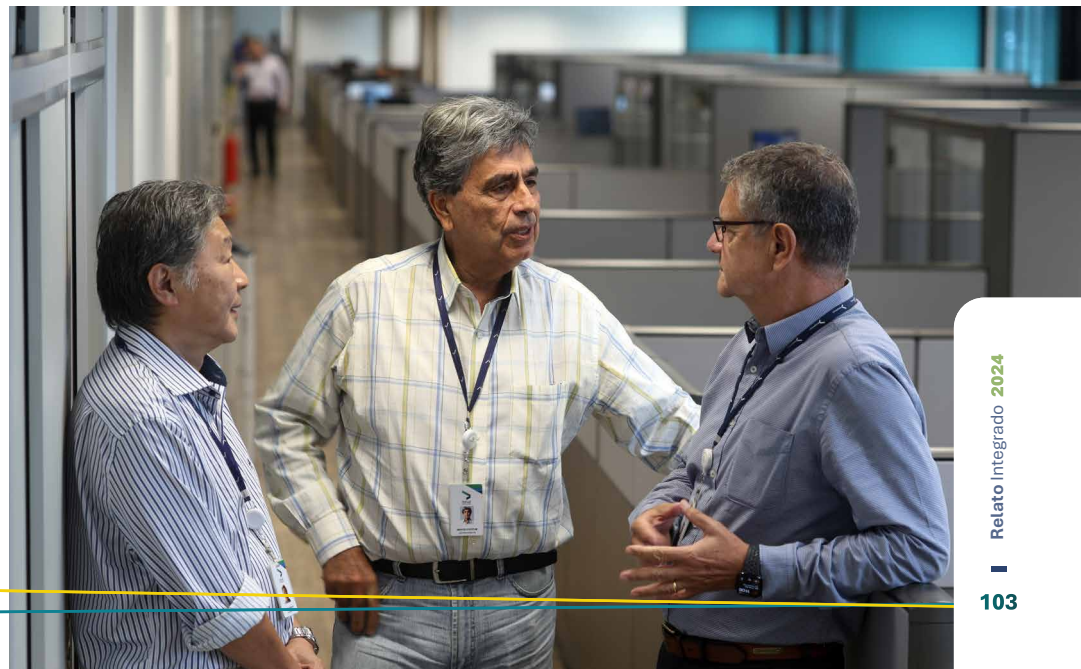
Superintendência de Reservatórios

Realiza o gerenciamento de reservatórios, elabora modelagens, monitora a implantação dos planos de desenvolvimento, dá suporte técnico para aprovação de projetos de desenvolvimento principais e complementares pela PPSA, atua em processos de individualização da produção e em eventuais processos para redeterminação dos acordos de individualização da produção, participa em conjunto com a Superintendência de Exploração das avaliações do desenvolvimento da produção de ativos exploratórios e elabora as previsões de produção deste ativos. A área também elabora notas técnicas que suportam análises de ballots, e realiza análises que suportam o reconhecimento de custos dos contratos de partilha relacionados a área de G&G (Geologia e Geofísica).

Superintendência de Desenvolvimento e Produção

Monitora a eficiência operacional de cada campo e a produção. Calcula a parcela de excedente em óleo da União e interage com a equipe da comercialização para estimar as cargas futuras que deverão ser disponibilizadas ao mercado. A área também atua na aprovação dos ballots (notificações) para contratações e no estudo de implantação de novas tecnologias.

Os superintendentes Mauro Mihaguti, Marcelo Restum e Rudy Ferreira



Escritório de projetos

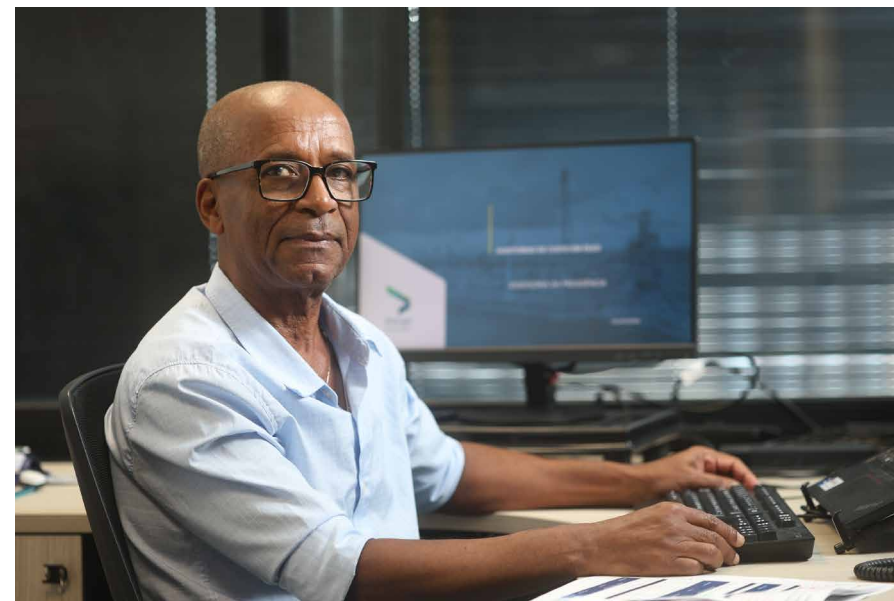
Dá suporte às áreas técnicas e aos gerentes executivos, produzindo indicadores e relatórios de acompanhamento. Também acompanha os processos de reconhecimento de custos e realiza análise de viabilidade técnica e econômica dos projetos.

Gerentes Executivos

São os responsáveis pela gestão dos contratos, interagindo com o operador e as demais áreas da companhia como representantes nos consórcios, seja para aprovação de ballots ou para aprovação de estratégias e planos relacionados aos projetos.

Auditoria de custos

Responsável por auditar os gastos já reconhecidos como custo em óleo.



Alberto Fonseca, Assessor da Presidência

Danielle Doyle, coordenadora de projetos e
equipe de Gerentes Executivos

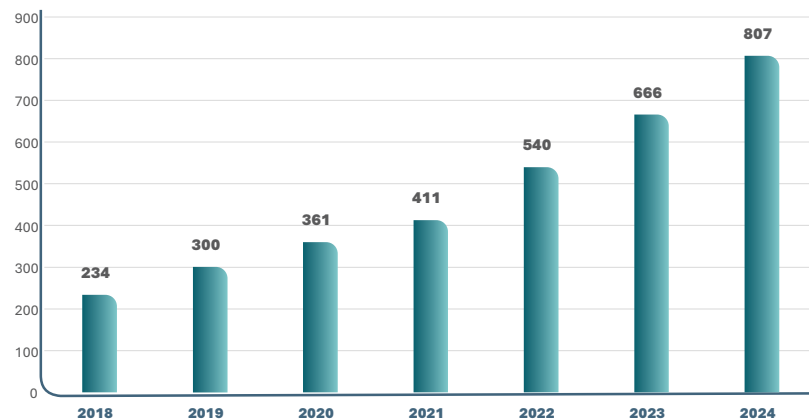
APROVAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

Para realizar as contratações e atividades previstas, os operadores encaminharam 807 notificações (ballots) e AFEs (autorização de despesas, na sigla em inglês) para aprovação da PPSA e demais membros dos Comitês Operacionais em 2024, um

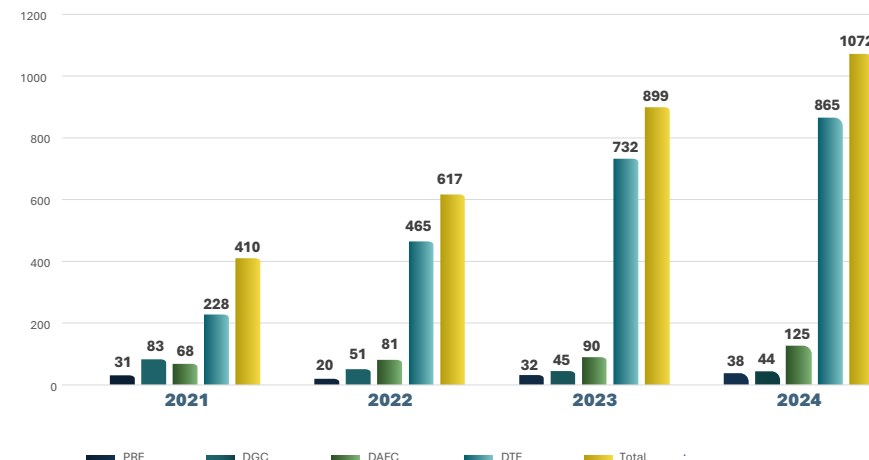
aumento de 21% em relação ao ano anterior. Embora essa atividade envolva grande parte da equipe técnica e demande tempo, 99,8% foram respondidos no prazo médio de aproximadamente cinco dias úteis.

Para se ter uma ideia da complexidade destas avaliações, apenas na Diretoria Técnica, que envolve as superintendências de exploração, reservatórios e acompanhamento da produção, foram elaboradas mais de 800 Notas Técnicas, 34% acima do registrado em 2023.

APROVAÇÕES NOS COMITÊS OPERACIONAIS (BALLOTS E AFES)



NOTAS TÉCNICAS EMITIDAS

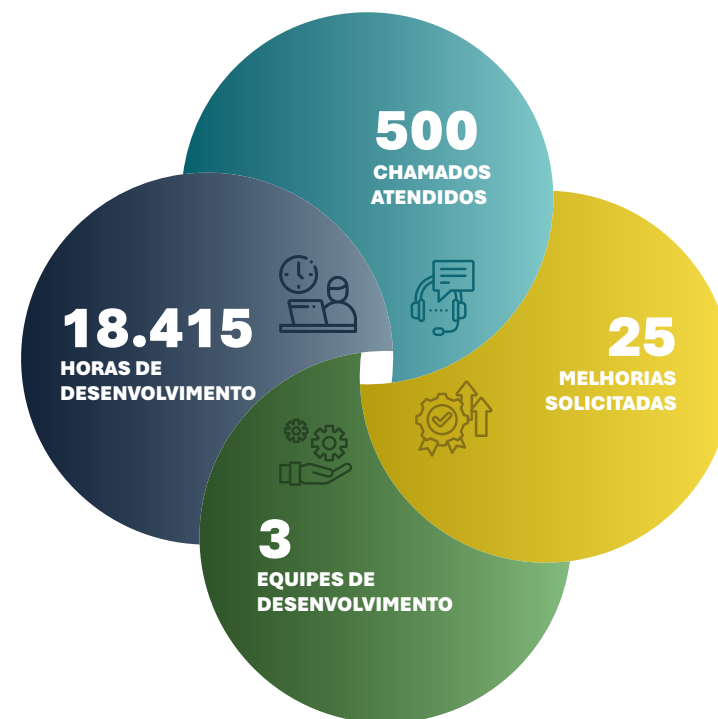


SISTEMA DE GESTÃO DE GASTOS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO (SGPP)

Para dar suporte às atividades de gestão de contratos, utilizamos o Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção (SGPP), uma plataforma digital desenvolvida com tecnologia Software As a Service (Saas). É por meio dela que os operadores lançam diariamente todos os gastos relacionados às atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção a serem deduzidos como custo em óleo. Em 2024, foram recebidas 460 remessas de custo em óleo referentes a 24 contratos. Em paralelo, a ferramenta também recebe cerca de 10 mil boletins diários de produção dos FPSOs que atuam no polígono do pré-sal. O que torna possível também realizar o cálculo do excedente em óleo e de gás natural da União pelo sistema.

Hoje cerca de 200 pessoas utilizam a plataforma diariamente, entre equipe própria e profissionais das operadoras, acessando cerca de 32 mil instâncias de processos. Em 2024, foram atendidos cerca de 500 chamados e realizadas mais de 18 mil horas de desenvolvimento, que resultaram em 25 melhorias no sistema. Entre essas, destacamos a disponibilização de consultas de documentos para operadores, o redirecionamento de gastos para análise por outra área técnica e o ajuste na base de custos reconhecidos.

Como parte de nossas iniciativas estratégicas, a equipe também trabalhou no desenvolvimento de um novo módulo no SGPP dedicado à gestão de ballots. Foi detalhado o fluxo de processos e especificações do sistema para o início do desenvolvimento em 2025.



Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção - SGPP



NOVAS TECNOLOGIAS

Faz parte das atividades de gestão acompanhar a adoção de novas tecnologias nos projetos. Os representantes técnicos da empresa nos consórcios acompanham as discussões, realizam visitas técnicas a empresas e participam de workshops. Confira alguns destaques:

HISEP em Mero

Em fevereiro, participamos de um evento na Petrobras marcando o início do contrato de desenvolvimento e implantação do HISEP® em Mero 3, que será pioneiro no uso dessa tecnologia. O HISEP® (sigla em inglês para Separador de Alta Pressão) é uma tecnologia de ponta que revoluciona o processo de produção ao viabilizar a separação submarina entre o petróleo extraído e o gás associado produzido, rico em CO₂, o qual é reinjetado diretamente no reservatório a partir do leito marinho. Dessa forma, grande parte do processo de separação deixa de ser feito na planta de processamento

do FPSO e passa a ser realizado no fundo do mar, oferecendo maior eficiência energética, reduzindo o impacto ambiental e a intensidade de emissões. Patentada pela Petrobras, o HISEP® foi elaborado com recursos de Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) do consórcio de Libra.



Visita à Ouronova

Em dezembro, visitamos a fábrica da Ouronova, uma empresa brasileira de tecnologia, especialista em soluções avançadas de monitoramento offshore para risers rígidos e flexíveis, com importante atuação em PD&I e no desenvolvimento de tecnologias aplicadas ao pré-sal.



Visita à Baker Hughes

Durante a OTC Houston, nossa equipe visitou o Centro de Tecnologia e Inovação (CTI) da Baker Hughes, dedicado à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias avançadas para a indústria de energia, a exemplo das áreas de completação e intervenção de poços e soluções para transição energética.



Comitê de Gestão Tecnológica

Internamente, contamos com um Comitê de Gestão Tecnológica. O grupo atua para garantir as melhores práticas na aplicação de tecnologia nos contratos de partilha de produção. Este ano, o grupo realizou, pela primeira vez, o Workshop de Tecnologia da PPSA. Durante dois dias, nosso time recebeu profissionais da Petrobras, Equinor e Repsol Sinopec para debater práticas de inovação tecnológica do pré-sal com o objetivo de identificar oportunidades de melhorias nos resultados dos contratos de partilha de produção e jazidas compartilhadas. Entre os temas da pauta, os sistemas de automatização de perfuração dos poços, o HISEP e os benefícios do ciclo combinado no FPSO na eficiência energética e na redução das emissões de CO2.

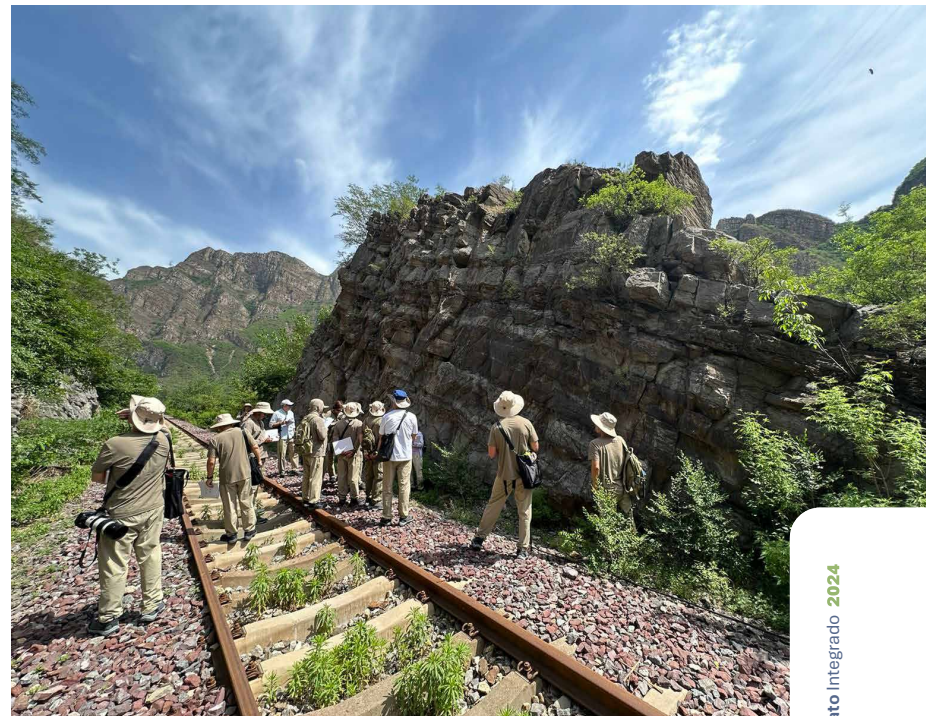


ACOMPANHAMENTO EXTERNO DOS PROJETOS

Para acompanhar o desenvolvimento dos projetos, independente da fase, nossos profissionais participam de iniciativas conjuntas com operadores.

Geologia na China - Em maio de 2024, participamos de um trabalho de campo de geologia, com foco em carbonatos, em Beijing, na China. A atividade aconteceu em conjunto com integrantes das equipes de exploração das empresas parceiras no Contrato de Partilha de Produção (CPP) do consórcio de Aram. Durante duas semanas, nossa equipe participou do estudo de

afloramentos representativos dos reservatórios e de rochas ígneas fraturadas (rochas formadas a partir do resfriamento e solidificação da lava que apresentam fissuras), além de visitar três laboratórios da CNPC na China: centros de estudo de pesquisa e desenvolvimento, recuperação avançada de óleo e de aquisição e processamento sísmico.



Inovação tecnológica na China - Em Pequim, participamos do China-Brazil Marine Science and Technology Innovation Forum. Organizado pela CNOOC, nossa parceira, e com participação da ANP, Petrobras, PPSA e universidades brasileiras, o fórum promoveu discussões sobre a exploração e desenvolvimento offshore, novas energias e proteção ambiental.



Logística da Petrobras - Visitamos o Centro Integrado de Logística de Exploração e Produção (CILEP), unidade da Petrobras que coordena as atividades logísticas de petróleo e gás. O CILEP é fundamental para as operações de Exploração e Produção (E&P). Ele otimiza a cadeia logística, gerenciando materiais e equipamentos, e coordenando o armazenamento, transporte e distribuição de afloramentos (exposições) de rocha de excelente qualidade para a capacitação de profissionais da indústria do petróleo.



FPSO Bacalhau - Para acompanhar a construção do FPSO Bacalhau, que irá operar no Campo de Bacalhau, na Bacia de Santos, a partir de 2025, participamos do Cold Eyes Review de Bacalhau em conjunto com representantes do operador e parceiros. A visita incluiu discussões em grupos para avaliar os pontos positivos, riscos e oportunidades do projeto. Em outubro, fomos a Singapura acompanhar a cerimônia de batismo do FPSO Bacalhau.

O navio-plataforma será um dos maiores a operar no Brasil, com capacidade de produção de 220.000 barris por dia e tecnologia voltada para redução das emissões.





Treinamento de Campo em Carbonatos Microbiais, Salta, Argentina

Em dezembro de 2024, seis coordenadores participaram de um treinamento direcionado ao estudo de rochas carbonáticas, análogas aos reservatórios do pré-sal da Bacia de Santos, com o foco em estratigrafia de alta resolução para a modelagem de reservatórios. As atividades de campo foram realizadas na região da represa Cabra Corral, localizado a cerca de 75 km ao sul da cidade de Salta. Este local apresenta uma série de afloramentos (exposições) de rocha de excelente qualidade para a capacitação de profissionais da indústria do petróleo.

COOPERAÇÃO TÉCNICA PPSA E EPE

Para promover o intercâmbio de dados e informações necessárias ao desenvolvimento das atividades e de estudos sobre o setor de petróleo e gás, assinamos com a Empresa de Pesquisa Energética um acordo de cooperação técnica. O acordo terá vigência de cinco anos e prevê também a realização de ações específicas de capacitação entre as empresas, como treinamentos, palestras e eventos. A cooperação reforça o papel proativo e inovador das duas instituições, ambas vinculadas ao Ministério de Minas e Energia.



Samir Awad, Evamar Santos e Tabita Loureiro (PPSA),
com Thiago Prado e Heloísa Borges da EPE

PRODUÇÃO EM REGIME DE PARTILHA

A produção em regime de partilha bateu recordes sucessivos em 2024 e em novembro atingiu um marco histórico: a produção acumulada neste regime desde 2017, início da série histórica, ultrapassou a marca de 1 bilhão de barris de petróleo.

Em 2024, oito contratos produziram em partilha, encerrando o mês de dezembro com uma produção média de 1 milhão de barris por dia de petróleo e 3 milhões de m³ de gás natural. São 16 FPSOs em operação e 66 poços em produção. A União fechou o mês de dezembro com novo recorde de

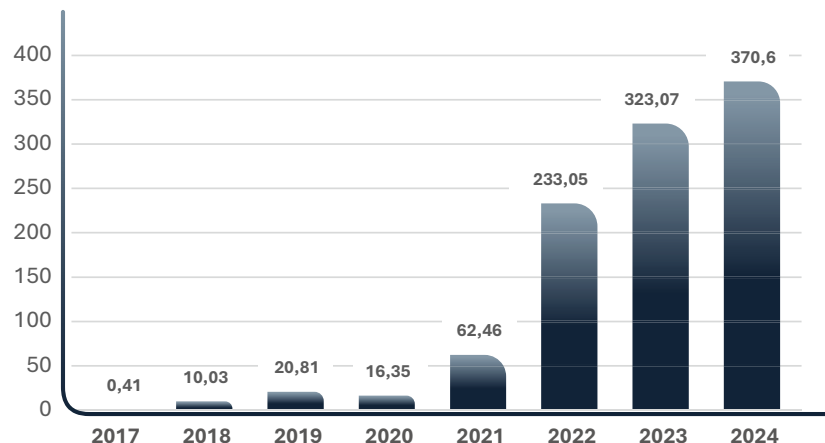
produção de petróleo: 118 mil barris por dia, incluindo a produção dos contratos de partilha e das áreas não contratadas de Atapu e Tupi. No mesmo mês, também teve direito a 201 mil m³ de gás natural por dia em cinco contratos de produção e no AIP de Tupi.



Confira a produção anual de petróleo e gás natural dos contratos de partilha e da União nas tabelas a seguir:

Produção anual total de petróleo nos contratos

PRODUÇÃO ANUAL TOTAL ÓLEO DOS CPPs (MILHÕES DE BARRIS)

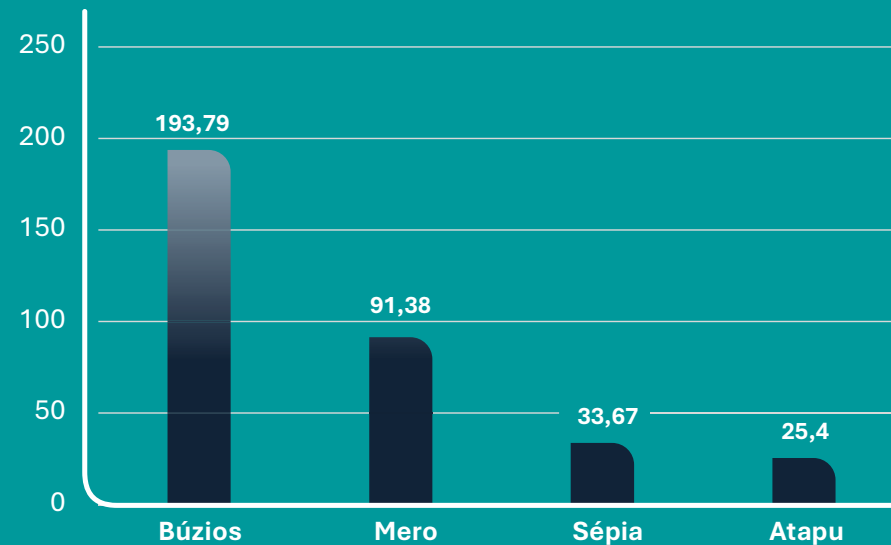


Produção acumulada de óleo em regime de partilha

PRODUÇÃO ACUMULADA DE ÓLEO EM REGIME DE PARTILHA (MILHÕES DE BARRIS)

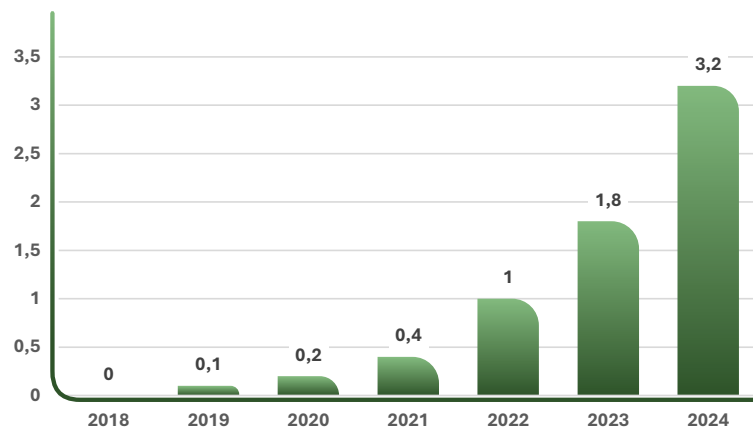


MAIORES PRODUTORES DE PETRÓLEO EM REGIME DE PARTILHA EM 2024 (MILHÕES DE BARRIS)

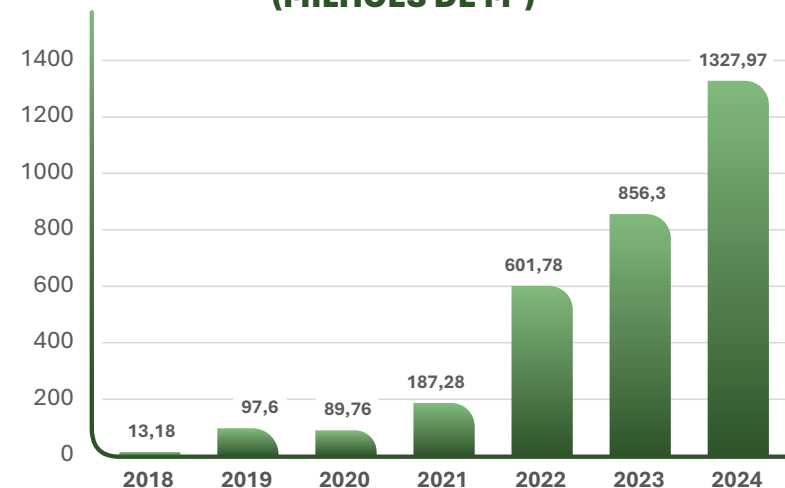


GÁS NATURAL

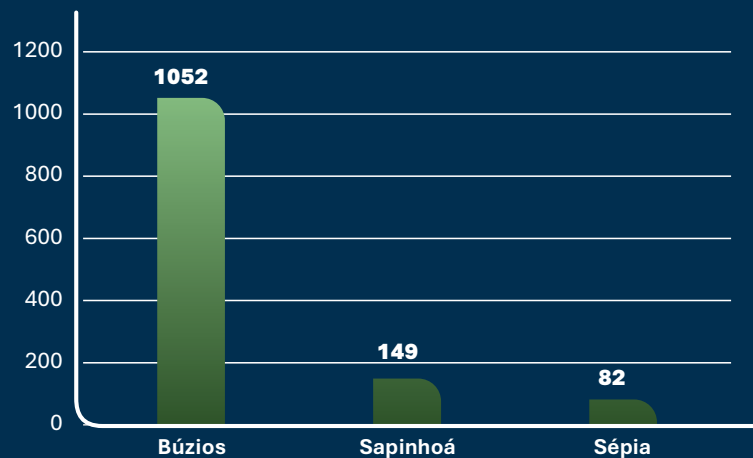
EXPORTAÇÃO ACUMULADA DE GÁS NATURAL (MILHÕES DE M³)



EVOLUÇÃO GÁS NATURAL DISPONÍVEL PARA EXPORTAÇÃO CPPS (MILHÕES DE M³)



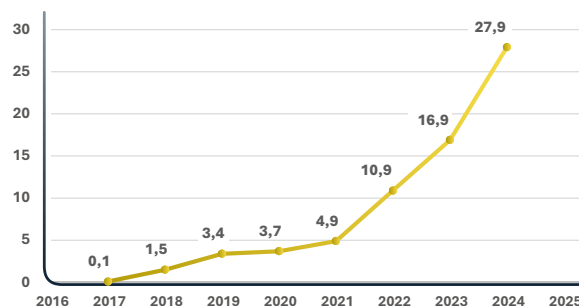
MAIORES PRODUTORES GÁS NATURAL EM REGIME DE PARTILHA 2024 (MILHÕES DE M³)



PRODUÇÃO DA UNIÃO

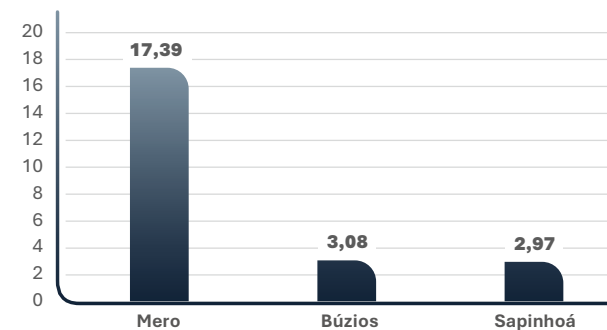
Evolução da produção anual de petróleo da União nos contratos de partilha e nos acordos de individualização da produção

EVOLUÇÃO DA PARCELA ANUAL DE PETRÓLEO DA UNIÃO
(CPP E AIPS - MILHÕES DE BARRIS)



Maiores produtores da União

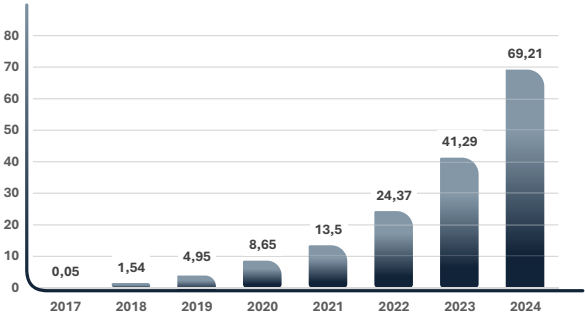
PRINCIPAIS CAMPOS PRODUTORES DA UNIÃO EM 2024
(MILHÕES DE BARRIS)



PRODUÇÃO DA UNIÃO

Parcela acumulada de petróleo da União

PARCELA ACUMULADA DE ÓLEO DA UNIÃO
(MILHÕES DE BARRIS)



Parcela acumulada da União por campo

PARCELA ACUMULADA DE ÓLEO DA UNIÃO POR CAMPO
(MILHÕES DE BARRIS)

Tipo	Campo	Acumulado
CPP	Mero	43,1
CPP	Búzios	7,63
CPP	Sapinhoá	7,37
AIP	Tupi	5,22
CPP	Sepia	2,58
CPP	Atapu	1,29
AIP	Atapu	0,61
CPP	Tartaruga Verde Sudoeste	0,59
CPP	Itapu	0,5
AIP	Mero	0,32
CPP	Espadim	0,01
Total		69,21

PRODUÇÃO DA UNIÃO

Com este volume de produção diária, a União encerrou 2024 como a quinta maior produtora do país. Para os próximos anos, em que nossos estudos apontam uma produção diária de 500 mil barris, estima-se que a União ocupe a segunda posição no ranking de produtores.

MAIORES PRODUTORES DO BRASIL - DEZEMBRO/2024

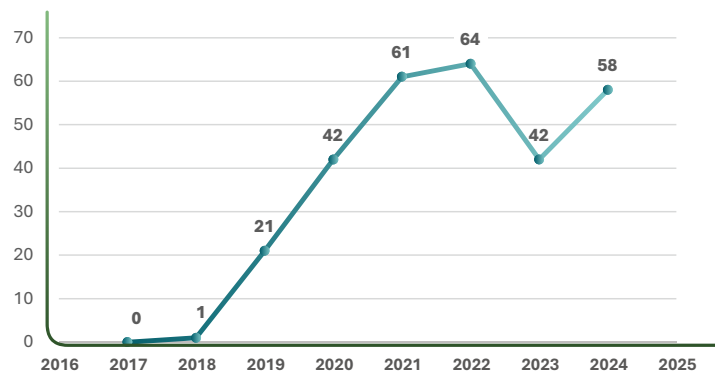
K BOE/D				K BOE/D			
1°		PETROBRAS	2.721	7°		CNOOC	102
2°		SHELL	511	8°		EQUINOR	86
3°		TOTAL	213	9°		CNODC	76
4°		PETROGAL	132	10°		PETRONAS	49
5°		PPSA	118	11°		REPSOL	48
6°		PRIO	115	12°		ENEVA	41

Fonte: ANP

GÁS NATURAL

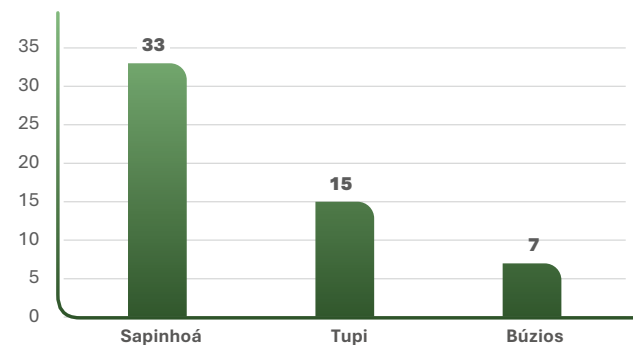
Evolução da produção anual de gás natural da união nos contratos de partilha e nos acordos de individualização da produção

**EVOLUÇÃO PARCELA ANUAL DE GÁS NATURAL DA UNIÃO
(CPPS E AIPS - MILHÕES M³)**



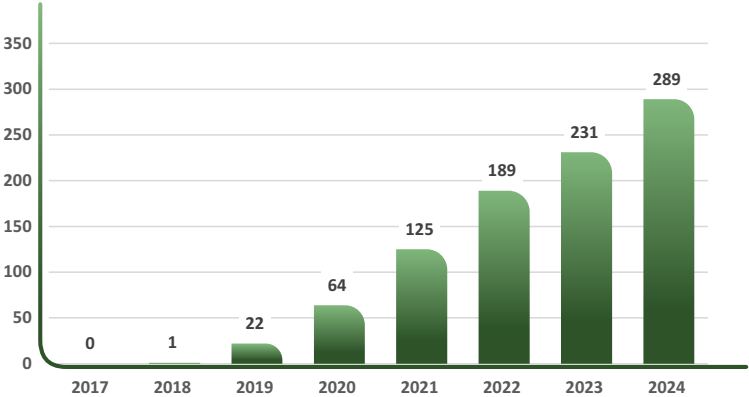
Principais produtores de gás natural da União

**PRINCIPAIS PRODUTORES DE
GÁS NATURAL DA UNIÃO EM 2024
(MILHÕES DE M³)**



GÁS NATURAL

PARCELA ACUMULADA DE GÁS NATURAL DA UNIÃO
(MILHÕES DE M³)



PRODUÇÃO DA UNIÃO ACUMULADA POR CAMPO
(MILHÕES DE M³)

Tipo	Campo	Acumulado
CPP	Sapinhoá	164,47
AIP	Tupi	76,22
CPP	Búzios	35,51
CPP	Sepia	8,54
CPP	Tartaruga Verde Sudoeste	3,97
CPP	Espadim	0,06
Total		288,77

ACOMPANHAMENTO DA PRODUÇÃO

Por meio de painéis dinâmicos, nossa equipe monitora a eficiência operacional de cada campo, a injeção de água e exportação de gás das plataformas, a produtividade média de cada poço e a produção diária de petróleo. Todos esses indicadores impactam nas parcelas de petróleo e gás que serão de direito da União.

Em 2024, também desenvolvemos um painel de indicadores de desempenho dos contratos em parceria com a Geopost/Katalyst.

A sociedade pode acompanhar a produção dos campos e os volumes de direito da União em nosso boletim mensal e no Painel Interativo disponível no site, que computa também a parcela que a União tem direito nos acordos de individualização da

produção (AIPs) que envolvem áreas não contratadas. Com a ferramenta, qualquer pessoa pode ter acesso aos dados dos contratos de partilha e dos AIPs e filtrar as informações conforme seu interesse, aumentando, assim, a possibilidade de análises da produção total no pré-sal e das parcelas da União.



 **ACESSE AQUI:**

Painel Interativo da Produção

NOVO FPSO OPERANDO EM REGIME DE PARTILHA

O FPSO Marechal Duque de Caxias chegou ao pré-sal em maio de 2024 para produzir no campo de Mero, no pré-sal da Bacia de Santos, que faz parte do contrato de partilha de produção de Libra. A unidade tem capacidade para produzir diariamente até 180 mil barris de petróleo e comprimir até 12 milhões de m³ de gás. Entrou em operação em outubro. O navio possui tecnologias para redução de emissões como, por exemplo, a CCUS (Carbon Capture, Utilization and Storage), na qual o gás rico em CO₂ é reinjetado no reservatório. Mero é um campo unitizado, operado pela Petrobras (38,6%), em parceria com a Shell Brasil (19,3%), TotalEnergies (19,3%), CNPC (9,65%), CNOOC (9,65%) e nossa empresa (3,5%), como representante da União na área não contratada. Atuamos também como gestores do contrato de partilha.



Foto: Agência Petrobras

DESTAQUES EM MERO

O navio-plataforma Sepetiba, que entrou em produção em Mero no dia 31 de dezembro de 2023, atingiu, em agosto de 2024, o seu topo de produção, com 180 mil barris de petróleo por dia (bpd). O atingimento dessa marca em oito meses, prazo dentro do esperado, ocorreu devido à prontidão dos sistemas de tratamento de óleo e compressão de gás da unidade, além da boa produtividade dos poços no Campo de Mero.

O FPSO Guanabara foi o navio-plataforma com a maior produção em 2024, com produção média de 239 mil boe/dia, segundo dados da ANP. Além do Guanabara, outros oito FPSOs em operação sob regime de partilha figuram no top 10 do ranking de maiores produtores. São eles os FPSOs P-77 (Búzios), Carioca (Sépie), P-70 (Atapu), Almirante Barroso (Búzios), P-75 (Búzios), P-71 (Itapu), P-76 (Búzios) e Cidade de Itaguaí (Tupi).



FPSO Guanabara - Agência Petrobras

O QUEM VEM POR AÍ

FPSO Alexandre de Gusmão

Em dezembro de 2024, saiu da China rumo ao campo de Mero, no pré-sal da Bacia de Santos. A plataforma, afretada pela Petrobras junto à SBM, tem capacidade de produzir diariamente 180 mil barris de petróleo, além de comprimir 12 milhões de m³ de gás diários. O início da operação da unidade está previsto para 2025, e elevará em 31% a atual capacidade de produção instalada em Mero, para 770 mil barris diários. O FPSO está preparado para receber o HISEP®, tecnologia que viabiliza a separação submarina entre o petróleo extraído e o gás associado produzido, rico em CO₂, o qual é reinjetado diretamente no reservatório a partir do leito marinho. Dessa forma, a unidade poderá produzir com mais eficiência energética e reduzir o impacto ambiental e a intensidade de emissões.



Foto: Agência Petrobras

O QUEM VEM POR AÍ

FPSO Bacalhau

Foi batizado em outubro, em Singapura, e saiu em navegação para o Brasil em dezembro de 2024. Será um dos maiores navios-plataforma instalados no mundo, com capacidade de produção de 220.000 barris de petróleo por dia e o primeiro a ser operado por companhia estrangeira no pré-sal (Equinor). O FPSO entrará em operação a partir de 2025 e utilizará turbinas a gás de ciclo combinado, reduzindo significativamente suas emissões de carbono.



Foto: Equinor

O QUEM VEM POR AÍ

FPSO Almirante Tamandaré

Chegou em outubro ao Campo de Búzios, no pré-sal da Baía de Santos, na costa do Rio de Janeiro. Esta é a primeira unidade de alta capacidade a ser instalada no campo, com potencial para produzir diariamente até 225 mil barris de petróleo e 12 milhões de m³ de gás por dia. O navio possui tecnologias para a descarbonização como, por exemplo, o flare fechado, que em conjunto com outros equipamentos, reduz a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Há também tecnologia para aproveitamento de calor que descarta a necessidade de energia adicional para a unidade. O FPSO entrou em operação em fevereiro de 2025, se juntando a outras cinco que operam no campo de Búzios: FPSOs P-74, P-75, P-76, P-77 e Almirante Barroso.



Foto: Agência Petrobras

O QUEM VEM POR AÍ

Sépia e Atapu

Em abril, a Petrobras assinou com a Seatrium O&G Americas Limited os contratos de construção dos FPSOs P-84 e P-85. As unidades serão destinadas aos campos de Sépia e Atapu, na Bacia de Santos, com início de produção previsto entre 2029 e 2030. Estes dois campos já contam, atualmente, com a produção de dois FPSOs (P-70, em Atapu, e o FPSO Carioca, em Sépia). Os novos FPSOs serão instalados em profundidade de água superior a 2 mil metros. Cada um terá capacidade de produção diária de 225 mil barris de petróleo por dia e processamento de 10 milhões de m³ de gás por dia. As construções de P-84 e P-85 serão realizadas em estaleiros do Brasil e Singapura.

P- 78

FPSO que será instalado no Campo de Búzios. O início da produção está previsto para o segundo semestre de 2025. A unidade terá capacidade para produzir 180 mil barris por dia e comprimir 7,2 milhões de m³ de gás por dia. Dez módulos foram construídos no estaleiro BrasFELS, no Rio de Janeiro. Entre eles, estão os módulos de tratamento do gás, compressão de alta e baixa pressão de gás natural, injeção de água e gás e sistema de flare. Quatro módulos da P-78 foram construídos na China e outros sete em Singapura. Nossa equipe visitou o estaleiro BrasFELS (RJ) para acompanhar a construção e montagem de módulos.

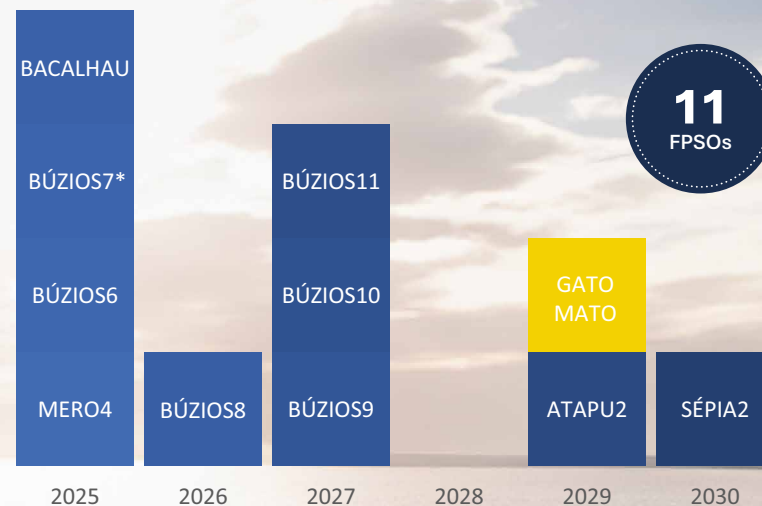
Foto: Agência Petrobras



Equipe da PPSA em visita aos módulos da P-78 no estaleiro BrasFELS

O QUEM VEM POR AÍ

Nossos estudos estimam
o início de operação de
11 FPSOs até 2030



*Operação já iniciada

Com declaração de comercialidade

Sem declaração de comercialidade

MARCOS DOS CONTRATOS EM 2024



Itapu

- Entrada em operação do quinto poço produtor.
- Aumento de capacidade máxima de produção da P-71, para 160 mil bpd.



Entorno de Sapinhoá

- Concluída a negociação do Aditivo 4 ao AIP de Sapinhoá, fruto da primeira redeterminação da Jazida Compartilhada de Sapinhoá. Aditivo já submetido à aprovação da ANP.
- Aquisição de nova sísmica, inclusive com processamento 4D.



Norte de Brava

- Concluídas as contratações necessárias e iniciada a perfuração do poço pioneiro do Norte de Brava (PEM).
- Em análise o descomissionamento do FPSO P-31.
- Concluída a Equalização de Gastos e Volumes do AIP de Brava, com a União credora em R\$ 5,6 milhões.



Tartaruga Verde

- Aprovada a perfuração de novo poço exploratório (Atolchelys) e iniciadas as contratações.
- Negociação de novo gatilho para a 2ª redeterminação com expectativa de aumento na participação da União.

■ Em desenvolvimento / produção

MARCOS DOS CONTRATOS EM 2024



Sépia

- Contratação do FPSO P-85 - Desenvolvimento da Produção da Fase II de Sépia (24/05/2024).
- Aprovação da estratégia de contratação do EPCI das linhas rígidas.
- Contratação de Processamento Sísmico.



Norte de Carcará

- Cerimônia de batismo do FPSO Bacalhau em outubro, em Singapura.
- Saída do FPSO Bacalhau rumo ao Brasil em dezembro de 2024.
- Aprovada, pela ANP, a postergação da seleção de conceitos para a Fase 2 de Bacalhau para dezembro de 2026.



Atapu

- Contratação do FPSO P-84 - Desenvolvimento da Produção da Fase II de Atapu.
- Aprovação da estratégia de contratação do EPCI das linhas rígidas.

■ Em desenvolvimento / produção

MARCOS DOS CONTRATOS EM 2024



■ Em desenvolvimento / produção

MARCOS DOS CONTRATOS EM 2024



Búzios

- Produção média de 655.000 bpd e 4,5 milhões m³/d de gás exportado com cinco unidades.
- Contratação do EPCI de dutos rígidos para Búzios 10.
- Conclusão da análise de viabilidade, conceito de Búzios 12 e estudo de alternativas.
- Chegada do FPSO Almirante Tamandaré ao Brasil.
- Interligação do sistema de gás do FPSO Almirante Barroso e primeira exportação de gás.
- Em discussão com o operador sobre o reconhecimento de custos relativos ao período entre a celebração do contrato de partilha e a celebração do acordo de coparticipação.
- Realizada primeira auditoria de custos relativa ao ano de 2021.

■ Em desenvolvimento / produção

MARCOS DOS CONTRATOS EM 2024



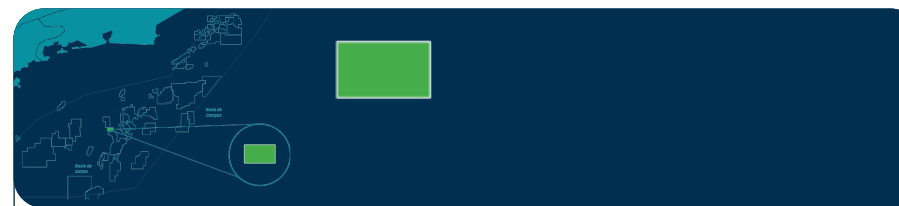
Bumerangue

- Iniciadas as contratações para a perfuração do poço pioneiro em 2025 (PEM).



Tupinambá

- Iniciados os estudos para detalhamento da Estratégia Exploratória do bloco.

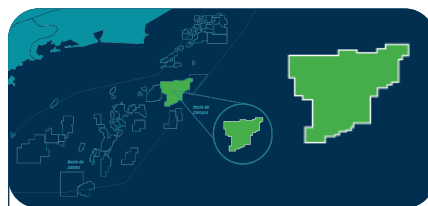


Gato do Mato

- Aprovação do novo conceito do projeto, contratação da Modec para execução da engenharia básica do FPSO e extensão do prazo para Declaração de Comercialidade.
- Negociação do AIP, elaboração do Plano de Desenvolvimento (incluindo solução para exportação de gás) e recebimento das propostas para os principais sistemas do projeto (FPSO, SURF e poços). O projeto entrou na fase de decisão final de investimento.

■ Em exploração

MARCOS DOS CONTRATOS EM 2024



Alto de Cabo Frio Central

- Reprocessamento sísmico e novo modelo geológico.
- Concluídas as principais contratações para a perfuração dos poços ACFC-01 e ACFC-11 em 2025.



Titã

- Firmado Acordo de Confidencialidade da PPSA com ExxonMobil - Operador de Titã -, Petrobras e QatarEnergy para identificação de oportunidades em Gás Natural no CPP de Titã e nos Contratos de Concessões S-M-536_R15, S-M-647_R15, C-M-753_R15 e C-M-789_R15.



Pau-Brasil

- Concluída a perfuração do poço pioneiro de Pau Brasil (PEM).



Água Marinha

- Aprovada a perfuração da locação denominada Andorinha para 2025.

■ Em exploração

MARCOS DOS CONTRATOS EM 2024



Sudoeste de Sagitário

- Planejamento para a perfuração do poço pioneiro.
- Revisado Programa Exploratório do Bloco, postergando a perfuração do primeiro poço para 2026.



Uirapuru

- Execução de orçamento reduzido para 2024, após resultados abaixo da expectativa do poço de Araucária.
- Em dezembro de 2024, o operador apresentou o resultado de novos estudos, trazendo a possibilidade de avançar com projeto de desenvolvimento no bloco.



Aram

- Aprovação de quatro locações firmes para perfuração de poços dentro do Plano de Avaliação da Descoberta (PAD).
- Aprovada solicitação à ANP de extensão da Fase Exploratória por 27 meses.

■ Em exploração

ACORDOS DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A existência de duas ou mais empresas explorando simultaneamente uma mesma jazida pode se tornar um problema. Eventualmente, as empresas podem competir para ver quem extrai petróleo e gás natural mais rápido e, como consequência, podem causar danos ao reservatório, que poderá ter sua vida produtiva significativamente reduzida. O processo de individualização da produção, que culmina na celebração de um Acordo de Individualização da Produção (AIP), tem o objetivo de proporcionar a divisão dos resultados da produção e o aproveitamento racional dos recursos naturais da União, por meio da unificação do desenvolvimento e da produção, relativos à jazida que se estenda além do bloco sob contrato.

É um processo que envolve aspectos negociais, técnicos e jurídicos, e sua adoção é obrigatória sempre que o acúmulo de petróleo e/ou gás natural em uma jazida petrolífera extrapola a área sob contrato (ASC), como pode ser observado na figura. A Área Não Contratada (ANC) corresponde à parte que está fora da área sob contrato.

Quando uma jazida compreende uma ANC, faz-se necessário que os titulares dos direitos de exploração e produção das áreas adjacentes celebrem, com a União, um Acordo de Individualização de Produção. Dessa forma, garante-se o desenvolvimento e a produção racional e conservativa de toda a jazida, levando em conta também



as fronteiras naturais, que não obedecem aos limites estabelecidos pelo homem.

E quando essa jazida compartilhada está no polígono do pré-sal ou em áreas estratégicas, os interesses da União no AIP serão representados pela nossa empresa. Desse modo, os AIPs têm um papel fundamental, pois promovem o equilíbrio entre as demandas legítimas das empresas envolvidas e a defesa dos interesses da União.

Dez acordos de individualização da produção já foram negociados em nome da União e encontram-se efetivos. Outros oito estão em processo de avaliação. A atividade de representação da União nos AIPs requer um acompanhamento constante desses contratos, o que exige uma equipe de profissionais com conhecimento técnico

e negocial. Para celebrar um AIP, é preciso haver consenso entre as partes sobre as participações e os respectivos volumes de petróleo e/ou gás natural. Após as partes chegarem a um consenso, elas assinam o AIP, que passa a vigorar no primeiro dia do

mês subsequente à data de notificação ao operador da aprovação pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP). Esse dia é designado como a data efetiva do AIP.

08 EM AVALIAÇÃO

GATO DO MATO
CAXARÉU
SAGITÁRIO
SUL DE SAPINHOÁ
EPITONIUM
BÚZIOS
JUBARTE
JÚPITER



10 APROVADOS E EFETIVOS

PRÉ-SAL ALBACORA
BRAVA
SAPINHOÁ
TARTARUGA VERDE
TUPI
ARGONAUTA
ATAPU
MERO
BACALHAU
SÉPIA

Acordos de Individualização da Produção (AIPs)

Estudos e análises de geologia & geofísica e de engenharia de reservatórios para determinar a participação da União em cada AIP.

Processo negocial para delimitar a participação da União com o operador e os sócios.

Redação e encaminhamento à ANP dos acordos de gestão, pré-AIP e AIP de cada área.



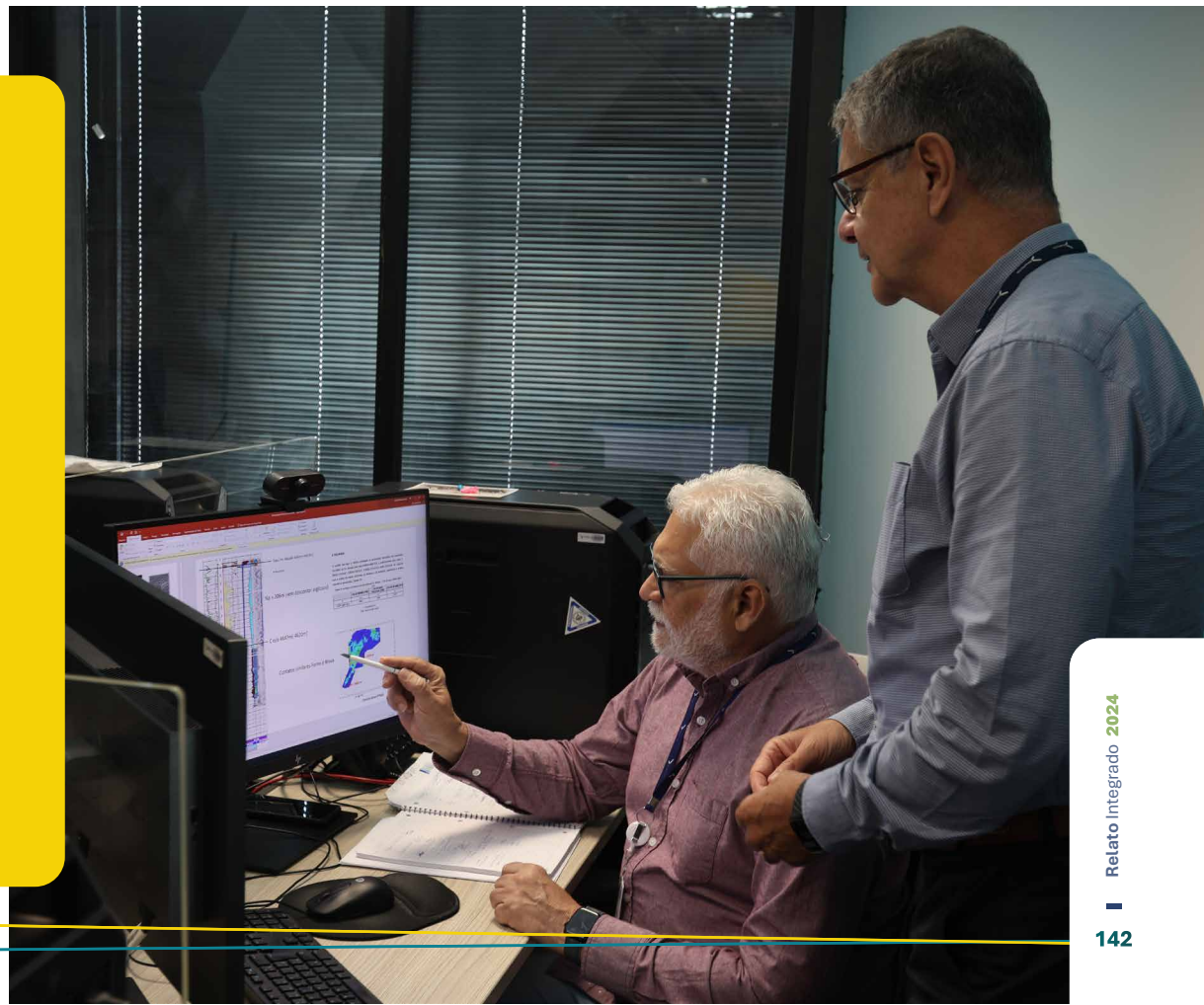
Processo negocial para a Equalização de Gastos e Volumes de cada projeto.

Realização de novos estudos para eventual redeterminação para cada jazida compartilhada.

Suporte à ANP com estudos sobre áreas unitizadas que serão leiloadas como CPPs.

Como é o processo negocial de um AIP?

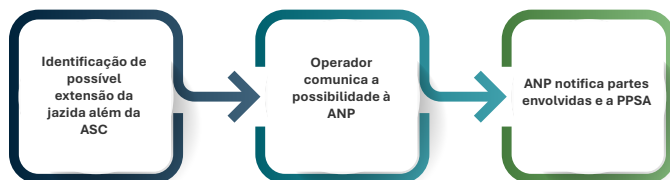
Para ser efetivado, um AIP percorre um longo período de tempo entre o momento da notificação da possibilidade de extensão da acumulação até a Data Efetiva. Trata-se de um processo com muitas interações entre as partes interessadas, intensivo em negociação de aspectos ligados aos itens que compõem o AIP, gestão de atividades e de prazos. Algumas etapas da celebração de um AIP, embora com aspectos meramente técnicos, como a definição das parcelas de participação e critérios de redeterminação, demandam uma forte interação negocial entre as partes para garantir a convergência de propostas e o cumprimento dos prazos estabelecidos. A cada ocorrência, utilizamos uma base de dados comum e realizamos estudos para delimitar a jazida e calcular o volume total de hidrocarbonetos e os volumes correspondentes à União.



Etapas da realização dos Acordos de Individualização da Produção

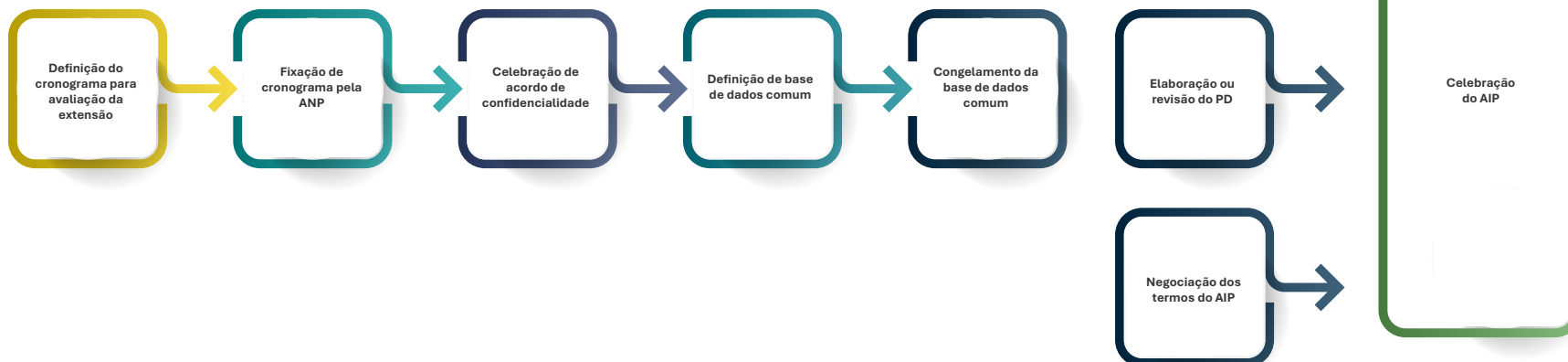
Etapa 1

Identificação e notificação das partes



Etapa 2

Definição dos acordos e da base de dados comum



O que é a Equalização de gastos e volumes?

Caso a produção da Jazida Compartilhada inicie antes da data efetiva do AIP, os volumes produzidos serão integralmente apropriados pelos titulares das áreas contratadas integrantes da Jazida Compartilhada, que também assumirão, integralmente, os custos de produção e de desenvolvimento. Posteriormente, os volumes produzidos e os gastos incorridos serão equalizados com a PPSA, na condição de representante da União na área não contratada, na data efetiva. Portanto, a parcela de produção e dos gastos da União na Jazida Compartilhada terão sido apropriados pelas demais partes e será necessário fazer um ajuste financeiro, após a data efetiva, conhecido como Equalização de Gastos e Volumes (EGV). Isto é: o encontro de contas, onde a parte credora acerta seus direitos com a parte devedora.

Esse processo ocorre quando da celebração de AIP com Área não Contratada, na efetividade do AIP; e quando da contratação da Área não Contratada como Contrato de Partilha e, adicionalmente, se repete a cada evento de redeterminação.

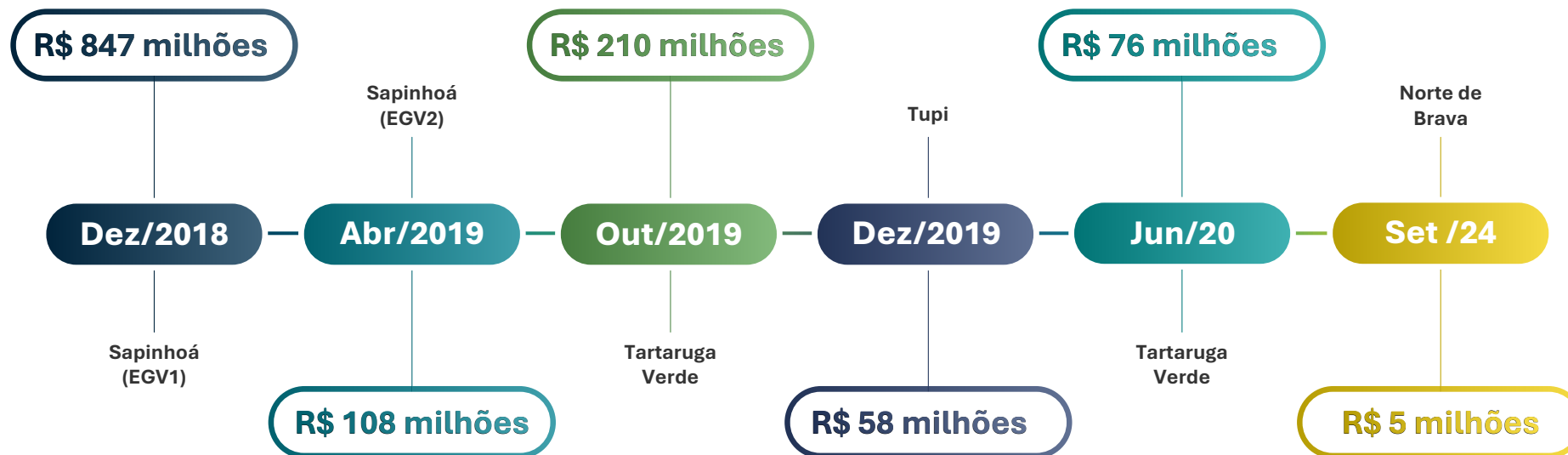
O cálculo da equalização considera, proporcionalmente, a diferença entre os gastos incorridos para a produção da jazida e as receitas decorrentes dos volumes de petróleo e gás natural de cada parte. No caso da União, o ajuste considera o valor da receita decorrente da produção, até aquele momento, descontados dos gastos realizados até a data efetiva do AIP, na proporção de sua participação. Em 2024, foi realizado um EGV no Norte de Brava, em que a União ficou credora em R\$ 5 milhões. Os recursos são contabilizados na arrecadação da PPSA e são direcionados ao Tesouro Nacional. Este é o sexto EGV já realizado pela PPSA.



**ACESSE
AQUI:**

E-book
Entendendo os Acordos de
[Individualização da Produção](#)

Sexto EGV já realizado pela PPSA



PRINCIPAIS ATIVIDADES EM 2024:

Ao longo de 2024, nossa equipe seguiu acompanhando os AIPs já efetivos, além de avaliar e negociar áreas com potencial de realização de um acordo que beneficie a União.

AIP de Tupi

Tupi é o principal campo produtor de petróleo e de gás natural dos reservatórios do pré-sal. Situado na Bacia de Santos, o bloco tem como operador: a Petrobras (65%) e, como sócios: a Shell (25%) e a Petrogal (10%). O AIP de Tupi foi efetivado em primeiro de abril de 2019, concedendo à União uma participação de 0,551% na jazida compartilhada. Atualmente, a União já conta com produção diária de petróleo e gás natural de Tupi. Em 2024, ocorreram algumas divergências relativas às apurações mensais do saldo da União. O que levou o operador a realizar, em abril um ajuste no

saldo da apuração mensal de, aproximadamente, R\$ 50 milhões, em favor da União.

Em junho, o operador notificou a ANP sobre a possibilidade da jazida compartilhada se estender a sudoeste, para além da atual área individualizada. Caso a ANP se manifeste quanto a essa notificação, haverá uma alteração na área individualizada e a redefinição das participações. O processo para a primeira redeterminação já está em curso e encontra-se na fase de avaliação técnica das partes. A Jazida Compartilhada de Tupi encontra-se em atividades normais de operação da produção.

AIP de Norte de Brava

O acordo para a Jazida Compartilhada de Brava está efetivo desde 2019, concedendo à União uma participação de 2,325% na jazida compartilhada. Considerando, entretanto, que esta área foi incorporada ao Contrato de Partilha de Produção (CPP) de Norte de Brava, em 2024, foram assinados aditivos ao Acordo de Equalização de Gastos e Volumes (AEGV), ao EGV e ao AIP de Brava. A União é credora do AEGV. Também foram negociados os procedimentos de redeterminação de Brava. A participação da União atualmente é apurada de acordo com o percentual de excedente em óleo da União estabelecido no CPP de Norte de Brava.

AIP de Jubarte

O AIP de Jubarte é um dos oito acordos em avaliação. Ao longo do ano, foram discutidos os documentos do AIP e do Acordo de Gestão, e foram realizadas reuniões técnicas entre as partes para definição das parcelas de participação. As documentações do AIP e do Plano de Desenvolvimento estão em fase final de avaliação para serem submetidos à ANP até maio de 2025.

AIP de Caxaréu

O AIP de Caxaréu também está em processo de avaliação. Em 2024, as partes trabalharam no Aditivo do Acordo de Confidencialidade, para a consequente passagem de dados e informações.

AIP de Nautilus/Argonauta

Argonauta faz parte do contrato de concessão BC-10, localizado na Bacia de Campos, que tem a Shell como operadora (50%) e como sócios a ONGC (27%) e a QPI (23%). O AIP de Argonauta está efetivo desde outubro de 2017, sendo a fração da União na jazida compartilhada de 7,6%. A produção da Jazida Compartilhada enfrentou problemas técnicos e tem sido intermitente. Contudo, em 2024, o operador indicou que novos estudos técnicos, em fase de conclusão, sinalizam a possibilidade de retomada da produção contínua. Em paralelo, a QatarEnergy, um dos consorciados do AIP, está em negociações para a cessão total de sua participação. Caso a operação seja aprovada e efetivada, será necessário aditar o AIP e outros instrumentos contratuais, como o Contrato de Consórcio e o Acordo de Gestão.

AIP de Tartaruga Verde

O AIP de Tartaruga Verde foi o primeiro celebrado pela PPSA e está efetivo desde março de 2018. Sendo composto pela Concessão de Tartaruga Verde e pelo CPP de Sudoeste de Tartaruga Verde. Segue em produção regular e concluiu sua primeira redeterminação em 2021. Um novo gatilho para a segunda redeterminação está sendo negociado, o que traz expectativa de aumento nas parcelas de participação para a União.

AIP de Sapinhoá

Em 2024, foi concluída a negociação do Aditivo 4 ao AIP de Sapinhoá, fruto da primeira redeterminação da Jazida Compartilhada de Sapinhoá. Aditivo já submetido à aprovação da ANP.

Futuro

Para 2025, outras atividades já são esperadas, a exemplo da redeterminação do AIP de Forno e a submissão do AIP e do Plano de Desenvolvimento de Gato do Mato.



COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

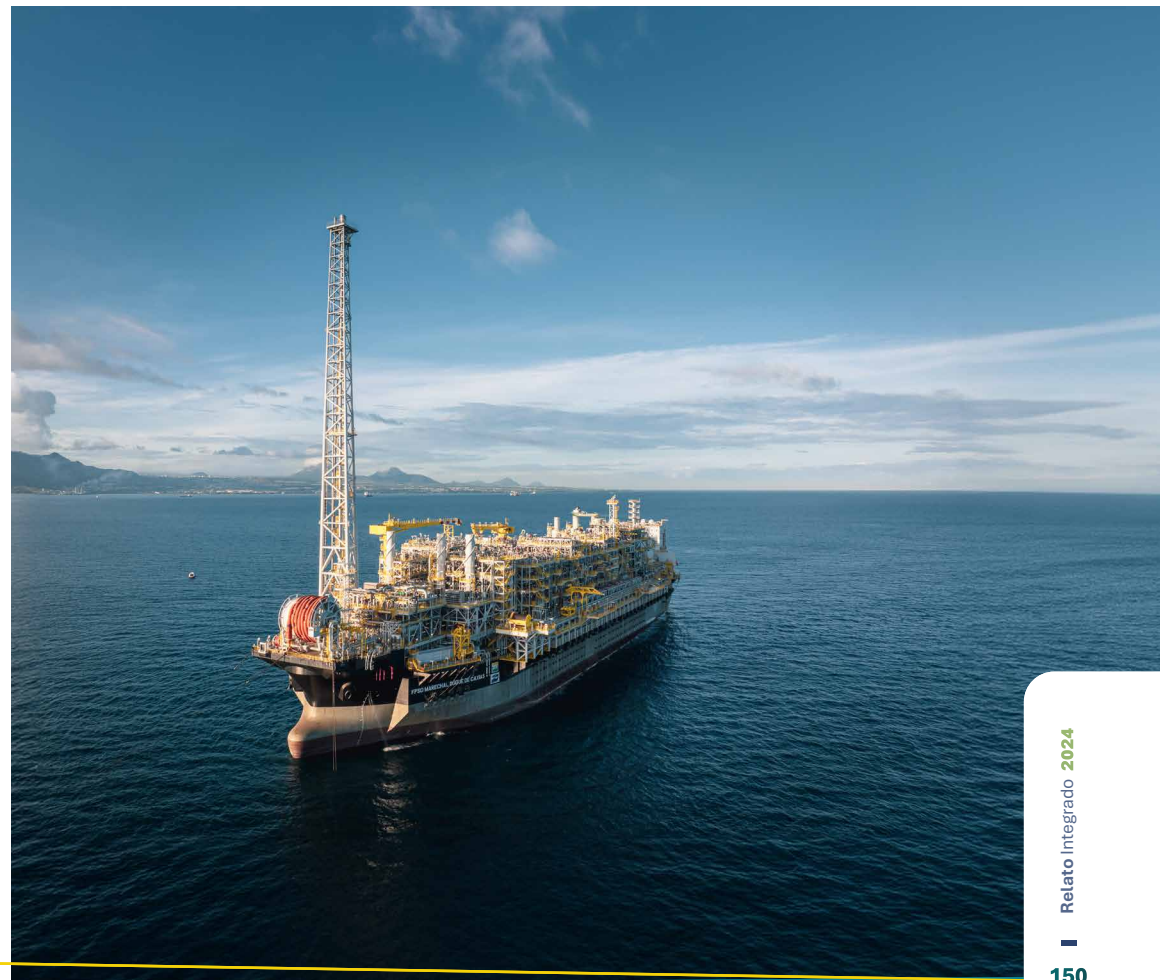
Somos responsáveis pela comercialização de toda a parcela de petróleo e gás natural de direito da União no pré-sal e em áreas estratégicas, garantindo as receitas para o Tesouro Nacional. Isso inclui parcelas oriundas dos contratos de partilha e dos acordos de individualização da produção com participação da União.

Em 2024, arrecadamos R\$ 10,28 bilhões com a comercialização do petróleo da União e R\$ 42,78 milhões com a venda do gás natural, perfazendo um total de receitas de R\$ 10,32 bilhões para a União. O valor arrecadado é recorde e cerca de 71% maior do que obtido em 2023 (R\$ 6,02 bilhões), e reflete o aumento da produção nos contratos, além do sucesso obtido nos processos competitivos para a comercialização das parcelas de petróleo e gás da União realizados pela PPSA desde 2021. Todos os recursos arrecadados são direcionados ao Tesouro Nacional.

Em dezembro de 2024, a companhia também alcançou um novo recorde, arrecadando R\$ 2 bilhões para União com a comercialização. Até então, o recorde era o resultado obtido em agosto de 2024, com R\$ 1,4 bilhão.

COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

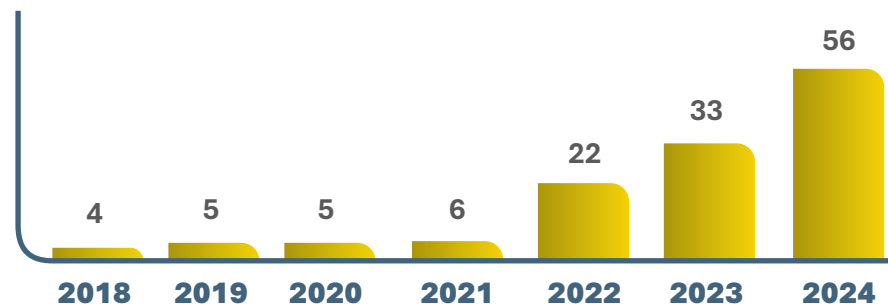
No ano de 2024, foram embarcadas 56 cargas de petróleo da União, totalizando 27,39 milhões de barris, contra a meta do ano de 21,7 milhões de barris. Das cargas, 43 foram referentes ao campo de Mero, seis de Búzios, três de Sépia, duas do Entorno de Sapinhoá, uma de Tupi e uma de Atapu. À exceção das cargas de Sépia e Atapu, que foram comercializadas por meio de processos de venda direta, as demais são referentes a contratos de longo prazo, frutos de leilão realizado pela PPSA na B3 em 2021, que teve como vencedora a Petrobras. Em 2024, foi também comercializado, para a Petrobras, um volume total de 53,8 milhões de metros cúbicos de gás natural.

**56**CARGAS
COMERCIALIZADAS**27,39**
MILHÕES
DE BARRIS DE PETRÓLEO

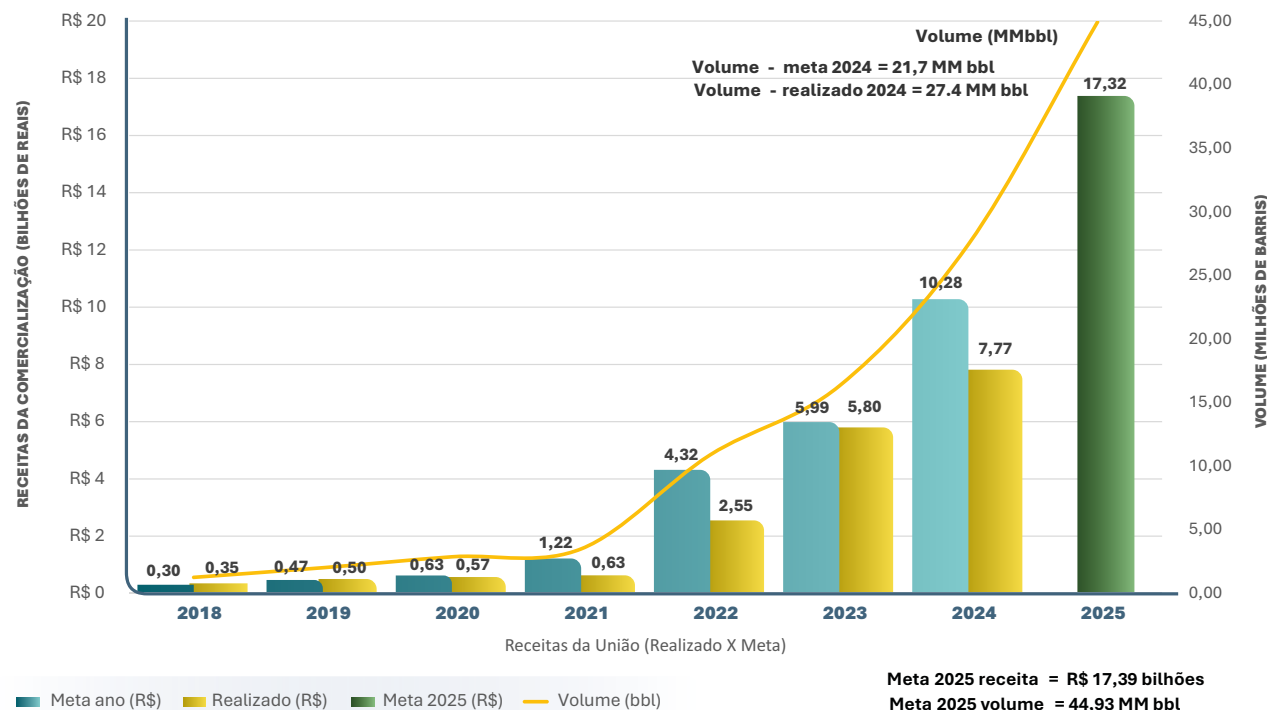
COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Nossa atividade de comercialização tem crescido ano a ano, com um salto desde 2022. O volume de cargas comercializadas aumenta à medida que novos FPSOs entram em produção no, pré-sal em, contratos de partilha e que novos acordos de individualização com a participação da União passam a vigorar. A PPSA iniciou essa operação comercializando quatro cargas por ano. A estimativa é de chegar a 2030 com mais de 370 cargas anuais (uma por dia).

CARGAS DE ÓLEO



COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO - RESULTADOS ATÉ 2024 E METAS 2025



COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Comercialização do petróleo

Para comercializar o petróleo da União, fazemos leilões na B3 para os maiores volumes e vendas spots online para os menores volumes, sendo ambos os processos competitivos. Desde 2018, quando iniciamos este processo, já realizamos 4 leilões na B3 e 11 processos de venda spot.



Leilões de petróleo

LEILÃO	CAMPO	DIVISÃO EM LOTES	PERÍODO (MESES)	VOLUME (MM bbl)	VOLUME TOTAL (MM bbl)
1º e 2º	Mero	Lote 1	36	10,60	12,30
	Tupi	Lote 2	12	1,10	
	Sapinhoá	Lote 3	36	0,60	
3º	Búzios	Lote 1	36	6,60	55,70
	Sapinhoá	Lote 2	60	2,40	
	Tupi	Lote 3	60	3,30	
	Mero	Lote 4	36	43,40	
4º	Mero	Lote 1	12	12,08	37,72
		Lote 2	12	12,08	
		Lote 3	12	11,07	
	Búzios	Lote 4	12	2,50	

Data de realização dos leilões:

1º Leilão – 30/05/2018
2º Leilão – 31/08/2018

3º Leilão – 26/11/2021
4º Leilão – 31/07/2024

COMERCIALIZAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Leilões de petróleo

Em julho de 2024, realizamos nosso maior leilão da história. Disputado por sete empresas, o 4º Leilão de Petróleo da União, realizado na B3, comercializou 37,5 milhões de barris de petróleo da produção da União de 2025 referentes aos campos de Mero e Búzios. O leilão teve recorde de participação de empresas habilitadas, recorde de empresas ofertantes e recorde de potencial de arrecadação para os cofres públicos. A estimativa é de R\$ 17 bilhões – R\$ 2 bilhões a mais do que o previsto inicialmente – em apenas doze meses, a partir de abril de 2025.



37,5 MILHÕES
DE BARRIS DE PETRÓLEO



R\$ 17 BILHÕES
DE POTENCIAL DE ARRECAÇÃO



O leilão foi dividido em quatro lotes, sendo três de Mero (dois de 12 milhões de barris e um de 11 milhões de barris) e um de Búzios (de 2,5 milhões de barris). Todos os

lotes foram comercializados com resultados muito acima dos contratos vigentes. O preço médio ponderado de 2022 a junho de 2024 praticado nos contratos em vigor

para o petróleo de Mero foi de Brent datado menos US\$ 5,98/barril e para o de Búzios, Brent datado menos de US\$ 7,12/barril.

4º LEILÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO

CAMPO	LOTES	FPSO	QTD. EST. CARGAS 80.000 M3	VOLUME TOTAL (BBL)	VENCEDOR	DESCONTO SOBRE BRENT DATADO (US\$ /BBL)	RECEITA TOTAL ESTIMADA (R\$)
MERO	Lote 1	GNB	24	12.076.416	PETROBRAS	1,85	R\$ 5.352.107.913,13
	Lote 2	STB	24	12.076.416	CNOOC	1,59	R\$ 5.369.028.662,65
	Lote 3	D. CAXIAS	20	10.063.680	PETROCHINA	1,35	R\$ 4.935.927.164,71
		PL1	2	1.006.368			
BÚZIOS	Lote 4- Único	P-74	1	503.184	PETROBRAS	1,85	R\$ 1.115.022.481,90
		P-75	1	503.184			
		P-76	1	503.184			
		P-77	1	503.184			
		ABA	1	503.184			
VOLUME TOTAL (MM BBL):				37,739	RECEITA TOTAL ESTIMADA (R\$ BILHÕES):		16,772

(*) Com base no Dated Brent médio - janeiro a junho 84,0892 US\$/bbl

Vendas spot

Realizamos também, em 2024, quatro processos spot para a comercialização de 5 milhões de barris de petróleo das produções de Sépia, Atapu e Itapu. Todas as empresas que já atuam no pré-sal serão convidadas a participar, além da PRIO e da Refinaria de Mataripe.

Os preços ofertados são referenciados pelo Brent datado e as propostas são abertas online com a participação de todos os proponentes.

VENDAS CARGAS SPOT SÉPIA, ATAPU E ITAPU

PROCESSO COMPETITIVO DATA	CAMPO	VOLUME TOTAL (BBL)	EMPRESAS CONCORRENTES	VENCEDOR	DECONTO SOBRE BRENT DATADO (US\$ /BBL)	DATED BRENT NA VENDA (US\$/BBL)	RECEITA TOTAL ESTIMADA NA VENDA (R\$)
VENDA SPOT 21/02/2024	SÉPIA	503.184	PETROBRAS EQUINOR GALP CNOOC	CNOOC	3,75	77,911	R\$ 183.388.839,71
VENDA SPOT 06/03/2024	ATAPU	503.184	ACELEN GALP PETROBRAS	ACELEN	4,36	80,3175	R\$ 189.742.340,09
LEILÃO SPOT 18/09/2024	SÉPIA	503.184	GALP PETROBRAS	PETROBRAS	4,05	80,9064	R\$ 214.735.204,38
LEILÃO SPOT 18/09/2024	ATAPU	503.184	ACELEN GALP PETROBRAS	GALP	3,66	80,9064	R\$ 215.824.856,38
LEILÃO SPOT 18/09/2024	ITAPU	503.184	ACELEN GALP PETROBRAS PETROCHINA SHELL	ACELEN	2,3	80,9064	R\$ 219.624.668,47
LEILÃO SPOT 31/10/2024	SÉPIA	503.184	PETROBRAS PETROCHINA	PETROCHINA	3,5	74,3295	R\$ 197.504.126,48
LEILÃO SPOT 31/10/2024	SÉPIA	2.012.736	PETROBRAS PETROCHINA	PETROBRAS	4,04	74,3295	R\$ 783.993.465,91
VOLUME TOTAL (MM BBL):		5,032	RECEITA TOTAL ESTIMADA (R\$ BILHÕES):				2,005

Quem compra o petróleo da União

Até o momento, as seguintes empresas já compraram o óleo da União: Petrobras, Petrochina, Refinaria de Mataripe, Galp, CNOOC, Equinor e Total.

Quem compra o óleo da União, deve dispor de navio aliviador DP (sigla em inglês para posicionamento dinâmico) para buscar o óleo no FPSO e levar para o destino (refinaria) ou fazer operação de transbordo. Isso significa que quem compra arca com as despesas logísticas, incluindo o custo do navio DP, eventual custo de tancagem, além do frete de longa distância até o mercado internacional (Europa, China, etc.), em sua maioria.

É por conta desses custos que o comprador oferece à União um desconto em relação ao preço do petróleo (brent).

Atribuições da PPSA na gestão da comercialização

- | | | | |
|--|---|--|---|
| ☒ Desenvolvimento de processos de venda (leilões / consultas ao mercado) e minutas contratuais; | ☒ Acompanhamento e avaliação de serviços de consultoria envolvendo comercialização de petróleo e gás da União; | ☒ Execução e controle das atividades relativas aos processos de mútuos (empréstimos e restituições) para composição de cargas; | ☒ Consultas ao mercado, tomadas de preços e embasamento técnico para contratações de companhias inspetoras e agências de informações de preços e logística; |
| ☒ Negociações de Lifting Agreements e Loan in Kind Agreements para cada um dos FPSOs; | ☒ Análises documentais e operacionais para avaliação de contratações dos sistemas de escoamento e processamento de gás natural; | ☒ Acompanhamento de estoques da União; | ☒ Negociações e assinaturas de MOUs / NDAs para acesso as informações para análise de viabilidade de contratações/ adesões aos contratos; |
| ☒ Coordenação e acompanhamento de grupos de trabalho em programas governamentais relativos à comercialização de petróleo e gás natural da União; | ☒ Acompanhamento da formação e nomeação de cargas e atualizações junto aos Operadores da Produção e aos Compradores; | ☒ Acompanhamento, execução e controle das atividades relativas a cálculos de preços, autorizações para faturamentos, receitas e volumes comercializados; | ☒ Acompanhamento dos mercados de petróleo e gás natural e definições de metas e estimativas de receitas para a União. |
| | | ☒ Intermediação das nomeações e aprovações de navios aliviadores; | |

Leilão de petróleo em 2025

Nosso próximo leilão já tem data marcada: 26 de junho de 2025, na B3. Na ocasião, estimamos comercializar cerca de 78 milhões de barris de petróleo da União da produção da União dos campos de Mero, Búzios, Sépia, Itapu e Norte de Carcará.

Os volumes são estimativas atuais da parcela de petróleo da União em 2025 e 2026 nestes campos. Ao arrematar um lote, o comprador terá disponível todas as cargas nomeadas a partir de julho de 2025 ou janeiro de 2026, conforme o contrato, ainda que o montante total seja maior ou menor ao volume estipulado no edital.

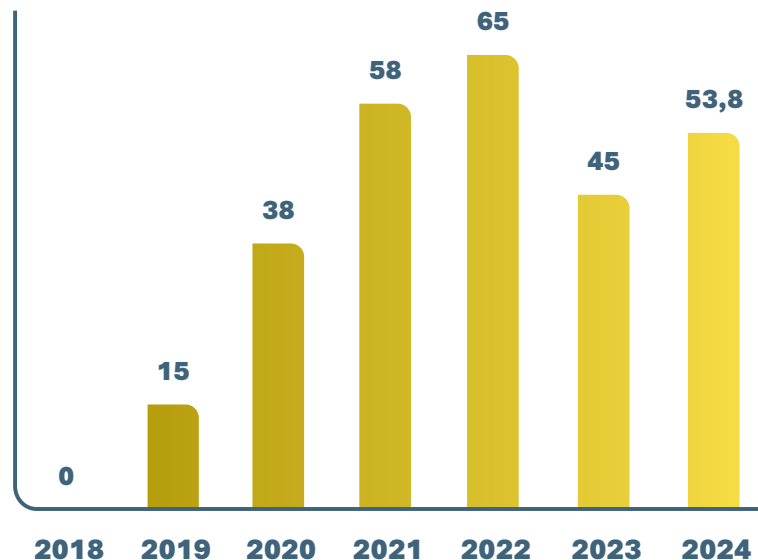


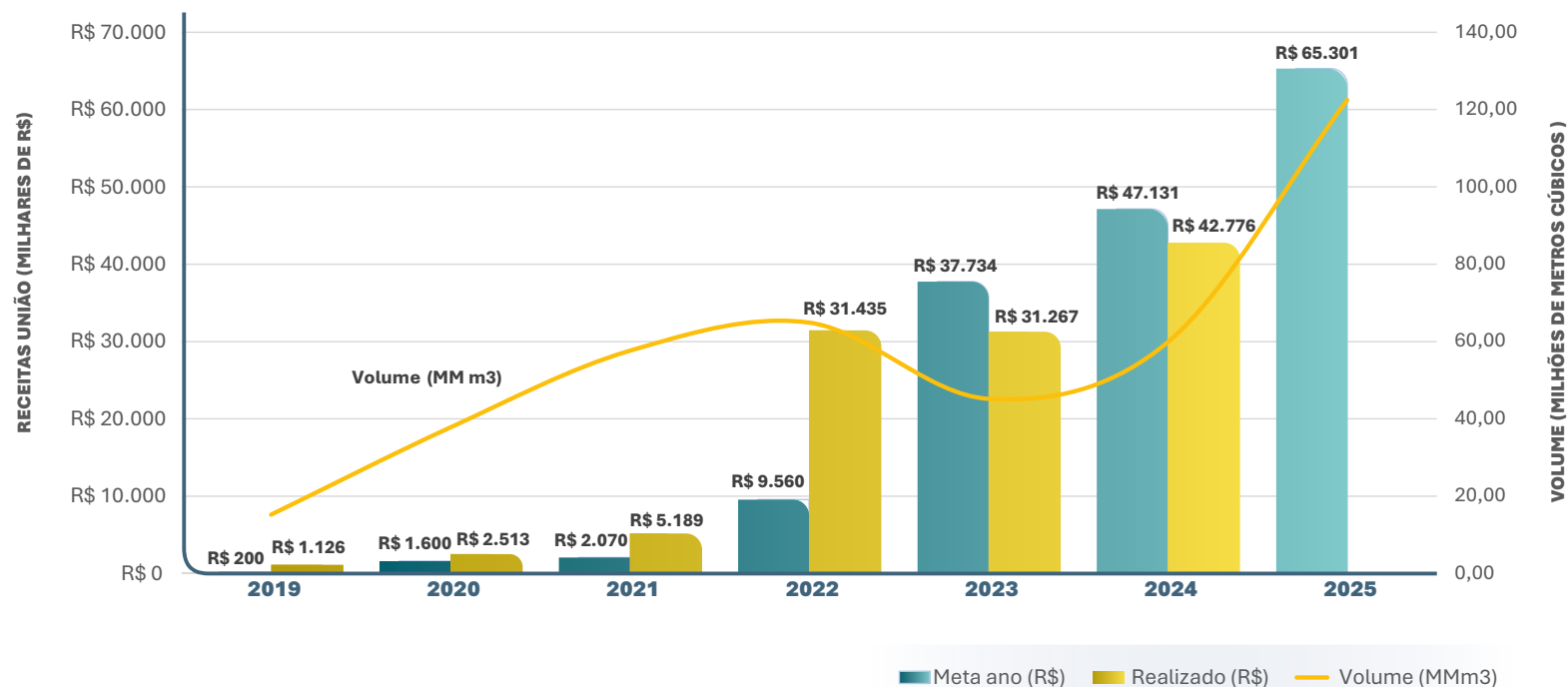
Samir Awad, Diretor de Administração, Finanças e Comercialização com uma amostra do óleo da União

Comercialização do gás natural da União

No que diz respeito ao gás natural da União, iniciamos a comercialização em 2019, sempre no FPSO (“boca do poço”) diretamente para a Petrobras. Ao longo de 2024, negociamos extensões de vigências dos atuais contratos de Sapinhoá, Tupi, Sépia, Atapu, Tartaruga e Brava (Espadim) até 31 de dezembro de 2025, com possibilidade de saída à critério da PPSA.

**VOLUME DE GÁS DA UNIÃO COMERCIALIZADO
(MILHÕES DE M³)**



COMERCIALIZAÇÃO DE GÁS NATURAL - RESULTADOS ATÉ 2024 E META 2025

Para os próximos anos, vamos trabalhar com uma nova dinâmica na comercialização do gás. Em 2024, o CNPE, por meio da Resolução nº 11, autorizou a PPSA a contratar, junto às estruturas existentes, o escoamento e o processamento do volume do gás natural que cabe à União.

Com isso, iniciamos as discussões com a Petrobras para disponibilizar a venda do nosso gás natural após o Sistema Integrado de Processamento (SIP). Assim, poderemos avançar na cadeia de comercialização do gás natural diretamente ao mercado, ampliando a concorrência e gerando melhores resultados.

HOJE

Venda na boca do poço
direto para a Petrobras

GÁS



MOLÉCULA

SIE



SIP

TRANSPORTE



CITY GATE

DISTRIBUIÇÃO



FUTURO

Venda do gás da União na saída do SIP,
aumentando a competitividade

1º Leilão de gás natural da União

Já estamos preparando nosso 1º Leilão de Gás Natural da União, previsto para o segundo semestre de 2025. Na ocasião, deverão ser comercializados os volumes de gás oriundos da participação da União nos contratos de partilha de Búzios, Sapinhoá, Sépia e Atapu e dos AIPs de Tupi e Atapu.

2025	VOLUMES ESTIMADOS UNIÃO 2026 (MIL M³/D)	VOLUMES ESTIMADOS UNIÃO 2027 (MIL M³/D)
CPP Búzios	100,00	930,00
CPP de Sapinhoá	40,00	40,00
AIP de Tupi	50,00	50,00
CPP Sépia	80,00	30,00
CPP + AIP de Atapu	30,00	20,00
Total (mil m³/d)	300,00	1.070,00

Gás para Empregar

No início de 2023, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) criou o Grupo de Trabalho do Programa Gás para Empregar (GT-GE), para a elaboração de estudos visando à promoção do melhor aproveitamento do gás natural produzido no Brasil. O GT-GE criou cinco comitês temáticos responsáveis por avaliar aspectos específicos da cadeia do gás natural, possibilitando uma atuação ampla e abrangente.

A equipe técnica da PPSA participou de todos os grupos e coordenou o Comitê 3, que teve como objetivo estudar o modelo de comercialização do gás natural da União, com o objetivo de aumentar a oferta de gás natural da União no mercado doméstico. O estudo, que foi apresentado em 2024, compreendeu a avaliação de alternativas de atuação da PPSA para maior disponibilidade de GN ao mercado, objetivando o interesse público, com base em políticas públicas sustentáveis. Além da formulação de propostas para aumento da eficiência econômica e produtiva nos vários segmentos da cadeia de petróleo e gás natural, para atração de investimentos e para a promoção de mudanças na situação atual do gás natural, sempre pautado pela premissa de não causar impacto negativo ao Fundo Social.

Estudo sobre refino de petróleo

Em cumprimento à Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que estabeleceu que a PPSA e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), realizassem estudos sobre a viabilidade técnica e econômica de mecanismos para priorizar o abastecimento nacional de combustíveis derivados do petróleo, contratamos, no primeiro semestre, uma consultoria para realizar os estudos em 120 dias.

Em outubro de 2024, apresentamos três relatórios à Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME) e análises probabilísticas para as conclusões apresentadas. Para a avaliação final do estudo, também realizamos análises de sensibilidade em relação ao cenário base adotado.

GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

A exploração de petróleo não é antagônica à transição energética. No Brasil, 49% da matriz energética vêm de fontes renováveis, enquanto a média mundial é de 14%. O Brasil possui a 4ª matriz energética com maior conteúdo renovável do mundo.

Em relação ao segmento de óleo e gás, mundialmente, a combustão de fósseis representa 75% das emissões, mas no Brasil esse número é inferior a 20%, de acordo com a SEEG, considerando que a maior causa de emissões no país é a Mudança de Uso da Terra e Floresta (desmatamento). As emissões do upstream representam apenas 1% do total de emissões de gases do efeito estufa do Brasil.

Como gestores dos contratos de partilha, acompanhamos esta pauta de perto e entendemos que um futuro descarbonizado não é um futuro sem hidrocarbonetos, pois mesmo no cenário mais ambicioso de net zero em 2050, a Agência Internacional de Energia estima que o mundo estaria consumindo ainda 23 milhões de barris por dia de petróleo.

Em 2024, tratamos o tema como uma das diretrizes do nosso Planejamento Estratégico. Com 100% das ações planejadas realizadas, implantamos um Comitê Técnico de Descarbonização para acompanhar e fomentar os esforços dos consórcios na busca por tecnologias mais limpas na exploração, desenvolvimento e produção dos campos. Nos consórcios que atuam no regime de partilha, várias iniciativas em

busca de redução de emissões já estão em andamento, a exemplo de eletrificação de equipamentos nas plataformas, separação e reinjeção do CO2 nos próprios reservatórios produtores, redução da queima de rotina, uso de embarcações híbridas, operação com turbinas de ciclo combinado, e aumento da produtividade e da eficiência nos processos produtivos de forma geral.

Em paralelo, passamos a acompanhar as emissões de cada contrato e elaboramos um Painel de Emissões dos contratos de partilha. A intensidade de carbono do petróleo produzido em nosso país é significativamente inferior à média do petróleo produzido ao redor do mundo, pois é um petróleo com menor quantidade de enxofre em sua composição, mais leve e com baixa densidade. No pré-sal, a intensidade

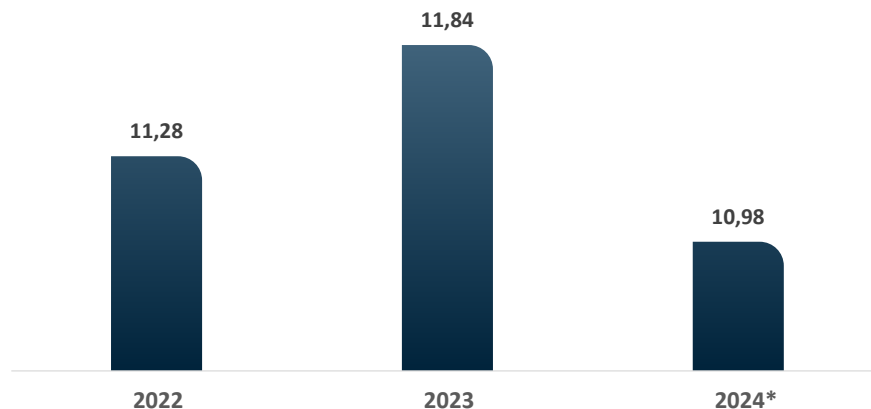
média de carbono do petróleo pode chegar a 9kgCO₂e/boe nos novos projetos, enquanto a média da OGCI está em torno de 17/18kgCO₂e/boe. Na partilha, a média foi de 10,98 KgCO₂e/boe em 2024. Isso

dá ao Brasil uma vantagem competitiva no mercado internacional, tornando nosso petróleo mais valorizado no mercado. Para 2025, pretendemos elaborar também um painel de emissões de metano.

Ao longo do ano, também trabalhamos para disseminar internamente o conhecimento sobre o tema. Além de compartilharmos dados e estudos, realizamos várias palestras técnicas para tratar do assunto. Os Diretores de Upstream e de Pesquisa de Upstream da S&P Global, Rodrigo Vaz e Flavio Fernandes, realizaram uma palestra sobre estratégias de descarbonização para o segmento de Exploração & Produção. O Superintendente de Tecnologia e Meio Ambiente da ANP, Raphael Moura, palestrou sobre Descarbonização nas atividades no pré-sal brasileiro. E Clarissa Lins, sócia da Catavento Consultoria, conversou com nossa equipe sobre os desafios da Transição Energética.



**INTENSIDADE MÉDIA DE GEE NOS
CONTRATOS DE PARTILHA (kgCO₂e/boe)**



*DADOS DE JANEIRO A AGOSTO DE 2024

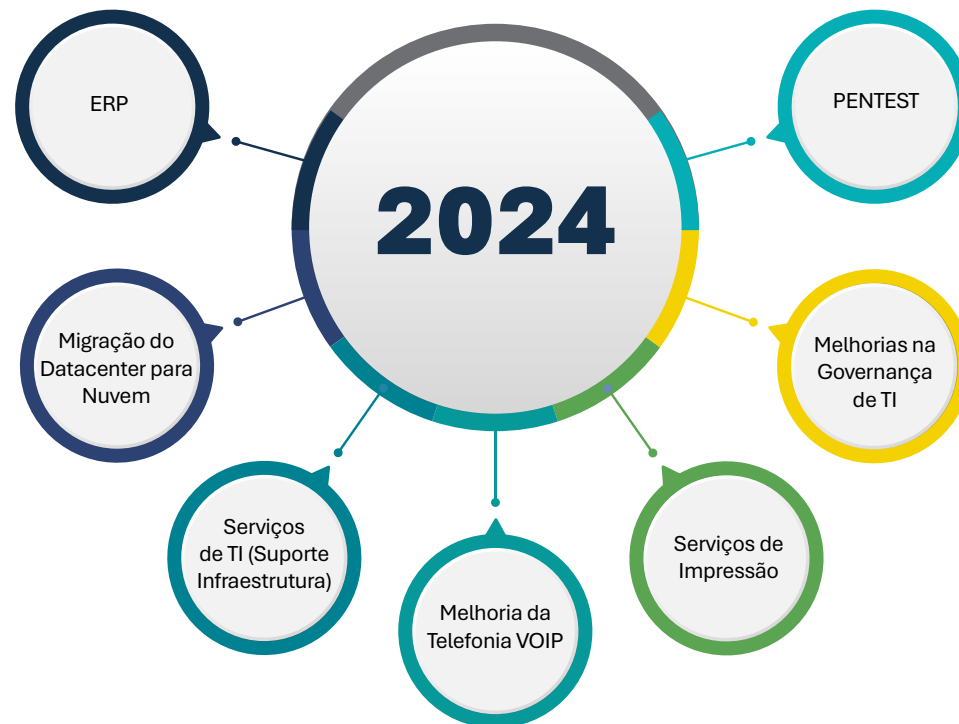
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Nossa Gerência de Tecnologia da Informação (GTI) atua com diferentes focos para garantir o funcionamento operacional da empresa e a segurança das informações. A área está presente em todas as atividades cotidianas e hoje responde por cerca de 23% das contratações da PPSA, com 18 contratos vigentes. Entre os inúmeros serviços realizados em 2024, destacam-se a migração do data center para a nuvem, melhoria da telefonia, serviço de impressão, produção de aplicações web, viabilização das vendas spot do petróleo da União em tempo real e, naturalmente, suporte aos usuários no uso de recursos de TI, entre outros. No total, a área atendeu aproximadamente 2.400 chamados, com 100% das ocorrências resolvidas a tempo.

CHAMADAS TI

**2.400****CHAMADOS ATENDIDOS
NO ANO DE 2024****100%****DAS OCORRÊNCIAS
RESOLVIDAS A TEMPO**

Em 2024, a Gerência de TI também implementou melhorias em sua governança e revisou dois normativos: o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), um instrumento estratégico que alinha as necessidades de TI com os objetivos organizacionais, garantindo efetividade no uso dos recursos e transparência; e o Plano de Segurança da Informação, que estabelece diretrizes para todos os colaboradores a fim de proteger a confidencialidade e a integridade das informações.



Em 2025, os valores de investimento e custo previstos para a área totalizam R\$ 64 milhões, recursos que incluirão novos serviços, entre eles a adoção de inteligência artificial corporativa, a contratação de um ERP (Enterprise Resource Planning), sistema de software para otimizar os processos da empresa, e desenvolvimento de uma intranet.

18 CONTRATOS
VIGENTESPAGAMENTOS APROVADOS
TOTALIZAM**R\$8.734.957,17****AS CONTRATAÇÕES
DA GTI EM NÚMEROS****2024****6** PREGÃO
ELETRÔNICO**5** DISPENSA DE
LICITAÇÃO**9** APOIADAS
PELA GTIC**ACESSE
AQUI:**[Política de Segurança da Informação](#)[Política de Tratamento de Dados](#)[Política de Privacidade](#)

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

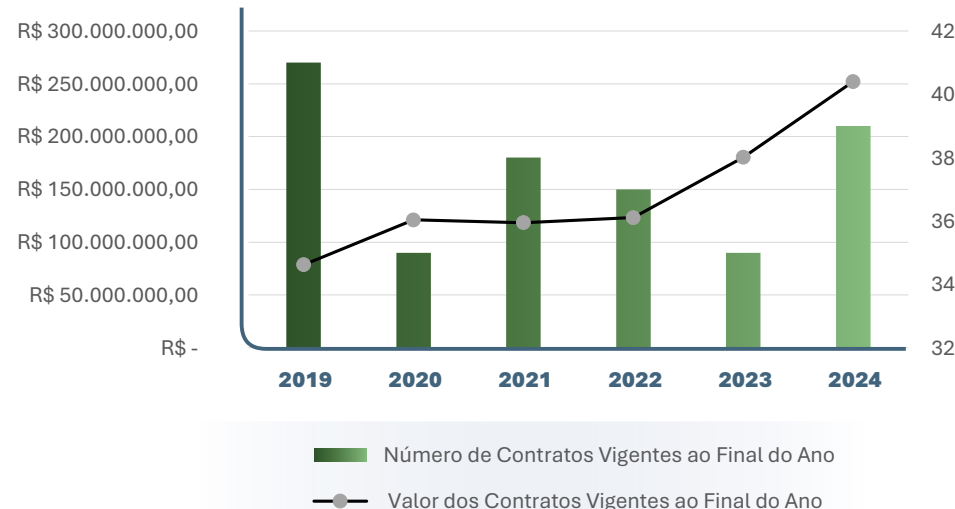
Em 2024, realizamos 104 processos dos quais 80 foram novas contratações que totalizaram R\$ 59,6 milhões. Fechamos o ano com 39 contratos vigentes, que possuem um valor total aproximado de R\$ 252,06 milhões.

As principais realizações da área no ano foram: a aquisição de um data center em nuvem; a contratação de uma consultoria de refino para elaborar um estudo solicitado pelo Conselho Nacional de Política Monetária (CNPE), com avaliação técnica e econômica de mecanismos para priorizar o abastecimento nacional de combustíveis derivados de petróleo; a seleção de uma instituição responsável pelo primeiro Concurso Público da empresa; a formalização de contrato com a B3 para a realização do 4º Leilão

de Petróleo da União, a contratação da Plataforma Front-End GEOPOST para a estruturação do Banco de Dados Técnico da PPSA; a contratação da solução tecnológica - Software PaleoScanTM para os fluxos

de trabalho de interpretação e modelagem geológica/geofísica de grandes volumes de dados e a contratação de serviços de infraestrutura de TI e de segurança da informação.

CONTRATOS VIGENTES



Integridade nas contratações

As regras para nossa conduta estão estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações (RILC), manual que orienta a adequada aplicação da legislação em vigor no processamento e desenvolvimento das licitações e contratações, de acordo com as especificidades da empresa. Em razão da revogação da antiga Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993) e da Lei do Pregão Eletrônico (Lei nº 10.520/2002) pela nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), que consolidou toda a legislação de contratações públicas dispersa em diversos normativos, atualizamos o nosso RILC em 2024.

O documento, que entrou em vigência no dia 1º de janeiro de 2025, trouxe uma

simplificação dos processos internos de contratação. Entre as principais mudanças, estão a exclusão de rotinas operacionais que serão tratadas em procedimentos específicos (ETP, TR e NT) e a inclusão de novas formas de contratação (credenciamento, PMI). O RILC também atualizou os limites dos níveis de competência (Diretoria Executiva, Presidência e Conselho de Administração) para autorização e aprovação de licitações e contratos, bem como contratações diretas por dispensa de licitação e inexigibilidade.

O planejamento de cada contratação é estruturado conforme as etapas legais, com a devida segregação de responsabilidades entre os envolvidos, acompanhamento da execução, e validação dos produtos e/ou serviços entregues antes do pagamento.

Todos os nossos processos de trabalho estão em conformidade com as normas legais e infralegais aplicáveis às contratações públicas.

Nossa atuação segue, sempre que aplicáveis, os parâmetros estabelecidos pelo Decreto nº 7.746/2012, que define critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Anualmente, é elaborado o Plano de Contratações Anual, que está associado ao controle da execução do orçamento e é acompanhado mensalmente pela Diretoria Executiva na Reunião Crítica de Acompanhamento da Rotina. A fim de evitar a ocorrência de fraudes, corrupção e outros atos antiéticos nas contratações, estabelecemos, em nosso Código de Conduta

e Integridade, a conduta esperada dos nossos colaboradores. Eles são cientes do princípio da empresa de tolerância zero à corrupção e aqueles que atuam na contratação de bens e serviços, em especial os fiscais de contratos, têm obrigatoriedade de manifestar e registrar situações que possam conduzir a conflito de interesses no exercício das suas atividades.

**ACESSE
AQUI:**[Licitações e contratos](#)

Alvaro Pereira
- Gerente de
Licitações e
Contratos



Jesiel Ribeiro - Assessor de Licitações e Contratos

PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES



- › Consultoria refino
- › Data center em nuvem
- › Instituição para realização do Concurso Público
- › Realização do 4º Leilão de Petróleo da União
- › Geopost
- › Paleoscan
- › Infraestrutura de TI
- › Segurança da informação

NOSSOS PRINCÍPIOS EM CONTRATAÇÕES

- › Garantia dos princípios da legalidade, isonomia e ampla competitividade
- › Planejamento anual das contratações
- › Atuação conforme o RILC
- › Definição de níveis de competência para aprovação das contratações
- › Segregação das responsabilidades entre os envolvidos nas contratações
- › Acompanhamento da execução dos contratos
- › Validação do serviço antes do pagamento
- › Acompanhamento mensal do Plano de Contratação
- › Tolerância Zero à corrupção
- › Transparência



**ACESSE
AQUI:**

[Painel Interativo de
Licitações e Contratos
para saber mais](#)

Transparência

Para ampliar a transparência em nossos processos, todas as licitações realizadas ou em andamento, estão disponíveis em nosso site, com ferramentas de busca por palavra-chave, modalidade ou situação, acompanhadas da documentação completa de cada processo. Para isso, desenvolvemos um painel interativo, que reúne informações e atualizações sobre todas as licitações realizadas desde 2014.



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Anualmente, a companhia elabora o Programa de Dispêndios Globais (PDG), instrumento fundamental para o planejamento e a execução financeira da empresa. No exercício de 2024, o PDG foi aprovado pelo Decreto nº 11.814 de 2023 e teve uma execução de 104,18% das fontes de recursos planejadas, totalizando R\$ 148,2 milhões.

A distribuição das receitas seguiu a seguinte composição: 89,06% provenientes de receitas operacionais e 10,94% oriundas de receitas não operacionais.

Quanto à execução dos usos de recursos planejados, foi realizada 86,58% da previsão total, alcançando R\$ 125,8 milhões, distribuídos conforme segue: 25,79% destinados a tributos e encargos parafiscais; 39,38% alocados em despesas com pessoal e encargos sociais; 15,16% referentes a dispêndios de capital; e 16,74% aplicados em despesas com serviços de terceiros e 2,93% distribuídos em outros dispêndios correntes, utilidades e serviços, materiais e produtos.

GESTÃO DE CUSTOS

Atualmente, nosso sistema de apropriação de custos está estruturado de forma setorial, com classificação em centros de custos, em conformidade com o art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 e a Portaria STN nº 157/2011. Em 2024, o sistema de apropriação de custos foi composto por 40 centros de custos, com o propósito de mensurar, controlar e avaliar os gastos da Companhia. Além disso, ele atua como um mecanismo de suporte à tomada de

decisão, permitindo análises setoriais detalhadas e contribuindo para a avaliação da qualidade dos custos. No modelo adotado, os gastos apropriados pelas áreas finalísticas são classificados como custos dos serviços prestados, enquanto aqueles atribuídos às áreas de suporte e ou demais áreas, são registrados como despesas operacionais. Ao longo de 2024, mantivemos uma estrutura enxuta de custos, com rigor na gestão dos recursos financeiros.

GESTÃO PATRIMONIAL

Os recursos necessários para os investimentos em manutenção e ampliação das atividades decorrentes de nossas atribuições legais provêm de aportes de capital da União (acionista única), e das parcelas do bônus de assinatura destinados à companhia, conforme previsto no inciso I do art. 7º da Lei nº 12.304/2010.

Em 2024, obtivemos R\$ 295,5 mil em receitas provenientes do bônus de assinatura, e realizamos investimentos em softwares totalizando R\$ 10,1 milhões. Deste total:

R\$ 4,7 milhões foram alocados em softwares especializados em geociências (geologia e geofísica) e simulação de reservatórios, para suporte às atividades técnicas da companhia;

R\$ 5,4 milhões foram investidos no licenciamento de software na modalidade “Software as a Service” (SaaS), incluindo suporte técnico para manutenção adaptativa, corretiva, evolutiva e preventiva do ambiente tecnológico do Sistema de Gestão da Partilha da Produção da PPSA – SGPP.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Também adota um sistema de controle patrimonial, garantindo o monitoramento eficiente de nossos ativos. Atualmente, o imobilizado é composto, majoritariamente, por equipamentos de TI, aquisição de móveis e utensílios, e benfeitorias de infraestrutura, realizadas no escritório central do Rio de Janeiro entre o final de 2019 e início de 2020.

Não possuímos imóveis próprios e operamos em espaços locados desde a nossa fundação:



Brasília (Matriz): desde 2017, alugamos um espaço físico e serviços administrativos junto à empresa AHF Sistemas de Informática Ltda;

Rio de Janeiro (sede): desde 2014, ocupamos o 4º andar do Edifício RB1, localizado na Avenida Rio Branco, nº 1, alugado junto à JC Investimentos Ltda;

São Paulo (Matriz): desde 2018, mantemos um espaço físico junto à Open Offices Escritórios Compartilhados Ltda.

6. PERSPECTIVAS

ESTIMATIVA PARA PRODUÇÃO E
ARRECADAÇÃO 2025-2034
PLANO ESTRATÉGICO 2025-2029
PLANO ANUAL DE NEGÓCIOS

ESTIMATIVA PARA PRODUÇÃO E ARRECADAÇÃO 2025-2034

Em dezembro de 2024, apresentamos em nosso Fórum Técnico a nova edição do estudo “Estimativa de produção dos Contratos de Partilha e de arrecadação para os cofres públicos no período 2025-2034”,

elaborado por nosso corpo técnico, com estimativas de produção para os contratos em regime de partilha e em acordos de individualização da produção, que envolvem jazidas unitizadas com áreas não contratadas.

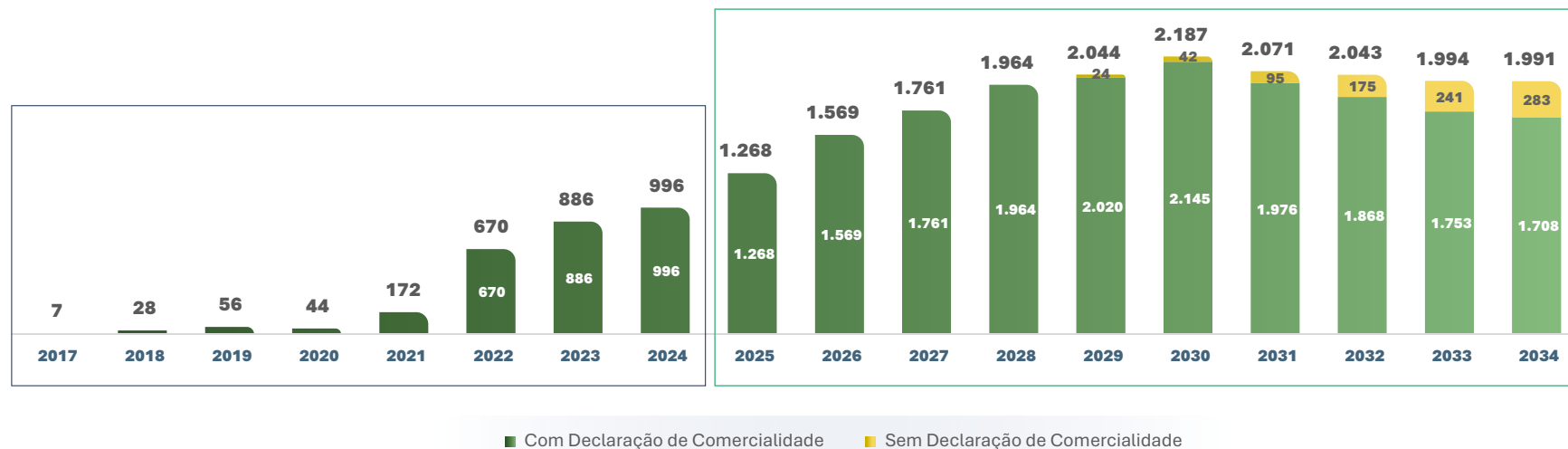
As projeções são baseadas em dados apurados nos Planos de Desenvolvimento dos projetos, nos Programas Anuais de Produção dos operadores e em estimativas técnicas da equipe. Confira os principais resultados:



Produção de petróleo

- ✓ A curva de produção de petróleo em regime de partilha terá crescimento contínuo até 2030, quando atingirá o pico com cerca de 2,1 milhões de barris por dia (bpd).

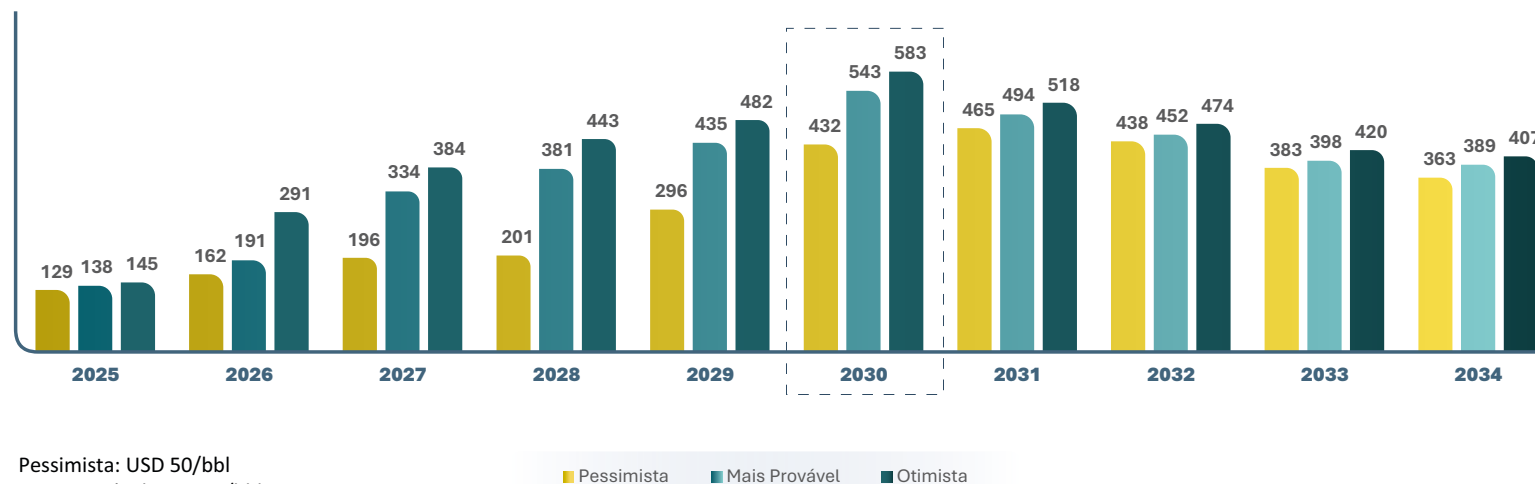
PRODUÇÃO TOTAL DE ÓLEO DE PARTILHA (MIL BARRIS POR DIA)



Produção de petróleo

- ✓ A produção estimada para a parcela de petróleo da União é apresentada com base nos cenários “Mais Provável, Otimista e Pessimista” e considera apenas os nove contratos comerciais e três acordos de individualização da produção com área não contratada. Em todos os cenários, a produção apresenta crescimento contínuo por, pelo menos, mais seis anos. No cenário mais otimista, que considera o barril de petróleo a US\$ 90, o pico é alcançado em 2030 com 583 mil bpd, mais de seis vezes o volume de produção de setembro de 2024 (último dado disponível).

ESTIMATIVA DE ÓLEO LUCRO DA UNIÃO (MIL BARRIS POR DIA) – 9 CONTRATOS COMERCIAIS E AIPS

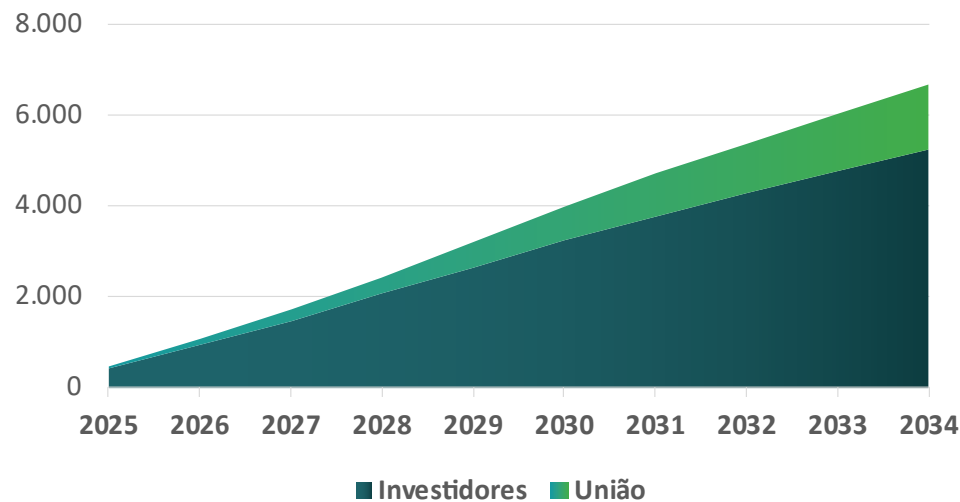


Pessimista: USD 50/bbl
Mais Provável: USD 70/bbl
Otimista: USD 90/bbl

Produção de petróleo

- ✓ Considerando o cenário Mais Provável, estima-se que, de 2025 até 2034, os contratos terão uma produção acumulada de 6,6 bilhões de barris de petróleo. Desse total, a parcela acumulada da União será de 1,4 bilhão de barris.

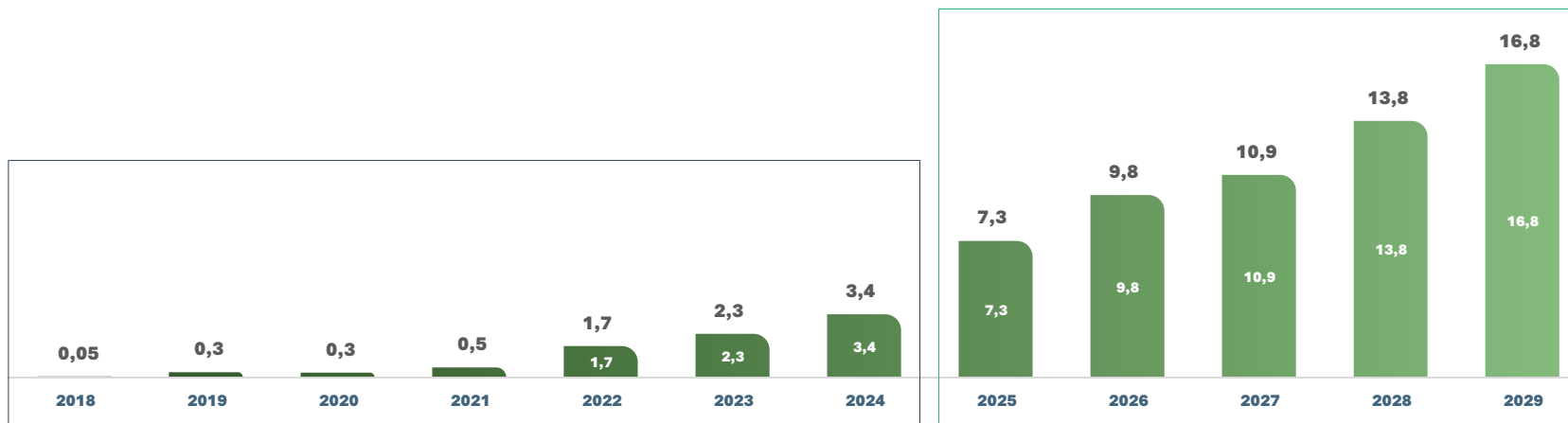
ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO DE ÓLEO ACUMULADA (MILHÕES DE BARRIS)



Produção de gás natural disponível para exportação

- ✓ A curva de disponibilidade de gás natural dará um salto nos próximos anos. Já em 2025, a exportação de gás dobra, atingindo 7,3 milhões de m³/dia e mais que duplica novamente em 2030, quando chega ao pico, com 16,8 milhões de m³/dia.

TOTAL DE GÁS NATURAL DISPONÍVEL NOS CONTRATOS DE PARTILHA (MILHÕES M³/DIA)

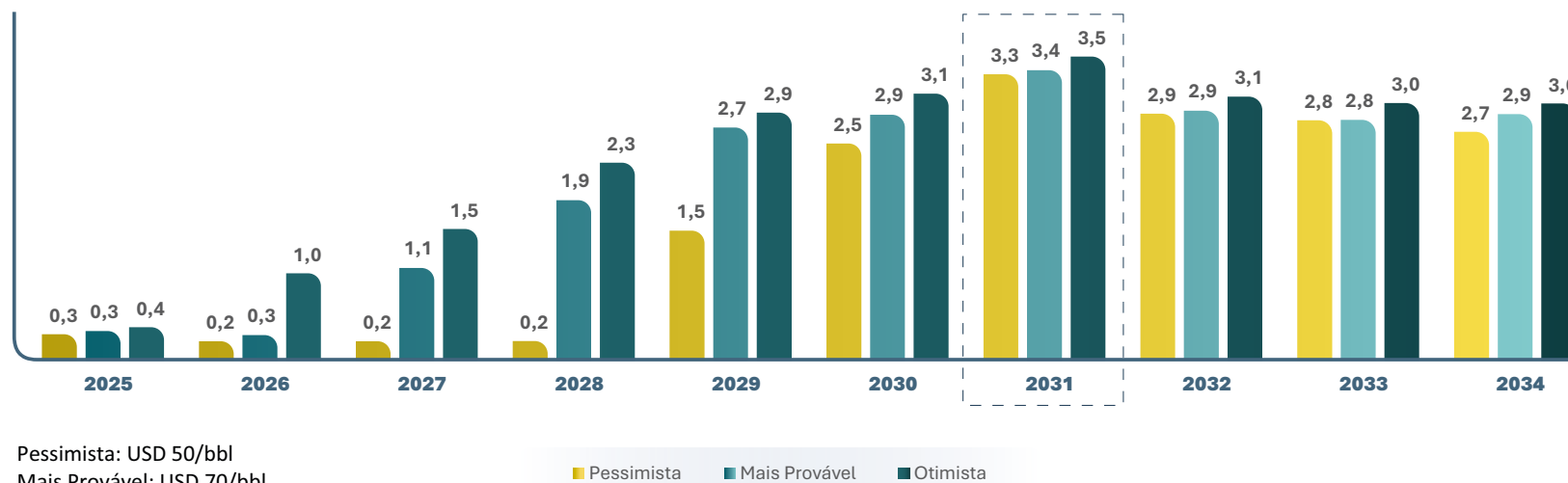


■ Com Declaração de Comercialidade

Produção de gás natural disponível para exportação

- ✓ A exportação de gás natural da União disponível para exportação nos contratos de partilha e nos acordos de individualização deverá aumentar cerca de dez vezes o volume atual no próximo decênio, mesmo considerando as estimativas do cenário Pessimista. No cenário Otimista, a exportação aumenta de uma média diária de 390 mil m³/dia em 2025 para 3,5 milhões de m³/dia em 2031, mantendo-se acima de 3 milhões de m³/dia por cinco anos consecutivos.

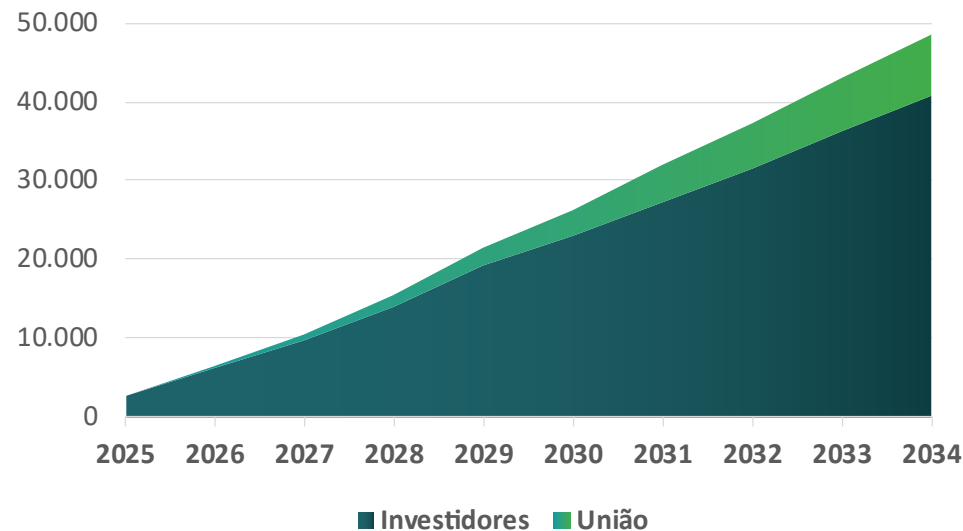
ESTIMATIVA DE GÁS LUCRO DA UNIÃO (MILHÕES M³/DIA) – CONTRATOS COMERCIAIS E AIPS



Produção de gás natural disponível para exportação

- ✓ Considerando o cenário Mais Provável, estima-se que de 2025 até 2034, os contratos terão uma produção acumulada de 48,5 bilhões de m³ de gás natural. Desse total, a parcela acumulada da União será de 7,7 bilhões de m³.

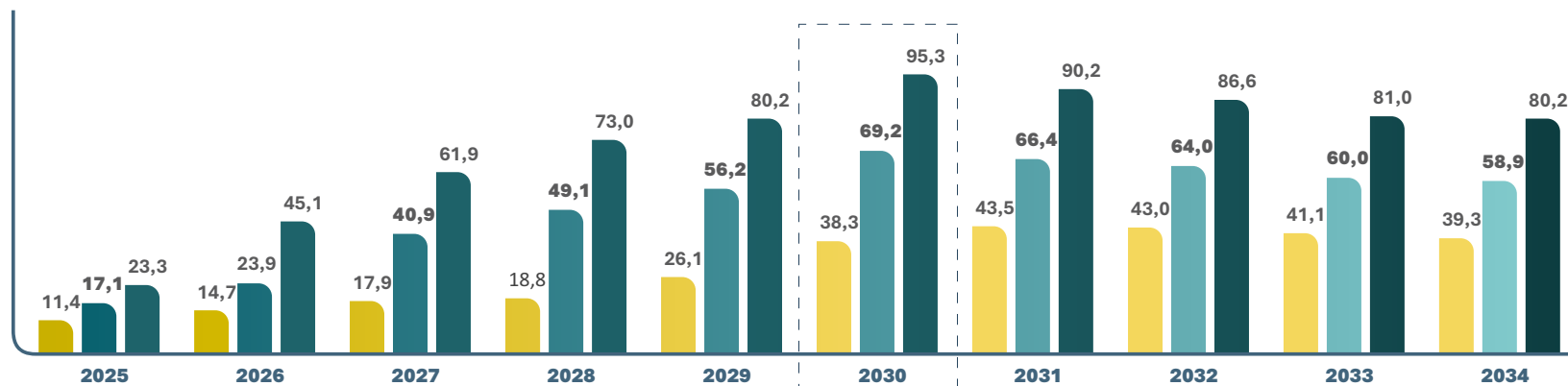
ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL ACUMULADA (MILHÕES DE M³)



Receita estimada para a União

- ✓ Considerando a produção acumulada de 1,4 bilhão de barris de petróleo e de 7,7 bilhões de metros cúbicos de gás pertencentes à União até 2035, o potencial de arrecadação na comercialização de petróleo e gás pode variar entre R\$ 280,1 bilhões e R\$ 683,5 bilhões no próximo decênio, considerando os diferentes cenários projetados. Mesmo no cenário Mais Provável, a arrecadação anual da PPSA chega em 2030 em R\$ 67,8 bilhões, quase sete vezes o valor projetado para 2024.

ÓLEO E GÁS LUCRO DA UNIÃO (R\$ BILHÕES) - COM DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE



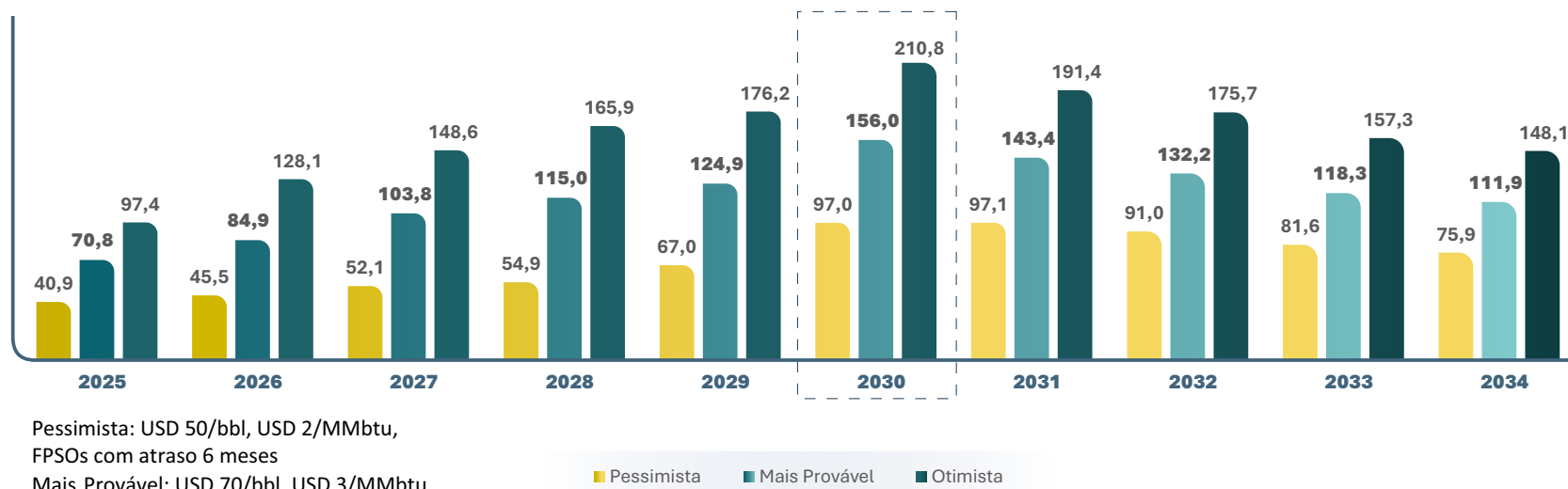
Pessimista: USD 50/bbl, USD 2/MMbtu,
FPSOs com atraso 6 meses
Mais Provável: USD 70/bbl, USD 3/MMbtu
Otimista: USD 90/bbl, USD 4/MMbtu

■ Pessimista ■ Mais Provável ■ Otimista

Receita estimada para a União

- ✓ Considerando os montantes estimados com a comercialização do petróleo da União sob a gestão da PPSA, os royalties advindos da produção nesses contratos e os tributos recolhidos pelas empresas produtoras, o total de recursos destinados aos cofres públicos poderá variar entre R\$ 702 bilhões e R\$ 1,6 trilhão no período 2025-2034, a depender do cenário.

GOVERNMENT TAKE (R\$ BILHÕES) - COM DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE

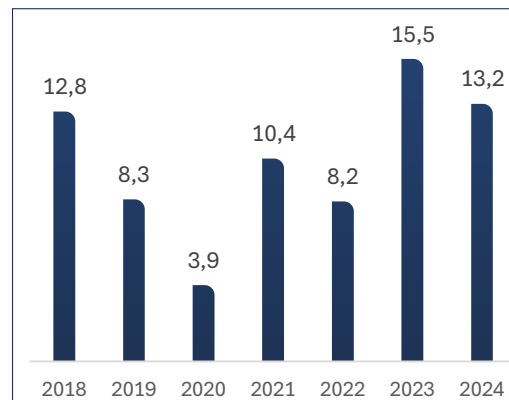


Receita estimada para a União

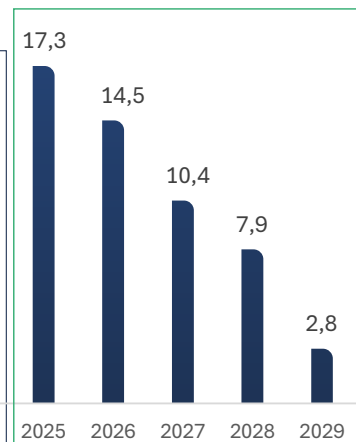
✓ Para o desenvolvimento dos contratos deverão ser investidos US\$ 53 bilhões no próximo quinquênio.

INVESTIMENTOS EM CAMPOS COM CPPs

US\$ 72,3 BILHÕES



US\$ 53 BILHÕES



**ACESSE
AQUI:**

[Acesse: Estudo o estudo completo:](#)

[Estimativa de produção dos Contratos de Partilha e de arrecadação para os cofres públicos no período 2025-2034](#)



PLANO ESTRATÉGICO 2025-2029

Nosso Plano Estratégico (PE) 2025-2029 foi construído de forma colaborativa, por um grupo multidisciplinar formado pelos Diretores Executivos, Superintendentes, Gerentes de áreas, Gerentes Executivos, Coordenadores e Assessores da empresa. O grupo utilizou como subsídio, análises do cenário econômico e energético para os próximos anos baseados em seus possíveis impactos na empresa, o estudo “Estimativa de produção dos Contratos de Partilha e de arrecadação para os cofres públicos no período 2025-2034”, além das necessidades, riscos e oportunidades da PPSA mapeados para o próximo quinquênio.

Desafios no horizonte

- Definição do melhor modelo de comercialização de petróleo e gás para a União;
- Ações para aumentar a atratividade das áreas/descobertas do polígono do pré-sal;
- Estudo de áreas com potencial no polígono do pré-sal;
- Transformação digital da empresa e aplicação de inteligência artificial;
- Planejamento dos recursos necessários para continuar a estruturação da empresa;
- Gestão do conhecimento para a perpetuidade das competências técnicas e gerenciais;
- Sustentabilidade financeira de longo prazo;
- Oportunidade de novos desenvolvimentos no Sistema do Gestão de Partilha de Produção (SGPP);
- Melhoria contínua da transparência e da comunicação;
- Aderência às melhores práticas de governança, integridade e sustentabilidade;
- Eficiência e automatização dos processos;
- Acesso ao Sistema Integrado de Escoamento de gás natural (SIE) e ao Sistema Integrado de Processamento (SIP);
- Fomento de ações de descarbonização nos CPPs ao longo da curva de produção;
- Aderência às melhores práticas ESG;
- Admissão e desenvolvimento de pessoas.

Conheça nossas diretrizes estratégicas

O Planejamento Estratégico 2025-2029 conta com quatro diretrizes estratégicas. A cada diretriz estratégica, correspondem objetivos estratégicos que, por sua vez, se desdobram em iniciativas estratégicas, as quais são a face da implementação do plano estratégico.

1ª Diretriz Estratégica

Otimizar a gestão dos processos de CPPs e AIPs

Objetivos Estratégicos

Promover maior controle e eficiência sobre os processos dos Acordos de Individualização da Produção (AIPs).
Aprimorar ferramentas para tomada de decisão.

2ª Diretriz Estratégica

Aprimorar o processo de comercialização de petróleo e gás

Objetivos Estratégicos

Definir o melhor modelo de comercialização de gás para a União.
Definir o melhor modelo de comercialização de petróleo para a União no longo prazo.

3ª Diretriz Estratégica

Consolidar a estrutura da empresa

Objetivos Estratégicos

Adequar o quadro de recursos humanos da PPSA.
Implantar a Transformação Digital da PPSA.
Ampliar a Comunicação da Empresa junto aos Públicos de Interesse.
Garantir a sustentabilidade financeira de longo prazo da PPSA.
Preservar as competências técnicas e gerenciais da PPSA através da gestão do conhecimento.

4ª Diretriz Estratégica

Fomentar ações ESG na PPSA e nos consórcios

Objetivos Estratégicos

Incentivar a implementação e o monitoramento de práticas ESG.

METAS DE TOPO DA EMPRESA PARA 2025:



Superar o volume de petróleo comercializado para a União em relação a 2024;



Realizar o processo seletivo público para contratação de quadro permanente.



PLANO ANUAL DE NEGÓCIOS

O Planejamento Anual (PAN) tem como objetivo identificar as necessidades de investimento em pessoal, software, hardware e infraestrutura para o ano seguinte, além de estabelecer metas para o período.

Ele é integrado ao Planejamento Estratégico de longo prazo, ao Programa de Dispêndios Globais (PDG), ao Plano de Contratação e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). Essa integração entre os planos e programas é fundamental para o bom desempenho da empresa.

O PAN 2025 considerou as diretrizes dos planejamentos estratégicos quinquenais 2024-2028 e 2025-2029, incorporando as iniciativas estratégicas em andamento.

Em relação ao portfólio de contratos, considerou-se todos os contratos em curso e suas diferentes fases, e os futuros 20

contratos que poderão estar sob nossa gestão nos próximos anos.

O trabalho conclui que, para cumprimento das atribuições legais da empresa, é de extrema relevância que haja a contratação de até 12 cargos comissionados de livre provimento e realização de processo seletivo público para 100 vagas, a expansão do escritório da PPSA no Rio de Janeiro e a realização de investimentos da ordem de R\$ 23,93 milhões.

O Plano estima também uma meta de arrecadação de receita para a União com comercialização de petróleo e gás natural em 2025 no montante em torno de R\$ 15,6 bilhões, tendo como premissa o preço do petróleo Brent a US\$ 70,00/bbl e a taxa de câmbio de R\$ 5,43/USD. Para isso, deverão ser comercializados aproximadamente 40,44 milhões de barris de petróleo e 122 milhões de m³ de gás natural.

Premissas consideradas no Plano Anual de Contratação

- Cronogramas de investimentos e contratações previstos nas Iniciativas Estratégicas devem ser contemplados;
- Portfólio de contratos da empresa para 2025 e próximos anos (CPP, AIP e comercialização);
- Contratações de prestação de serviços técnicos para o próximo ano;
- Realização do processo seletivo público, manutenção do programa de estágio e a contratação de até 12 novos profissionais para cargos comissionados;
- Estimativas de receitas;
- Valoração do preço do petróleo da União.

METAS DOS INDICADORES PARA 2025

Reflete os indicadores do Programa RVA

	Indicador	Sinal*	Meta 2025	
	Despesa total da PPSA (milhões R\$) / volume de óleo comercializado (milhões bbl)	-	5,50	- 10% em relação a 2024
	Receita da união (milhões R\$)	+	15.647	+ 57% em relação a 2024
	Volume de óleo da união comercializado (milhões bbl)	+	40, 44	+ 47% em relação a 2024
	Atendimento de ballots e AFEs No prazo	+	96%	
	Índice de realização do planejamento estratégico corporativo	+	95%	

* o sinal será positivo (+) quando o indicador for do tipo “maior-melhor” e negativo (-) caso contrário.

As metas foram definidas com o critério de serem mais desafiadoras do que a média dos 5 últimos exercícios.

Para os indicadores da Receita da União e volume de Óleo Comercializado, a meta prevê a realização de 90% do planejado de 2025, devido às incertezas inerentes à produção, ao valor do brent e do câmbio.

Esses indicadores e metas podem ser adotados para o programa RVA 2025

ENTENDA OS NOSSOS INDICADORES

Indicador de receita para a União

Receita obtida para a União com a comercialização de petróleo e gás natural da União ao longo do ano de 2025.

Indicador de despesa total da PPSA (milhões R\$) / volume de petróleo comercializado (milhões bbl)

Relação entre a despesa total (sem valores de investimentos) realizada ao longo do ano, sobre o volume de petróleo da União que foi comercializado (carregado) no ano. Expressa a despesa da PPSA para cada barril vendido, ou seja, o custo de transação do negócio.

Indicador de atendimento de ballots (votos) e AFEs no prazo

Número de ballots e AFEs respondidos no prazo nos últimos 12 meses, dividido pelo número total de ballots e AFEs respondidos no prazo no mesmo período. Verifica o resultado acumulado e analisa sua tendência. Através de processo de lições aprendidas, busca-se o aprimoramento global do processo de aprovação de voto.

Indicador de volume de petróleo da União comercializado

Expressa a realização do volume, em milhões de barris de petróleo da União, que foi comercializado (carregado) no ano. A missão da PPSA é maximizar os resultados econômicos das atividades no regime de partilha de produção para a União, incluindo a atividade de comercialização de petróleo. Nesse sentido, é objetivo da PPSA garantir o cumprimento e a superação da previsão de comercialização do petróleo da União, de forma a maximizar seu resultado.

Índice de realização do Planejamento Estratégico Corporativo

O indicador mede o desempenho da evolução do progresso físico do Planejamento Estratégico. É um indicador mensal e representa o resultado acumulado ao longo do ano da média aritmética do percentual de realização das diretrizes estratégicas.

7

ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Custeio

Nosso custeio das atribuições legais advém do Contrato de Remuneração firmado com o Ministério de Minas e Energia (MME). Esse contrato prevê a remuneração pelos serviços prestados à União na gestão dos contratos de partilha de produção, na representação da União nos procedimentos de individualização da produção de petróleo e gás natural e nos acordos decorrentes da gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União previstos em lei.

Para viabilizar o faturamento dos serviços, elaboramos, mensalmente, o Relatório de Remuneração, documento que consolida todas as informações sobre os contratos sob nossa gestão. Esse relatório é submetido ao MME até o quinto dia útil do mês

subsequente, permitindo a conferência e validação dos serviços prestados, para a liberação dos pagamentos.

Em dezembro de 2024, foi sancionada a Lei nº 15.075/2024, permitindo rever nossa forma de remuneração, a ser regulamentada por decreto do Poder Executivo.

Nossas receitas

No exercício de 2024, nossa receita bruta de serviços provenientes do contrato de remuneração totalizou R\$ 131,7 milhões, refletindo um crescimento expressivo de 44,88% em relação ao ano anterior, quando a receita foi de R\$ 90,9 milhões. Essa receita resultou no recolhimento de R\$ 18,8 milhões em impostos diretos, incluindo PIS, COFINS e ISS.

Além disso, registramos R\$ 16 milhões em receitas oriundas de aplicações

financeiras, contribuindo significativamente para um lucro líquido final de R\$ 28,8 milhões. Também provisionamos R\$ 6,8 milhões em dividendos referentes ao lucro de 2024, que serão repassados à União em 2025, reforçando nosso compromisso com a distribuição de lucros aos acionistas.

Entretanto, as receitas provenientes de bônus de assinatura apresentaram uma redução significativa, passando de R\$ 38,4 milhões em 2023 para R\$ 295,5 mil em 2024. Essa variação reflete a menor ocorrência de leilões.

Ao final do ano, apresentamos um saldo de R\$ 193,6 milhões em caixa e equivalentes de caixa, representando um crescimento de 6,61% em relação a 2023. Esses montantes correspondem a 91,8% do total do ativo circulante.

RESULTADOS 2024

R\$ 193,6
MILHÕES EM CAIXA

R\$ 28,8
MILHÕES DE LUCRO LÍQUIDO

R\$ 131,7
MILHÕES DE RECEITA BRUTA

R\$ 7,3
MILHÕES EM DIVIDENDOS
A SEREM PAGOS EM 2025

R\$ 16,2
MILHÕES EM RECEITAS FINANCEIRAS



PRINCIPAIS FATOS CONTÁBEIS E TRIBUTÁRIOS

Em conformidade com as melhores práticas para reconhecimento de receitas, desde 1º de janeiro de 2024, nossas receitas passaram a ser contabilizadas segundo o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Este pronunciamento estabelece uma estrutura abrangente para determinar quando e como uma receita deve ser reconhecida e mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente, neste caso a União, representado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), obtém o controle sobre os bens ou serviços prestados.

No exercício de 2024, realizamos doações conforme as leis de incentivo fiscal, destacando-se os projetos:

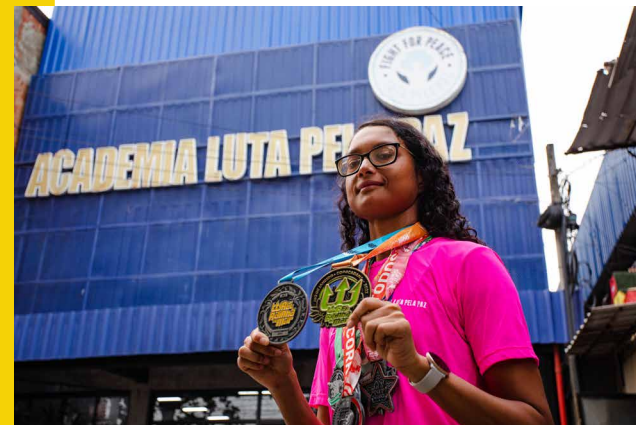


Projeto “Ateliê da Moda”

Efetuamos uma doação de R\$ 160 mil a este projeto, em conformidade aos artigos 26 e 18 da Lei nº 8.313/91 (Lei Rouanet). O projeto está inscrito no Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONA) sob o nº 244844, conforme a Portaria 437/24, publicada no DOU em 24 de junho de 2024. De acordo com o § 1º do artigo 26 da Lei Rouanet, os contribuintes têm a possibilidade de deduzir do Imposto de Renda devido aos valores efetivamente despendidos em projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura, desde que respeitados os limites e condições estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Projeto “Destemidas”

Efetuamos uma doação de R\$ 80 mil ao Projeto Destemidas, em conformidade com o artigo 1º da Lei nº 11.438/06 (Lei de Incentivo ao Esporte), conforme a Portaria 1.623/24, publicada no DOU em 8 de outubro de 2024. De acordo com o § 1º dessa lei, os contribuintes têm o direito de deduzir do Imposto de Renda devido as quantias efetivamente investidas em projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte, desde que respeitados os limites e condições estabelecidos pela legislação vigente.



Tanto a Lei Rouanet quanto a Lei de Incentivo ao Esporte oferecem incentivos fiscais aos contribuintes que apoiam financeiramente projetos culturais e esportivos aprovados pelos ministérios competentes, estimulando o engajamento com a cultura e o esporte no Brasil.

NORMAS LEGAIS E TÉCNICAS ADOTADAS NAS ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis definidas nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A data de aprovação dessas demonstrações, para fins das normas de auditoria, corresponde ao momento em que as pessoas com autoridade reconhecida, determinam que todos os quadros que compõem as demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, foram devidamente elaborados e que assumem a responsabilidade por essas informações.

Em conformidade com a competência estabelecida no artigo 22, alínea “d” do Regimento Interno, a Gerência de Controle e Finanças finalizou as demonstrações contábeis em 7 de fevereiro de 2025, incluindo informações comparativas ao período anterior.

Essas demonstrações foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, que pressupõe que a companhia manterá sua capacidade de cumprir com as obrigações de curto e longo prazo. Em 31 de dezembro de 2024, registramos um lucro líquido de R\$ 28,8 milhões e, na mesma data, o ativo circulante superava o passivo circulante em R\$ 181,5 milhões, evidenciando uma posição financeira sólida. A administração avalia que não há incertezas significativas que possam



comprometer nossa continuidade operacional.

A administração fundamenta suas avaliações significativas na consolidação do marco regulatório do regime de partilha de produção, estabelecido com a promulgação da Lei nº 13.679/2018, que alterou

as Leis nº 12.304/2010 e nº 12.351/2010. Essa legislação define diretrizes para a política de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos e fortalece a carteira de contratos de partilha de produção, acordos de individualização da produção e contratos de comercialização de petróleo e gás natural da União, sob gestão da companhia.

A elaboração das demonstrações contábeis é realizada por um prestador terceirizado de serviços contábeis e fiscais. Esse processo inclui uma revisão rigorosa por auditores externos, resultando em um parecer sem ressalvas, evidenciando a conformidade dos registros e práticas contábeis adotadas. Para garantir a eficiência e a pontualidade na execução das rotinas, a GCF coordena o fechamento contábil e

fiscal mensal, por meio de um cronograma estruturado, que define prazos e responsáveis, garantindo um planejamento adequado e previsibilidade nas entregas ao prestador de serviços. Essa abordagem sistemática não apenas fortalece o controle interno, mas também otimiza a transparência e a integridade das nossas informações financeiras.

Adicionalmente, a GCF elabora relatórios mensais para a Diretoria Executiva, para o Conselho Fiscal e para o Conselho de Administração, além de realizar a alimentação dos sistemas de informação do Ministério do Planejamento (SIEST e SIOP).

A proposta de destinação de resultados está alinhada à Política de Distribuição de Dividendos, conforme nossas diretrizes do

Estatuto Social e da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações).

A Gerência de Controle e Finanças (GCF) é composta por um gerente, um assessor especial de Tesouraria e Orçamento, um assessor especial de Contabilidade e um assessor especial Tributário. As competências e atribuições da GCF estão descritas no artigo 22 do nosso Regimento Interno.

AValiação DOS CUSTOS OPERACIONAIS E RESULTADOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA PPSA

Durante o exercício de 2024, acumulamos R\$ 16,2 milhões em receitas financeiras, sendo a maior parte proveniente de aplicações financeiras no Banco do Brasil, que

totalizaram R\$ 16 milhões. O total de custos relativos aos serviços prestados e despesas operacionais atingiu R\$ 83 milhões no período.

A companhia encerrou o ano com lucro líquido de R\$ 28,8 milhões, resultando na geração de R\$ 6,8 milhões em dividendos, a serem pagos em 2025, conforme a Política de Distribuição de Dividendos.

Em decorrência desse resultado, foram apurados R\$ 12 milhões de Imposto de Renda (IRPJ) e R\$ 4,3 milhões de Contribuição Social sobre Lucro (CSLL).

CUSTOS

Em 2024, os custos com serviços prestados e despesas operacionais totalizaram R\$ 83 milhões, representando um crescimento de 6,05% em relação ao exercício de 2023. Nossa disponibilidade financeira foi aplicada no Banco do Brasil, por meio

de um fundo de investimento de renda fixa, composto integralmente por títulos públicos e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos. Ao longo de 2024, esses investimentos geraram uma rentabilidade acumulada de 9,21%, resultando em R\$ 16 milhões em receitas financeiras.





ACESSE
AQUI:

[Demonstrações
Contábeis](#)

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA

CNPJ 18.738.727/0001-36

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

(Valores expressos em milhares de Reais)

		01/01/2024	01/01/2023
		a	a
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de serviços	25	113.157	110.879
Custo dos serviços prestados	26	(55.209)	(53.666)
Lucro bruto		57.948	57.213
Despesas operacionais	27	(27.772)	(24.581)
Outras receitas operacionais		-	10
Lucro antes do resultado financeiro		30.176	32.642
Resultado financeiro	28	14.974	19.976
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social		45.150	52.618
Provisão para o imposto de renda e contribuição social	29	(16.334)	(18.579)
Lucro líquido do exercício		28.816	34.039
Lucro por lote de mil ações		0,58	0,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA
CNPJ 18.738.727/0001-36
BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	193.643	181.641
Contas a receber	10	12.486	-
Impostos a recuperar ou compensáveis	11	4.051	23
Adiantamentos a empregados	12	178	20
Despesas antecipadas	14	576	316
Comercialização de óleo e gás da União	15	2.422.766	2.140.603
(-) Eliminações das operações de comercialização da União		(2.422.766)	(2.140.603)
Total do ativo circulante		210.934	182.000
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Adiantamentos a terceiros	13	80	80
Impostos a recuperar ou compensáveis	11	153	141
Direito de uso - arrendamentos	17	4.753	896
Comercialização de óleo e gás da União	15	524.292	40.028
(-) Eliminações das operações de comercialização da União		(524.292)	(40.028)
		4.986	1.117
Imobilizado	16.a	2.631	3.296
Intangível	16.b	11.450	13.845
		14.081	17.141
Total do ativo não circulante		19.067	18.258
Total do ativo		230.001	200.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.
Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA
CNPJ 18.738.727/0001-36
BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Fornecedores	18	6.378	2.718
Impostos e contribuições a recolher	19	3.691	3.894
Impostos diferidos	19	5.420	-
Participação nos lucros ou resultados	20	1.839	-
Provisão de férias	21	3.551	3.733
Obrigações por cessão de pessoal	22	191	76
Dividendos a pagar	23	6.844	8.084
Arrendamento mercantil	17	1.483	1.096
Comercialização de petróleo e gás natural da União	15	2.339.747	1.540.625
(-) Eliminações das operações de comercialização da União		(2.339.747)	(1.540.625)
Total do passivo circulante		29.397	19.601
Passivo não circulante			
Fornecedores	18	3.192	8.321
Arrendamento mercantil	17	3.317	213
Comercialização de petróleo e gás natural da União	15	607.311	640.006
(-) Eliminações das operações de comercialização da União		(607.311)	(640.006)
Total do passivo não circulante		6.509	8.534
Patrimônio líquido	24		
Capital social		93.333	93.333
Reserva legal		9.878	8.437
Reserva de retenção de lucros		90.884	70.353
Total do patrimônio líquido		194.095	172.123
Total do passivo e patrimônio líquido		230.001	200.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Foto: Envato

ATENDIMENTO AO INTERESSE PÚBLICO

A gestão dos contratos de partilha de produção e a gestão da comercialização do petróleo e do gás natural da União representam nossa função social. De forma mais abrangente, estende-se não apenas a essas, como também à representação da União nos procedimentos de individualização da produção, envolvendo áreas não contratadas internas ao polígono do pré-sal ou áreas estratégicas. Em 2024, não assumimos nenhuma obrigação adicional atinente ao interesse público.



ARRECADAÇÃO PARA A UNIÃO

Arrecadamos R\$ 6 bilhões para a União em 2023 e **R\$10,3 bilhões em 2024**, valores correspondentes à comercialização de petróleo e gás da União, sob gestão da Companhia. Esse resultado representou **um crescimento de 71,1% em relação a 2023**.

Todos os recursos arrecadados são destinados ao Tesouro Nacional, contribuindo para o financiamento de políticas públicas, voltadas principalmente para investimentos em saúde e educação, beneficiando diretamente à **sociedade brasileira**.

Foto: Envato



8. O QUE ESPERAR DE 2025

- Chegada dos concursados e reestruturação das atividades;
- Ampliação da área física da empresa;
- Possível acréscimo de novos contratos em regime de partilha;
- Realização do 5º Leilão de Petróleo da União;
- Realização do 1º Leilão de Gás Natural;
- Novo recorde na arrecadação para a União;
- Investimentos da PPSA de mais de R\$ 20 milhões.

- Investimentos da indústria nos contratos de partilha de cerca de US\$ 17 bilhões;
- Primeiro óleo de operador internacional no pré-sal, com a entrada em produção do FPSO Bacalhau;
- Entrada em produção de novos FPSOs nos campos de Búzios e Mero;
- Aprovação da estratégia de contratação de Mero 5;
- Análise de Viabilidade Técnica e Econômica de Búzios 12.

- Duplicação dos volumes produzidos de gás natural em partilha, para cerca de 7 milhões de m³ por dia;
- Aprovação dos AIPs de Gato do Mato e Jubarte;
- Aprovação da Redeterminação do AIP de Tupi;
- Aumento da produção da União para cerca de 130 mil barris por dia de petróleo e para 300 mil m³ de gás natural;
- Arrecadação para a União superior a R\$ 15 bilhões.



GOVERNANÇA EM 31/12/2024

• CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Arthur Cerqueira Valério
- Ana Paula de Magalhães de Albuquerque Lima
- Micheline Xavier Faustino
- Guilherme Santos Mello
- Valder Ribeiro de Moura
- Roberto Seara Machado Pojo Rego

CONSELHO FISCAL

- Fábio Franco Barbosa Fernandes
- Maurício Renato de Souza
- Newton Lima Neto

COMITÊ DE AUDITORIA

- Herbert Quirino
- Dirceu Batista
- Nilo Jose Panazzolo

DIRETORIA EXECUTIVA

- Tabita Yaling Cheng Loureiro
- Evamar José dos Santos
- Samir Passos Awad



ESCRITÓRIO CENTRAL

Avenida Rio Branco, nº 1, 4º andar
Centro - Rio de Janeiro /RJ – CEP: 20.090-003



(21) 3513-7701



Horário de funcionamento:
Terça a Quinta-feira, de 9:00h às 18:00h



ESCRITÓRIO BRASÍLIA

BROFFICES

Setor Bancário Sul Quadra 02 Bloco E,
Edifício Prime 206/14º andar
Brasília/DF. CEP: 70.070-120



ESCRITÓRIO SÃO PAULO

Rua Augusta, nº 101 / sala 1016
unidade 3, Consolação
São Paulo / SP. CEP: 01.305-000

